

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**  
**ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS**

**AUDREY JONES DE SOUZA**

**NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE: Percepções dos Peritos  
Criminais Federais sobre os impactos de sua adoção na atividade de perícia oficial  
realizada em fraudes contábeis no Brasil**

Rio de Janeiro  
2012

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**  
**ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS**

**AUDREY JONES DE SOUZA**

**NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE: Percepções dos Peritos Criminais Federais sobre os impactos de sua adoção na atividade de perícia oficial realizada em fraudes contábeis no Brasil**

Dissertação apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração Pública.

Prof. Ricardo Lopes Cardoso, D.Sc – Orientador

Rio de Janeiro  
2012



FUNDAÇÃO  
GETULIO VARGAS

AUDREY JONES DE SOUZA

**NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE: PERCEPÇÕES DOS  
PERTOS CRIMINAIS FEDERAIS SOBRE OS IMPACTOS DE SUA ADOÇÃO  
NA ATIVIDADE DE PERÍCIA OFICIAL REALIZADA EM FRAUDES  
CONTÁBEIS NO BRASIL.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração Pública da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas para obtenção do grau de Mestre em Administração Pública.

Data da defesa: 20/03/2012

Aprovada em: 20/03/2012

**ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA**

Ricardo Lopes Cardoso  
Orientador (a)

Alvaro Bruno Cyrino

Adriano Rodrigues

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus, pela inspiração e auxílio nos momentos difíceis, permitindo que eu continuasse a trilhar esse caminho.

Aos meus pais, pela educação, amor, força, paciência e incentivos, abrindo mão de muito do que a vida podia proporcionar-lhes em benefício da minha prosperidade e felicidade.

À minha amada esposa, minha eterna namorada, pelo companheirismo, amizade, paciência, inspiração e por ter me dado o que hoje tenho de melhor, nosso filho.

Ao meu amado filho, pelos abraços, sorrisos e beijos ao sair e retornar do “trabalho no computador”.

A todos os meus amigos, pelo apoio e principalmente pela compreensão nos momentos de ausência.

Aos meus amigos de curso, pelos momentos de aprendizado e por terem compartilhado comigo o desejo de melhorar a sociedade em que vivemos, sobretudo nos aspectos ligados à nossa área de atuação profissional.

Ao Perito Criminal Federal Dr. Hélvio Pereira Peixoto, um guerreiro, que se juntou aos Peritos Criminais de forma ímpar para compartilhar uma visão de futuro em consonância com as necessidades da administração da Justiça.

Ao Professor Dr. Ricardo Lopes Cardoso, pela orientação e suas excelentes críticas e contribuições, acreditando no trabalho realizado.

A todos os professores desse mestrado em administração pública, pelo comprometimento e paciência e por terem me propiciado acesso a conhecimentos que nunca imaginei ter em sala de aula. A vocês, meu muito obrigado.

A todos os funcionários da EBAPE/FGV (Rio de Janeiro e Distrito Federal), que cuidadosamente nos apoiaram e estiveram sempre nos ajudando.

## RESUMO

Os impactos da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRSs) tem sido objeto de debates nos meios profissionais e acadêmicos, entretanto, pouco tem sido pesquisado sobre as repercussões da adoção dos IFRSs na atividade pericial criminal. Portanto, o objetivo deste estudo é captar e analisar a percepção dos Peritos Criminais Federais sobre os impactos da adoção dos IFRSs na atividade de perícia criminal oficial realizada em fraudes contábeis. Lastreou-se numa abordagem quantitativa e qualitativa utilizada para verificar associações entre as percepções, recorrendo-se ao teste Qui-quadrado de Pearson e a análise de conteúdo, respectivamente. Os resultados evidenciaram que a maior parte dos respondentes concorda parcial ou totalmente que a adoção dos IFRSs facilitará o trabalho de perícia criminal federal, encontrando associação estatística com a percepção de que fraudes cometidas sem engenharia financeira são mais fáceis de comprovar e com a percepção que um maior espaço para julgamentos técnicos tem impacto positivo na atividade de perícia criminal. Outros benefícios apontados foram o aumento da comparabilidade, a diminuição da complexidade e a valorização profissional. Entretanto, constatou-se como riscos a possibilidade de aumento nas contestações técnicas aos laudos periciais, o risco de viés e a necessidade de qualificação, porém sem associação estatística com a percepção de que os IFRSs facilitarão ou não o trabalho pericial. Não foram identificadas diferenças estatísticas de percepção em função do nível de conhecimento dos preceitos sobre os IFRSs e dos conhecimentos teóricos e práticos dos pesquisados. O estudo apresenta limitações que dizem respeito principalmente à generalização dos resultados, uma vez que a abordagem pretendida foi qualitativa e quantitativa e o número de questionários respondidos não possibilitou realizar testes estatísticos com maior robustez.

**Palavras-chave:** Perito Criminal Federal – Perito – IFRSs – Fraude

## **ABSTRACT**

The impacts of adopting International Accounting Standards (IFRSs) has been the subject of debate in the professional and academics media, however, little has been researched on the impact of adopting IFRSs in federal forensic expert. Therefore, the objective of this study is to capture and analyze the perception of the federal forensic expert on the impacts of the adoption of IFRSs in the investigative official activity held in accounting fraud. It was based on a quantitative and qualitative approach used to assess associations between perceptions, resorting to the chi-square test and content analysis, respectively. The results showed that most respondents agree partially or fully that the adoption of IFRS will facilitate the work of federal forensic expert, finding statistical association with the perception that fraud without financial engineering is easier to prove and with the perception that more space for technical judgments have positive impact on the activity of federal forensic expert. Other benefits mentioned were the increased comparability, reduction of complexity and professional development. However, it was verified the possibility of increased risks in the technical objections to expert reports, the risk of bias and the need for qualification, but without statistical association with the perception that IFRSs or otherwise facilitate the examination. No statistical differences were identified on the basis of perceived levels of knowledge of the precepts on IFRSs and the theoretical and practical knowledge of respondents. The study has limitations concerned primarily to generalization of the results, since the intended approach was qualitative and quantitative, and the number of answered questionnaires did not allow performing statistical tests with greater robustness.

**Keywords:** Federal forensic expert – Expert – IFRS – Fraud

Souza, Audrey Jones de.

Normas internacionais de contabilidade: percepções dos peritos criminais federais sobre os impactos de sua adoção na atividade de perícia oficial realizada em fraudes contábeis no Brasil / Audrey Jones de Souza. – 2012.

146 f.

Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa.

Orientador: Ricardo Lopes Cardoso.

Inclui bibliografia.

1. Contabilidade - Normas. 2. Contabilidade - Brasil - Legislação.  
3. Peritos. 4. Perícia contábil. I. Cardoso, Ricardo Lopes. II. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. III. Título.

CDD – 657

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1- Cultura e Contabilidade em Gray (1988)	45
Quadro 2 – Resumo de pesquisas sobre os impactos da adoção das IFRSs	48
Quadro 3 – Resumo de trabalhos sobre fraudes contábeis	55
Quadro 4 – Categorias para a análise de conteúdo	96



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil dos respondentes	77
Tabela 2 – Experiência em empresas do SFN, grande porte ou listadas em Bolsa	78
Tabela 3 – Importância dos elementos de fraude	79
Tabela 4 – Conceito de fraude	80
Tabela 5 – Convencimento sobre a ocorrência de fraude	81
Tabela 6 – Julgamento profissional baseado na essência sobre a forma	83
Tabela 7 – Importância de normas detalhadas ao juízo profissional	83
Tabela 8 – Facilita/difículta o trabalho pericial	84
Tabela 9 – Liberdade de julgamento técnico	85
Tabela 10 – Nível de responsabilização dos gestores, contadores e auditores	85
Tabela 11 – Subjetividade e intenção de fraude	86
Tabela 12 – Ferramenta para o cometimento de fraude	87
Tabela 13 – Aumento na incidência de contestações	88
Tabela 14 – Risco de aumento no viés de julgamento	89
Tabela 15 – Nível de preparação dos Peritos Criminais Federais	89
Tabela 16 – <i>Crosstab</i> entre a questão 15 e questão 16	91
Tabela 17 – <i>Crosstab</i> entre a questão 15 e questão 17	92
Tabela 18 – <i>Crosstab</i> entre as questões 15 e 18	93
Tabela 19 – <i>Crosstab</i> entre as questões 15 e 20	93
Tabela 20 – <i>Crosstab</i> entre as questões 15 e 21	94
Tabela 21 – <i>Crosstab</i> entre as questões 15 e 22	95
Tabela 22 – Categorias e frequências observadas	97

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Apresentação do problema de pesquisa .....	13
1.2 Objetivos e delimitações da pesquisa .....	14
1.2.1 Objetivo Final.....	14
1.2.2 Objetivos Intermediários .....	15
1.2.3 Delimitação do Estudo .....	15
1.3 Relevância do Estudo.....	16
1.4 Estrutura dos Capítulos .....	19
2. IMPACTOS DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE.....	20
2.1 A Função Econômica e Regulação no Processo de Convergência Contábil.....	20
2.2 Paradigmas da Informação Contábil.....	24
2.2.1 Image Fidèle x True and Fair View .....	24
2.2.2 Sistemas normativos – regras x princípios.....	26
2.3 Sistemas de normas e os reflexos na qualidade da informação contábil .....	30
2.3.1 Atributos da comparabilidade, relevância e confiabilidade .....	32
2.3.2 Risco aos profissionais da área contábil.....	34
2.3.3 Nova expertise requerida.....	35
2.3.4 Responsabilização dos preparadores e profissionais da área contábil .....	37
2.3.5 Manipulação da informação contábil .....	38
2.4 A Contabilidade Nacional – das regras aos princípios .....	41
2.4.1 Ambiente regulatório nacional.....	43
2.4.2 A cultura contábil nacional e a necessidade de (re)qualificação profissional.....	45
2.5 Resumo dos trabalhos acadêmicos sobre as Normas Internacionais de Contabilidade.....	49
3. FRAUDES CONTÁBEIS EM CRIMES ECONÔMICOS .....	52
3.1 Contabilidade e Criminalidade Econômica .....	52
3.2 Fraude – Enquadramento Conceitual.....	55
3.3 Fraudes nas Demonstrações Contábeis.....	56
3.4 Comprovação de Fraudes em Demonstrações Contábeis .....	60
3.4.1 <i>Red flags</i> de fraudes em demonstrações.....	61
3.4.2 Evidências de fraudes em demonstrações contábeis .....	62
3.5 Leis Penais sobre Crimes Econômicos .....	66

4. METODOLOGIA.....	72
4.1 Tipo de pesquisa .....	72
4.2 População Pesquisada .....	73
4.3 Coleta de Dados .....	73
4.4 Tratamento dos Dados .....	75
4.5 Limitações do Método .....	76
5 RESULTADOS .....	77
5.1 Análise Descritiva.....	77
5.1.1 Perfil característico da amostra de Peritos Criminais Federais pesquisados.....	77
5.1.2 Elementos de fraude nas demonstrações contábeis.....	79
5.1.3 Base do julgamento profissional para comprovar as fraudes.....	81
5.1.4 Vantagens e desvantagens ao trabalho pericial criminal.....	85
5.1.5 Preparação dos peritos para atuar em ambiente IFRSs .....	90
5.2 Análise Inferencial .....	91
5.2.1 Associação entre o perfil da amostra e as variáveis testadas .....	91
5.2.2 Associação entre as vantagens e desvantagens .....	92
5.3 Análise de conteúdo das questões abertas .....	97
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	103
7. REFERÊNCIAS .....	108
APÊNDICES .....	116
Apêndice A - Questionário aplicado .....	116
Apêndice B - Resultados do teste Qui Quadrado de <i>Pearson</i> .....	122
Apêndice C - Resultados estatísticos - amostra ajustada .....	134

## 1. INTRODUÇÃO

Atualmente, os impactos do processo de convergência das normas contábeis pátrias aos padrões internacionais, com a adoção das IPSAs (*International Public Sector Standards*) e dos IFRSs (*International Financial Reporting Standards*), figuram entre os temas mais discutidos nos meios acadêmicos e profissionais da administração, seja pública ou privada.

Essa busca pela harmonização na Contabilidade está ocorrendo devido à forte necessidade de se uniformizar a linguagem dos negócios em nível mundial, uma vez que a transnacionalidade dos mercados e das informações financeiras já é uma realidade, tendo o fluxo de riquezas deixado de ter fronteiras e nacionalidade há muito tempo.

O IASB (*International Accounting Standards Board*) tem se destacado como condutor desse processo, notadamente com a adoção de seus IFRSs pela Comunidade Européia para a publicação das demonstrações contábeis consolidadas desde 2005. Com esse impulso, atualmente já são mais de 100 países que se engajaram nesse processo de convergência.

Dois anos após a União Européia ter adotado os IFRSs para as demonstrações consolidadas, a SEC (*Securities and Exchange Commission*) passou a aceitar as demonstrações contábeis publicadas com base nas IFRSs para as empresas estrangeiras que comercializavam suas ações nas bolsas norte-americanas, desobrigando-as de produzir outro conjunto de demonstrações com base nos US-GAAP (*Generally Accepted Accounting Principles*).

No caso brasileiro, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) determinou que as companhias abertas publicassem suas demonstrações contábeis consolidadas com base nos IFRSs a partir do exercício findo em 31/12/2010, partindo da autorização legislativa emanada da lei 11.638/2007 que determinou que suas normas fossem emitidas convergindo com as normas internacionais.

Não obstante a existência de organismos de normatização, esse processo de convergência, entendido aqui como um processo de mudança intencional, corresponde a uma quebra ou superação de paradigma da forma como a informação contábil era produzida majoritariamente em nosso país.

Conforme ressaltado por Niyama et al (2010), esse processo contempla uma discussão mais profunda e complexa do que apenas uniformizar as regras para a produção da informação

contábil, pois subjacente a estas questões situa-se a definição de qual deve ser a linha mestra para a estruturação normativa do sistema contábil em nível mundial, trazendo consigo as suas vantagens e desvantagens, sobretudo sobre a qualidade da informação contábil.

De um lado, observa-se a existência de um paradigma de produção da informação contábil fortemente baseado num emaranhado de regras prescritivas e detalhadas, emanadas dos organismos de regulação ou de tributação, onde o que se busca verificar é se a informação financeira está de acordo com as prescrições normativas. Esse paradigma é apresentado pela literatura como mais próximo do sistema normativo dos EUA e do Brasil pré-convergência aos IFRSs.

Em outro extremo, observa-se um sistema normativo baseado em princípios e conceitos, que embora também emanados de organismos reguladores, apresentam normas mais voltadas para orientar os preparadores em suas decisões, e não em dizer como decidirem. Nessa linha, o seu maior representante é o padrão do IASB, que vem despontando como o mais aceito pela comunidade internacional.

Esse processo de harmonização da Contabilidade pressupõe, então, a superação de um padrão normativo eminentemente baseado em regras, dando lugar a um sistema normativo baseado em princípios, no qual a maior subjetividade na definição das escolhas contábeis poderá possibilitar a produção de informações que atendam melhor às necessidades dos usuários e que reflitam mais enfaticamente a essência econômica das transações.

E nessa linha, acadêmicos e profissionais apontam o risco de que a prerrogativa da maior subjetividade não seja utilizada adequadamente, aumentando os riscos de ações equivocadas por parte dos preparadores, ou ainda a utilização dessas normas como um instrumento para ações de má fé, voltadas à obtenção de benefícios indevidos (NIYAMA et al, 2010).

A premissa daqueles que entendem que as normas internacionais do IASB produzirão informações contábeis melhores é a de que os gestores são aqueles que possuem as melhores condições de reportar sobre a situação econômico-financeira de sua empresa (JREIGE, 1998), ao passo que os críticos desses padrões entendem que a maior subjetividade na elaboração das demonstrações diminuirá a comparabilidade e possibilitará ações oportunistas desses gestores (AAA, 2003).

Essas ações oportunistas dos preparadores podem se caracterizar como ações de manipulação dos resultados, ou ainda mais especificamente como ações que de fraudes às demonstrações contábeis, potencializando o cometimento de crimes financeiros.

Neste cenário, a Contabilidade, entendida como a ciência do patrimônio e que se constitui numa fonte natural de dados a serem evidenciados aos usuários da informação financeira, é vista no presente trabalho não só como um meio para o cometimento de fraudes, mas também com a finalidade de auxiliar o combate, a detecção e a mitigação dos efeitos lesivos ao qual o patrimônio está exposto (IUDICIBUS e MARION, 1999).

A Contabilidade é entendida como uma ciência a serviço da Justiça, podendo ser utilizada como instrumento de evidenciação e combate a fraudes, uma vez que conforme enfatizado por Sá e Hoog (2010) os atos lesivos ao patrimônio são, via de regra, realizados no interior das estruturas contábeis e financeiras.

Neste contexto, a presente dissertação discute a mudança de paradigma da informação contábil nacional, antes produzida num sistema baseado em regras, e agora produzida num sistema baseado em princípios, direcionando essa discussão para a identificação e análise da percepção dos peritos criminais oficiais sobre algumas potenciais implicações dessa mudança de paradigma para a atividade pericial criminal.

### **1.1 Apresentação do problema de pesquisa**

Embora o IASB esteja liderando esse processo de convergência das normas contábeis a um padrão harmonizado, baseado em princípios, não se pode afirmar que o meio acadêmico e profissional esteja certo dos impactos da ausência de normas detalhadas e específicas de contabilização sobre a forma como a informação financeira será produzida e utilizada.

Essa discussão tem sido mais intensamente travada nos Estados Unidos, que possuem um padrão baseado em regras, e que se inseriu nesse processo sob forte pressão da comunidade internacional e da SEC para promover alterações em seu padrão.

Muitas críticas dos opositores das normas baseadas em princípios estão focadas no possível aumento nas oportunidades de comportamentos enviesados dos gestores, embora tenham sido detectados esses comportamentos também no padrão dos US-GAAP.

Embora esse processo tenha uma forte influência dos escândalos financeiros ocorridos, não há evidências de estudos realizados abordando esse processo sob a perspectiva da efetiva ocorrência de fraudes em demonstrações contábeis, havendo, quando muito, discussões acerca da possibilidade de que a maior subjetividade implicará em ações de má fé (AAA, 2003; NIYAMA et al, 2010).

Como esse processo ainda está em andamento no Brasil, notadamente com a obrigação de publicar demonstrações de companhias abertas em IFRSs a partir de exercício findo em 31/12/2010, as fraudes, eventualmente perpetradas, somente serão descobertas nos exercícios seguintes, quando então os profissionais que trabalham com a análise pericial criminal de fraudes contábeis terão a efetiva percepção dos impactos desse processo.

Com base nessa inquietação, buscou-se um estudo que pudesse captar a percepção dos profissionais que trabalham especificamente na análise de situações fraudulentas envolvendo as demonstrações contábeis.

Assim, o presente estudo visa a responder ao seguinte problema de pesquisa: **na percepção dos Peritos Criminais Federais da área contábil-financeira, quais os impactos esperados da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade sobre a perícia contábil oficial realizada para materializar e comprovar fraudes contábeis em crimes econômicos no Brasil?**

## **1.2 Objetivos e delimitações da pesquisa**

Investigar uma realidade que ainda não se delineou pelo decurso do tempo se constitui numa tarefa difícil e que dessa forma possui os seguintes objetivos:

### **1.2.1 Objetivo Final**

O objetivo final do presente estudo foi captar e analisar a percepção dos Peritos Criminais Federais da área contábil-financeira sobre os impactos esperados da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade sobre a perícia contábil oficial realizada para materializar e comprovar fraudes contábeis ocorridas em crimes econômicos no Brasil.

### **1.2.2 Objetivos Intermediários**

Para alcançar o objetivo final pretendido foi necessário buscar respostas para as seguintes questões intermediárias:

1. Quais os impactos apontados na literatura nacional e internacional da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade?
2. Qual o conceito de fraude nas demonstrações contábeis abordado na literatura acadêmica e profissional?
3. Na concepção dos Peritos Criminais Federais, quais os elementos mais importantes para a formação do seu convencimento sobre a ocorrência de fraudes nas demonstrações contábeis?
4. Qual o grau de importância dada à forma e à essência das operações, no entendimento dos Peritos Criminais Federais, durante a execução dos seus trabalhos de investigação de fraudes em demonstrações contábeis?
5. Na percepção dos Peritos Criminais Federais, quais seriam as vantagens e as desvantagens da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade para a execução dos seus trabalhos de investigação de fraudes em demonstrações contábeis?
6. Na percepção dos Peritos Criminais Federais, a perícia criminal da União está preparada para atuar num ambiente pós-adoção das Normas Internacionais de Contabilidade?

### **1.2.3 Delimitação do Estudo**

A delimitação diz respeito à “moldura que se pretende colocar no estudo, uma vez que a realidade é extremamente complexa, por um lado, e histórica, por outro, não se podendo analisá-la em seu todo” (VERGARA, 2009a, p.23). Desta forma, o estudo realizado foi delimitado da seguinte forma:

- A pesquisa foi realizada com base nos aspectos operacionais da atuação pericial criminal, com a busca de pontos que facilitaram ou dificultaram caracterizar o novo paradigma como uma ferramenta de trabalho na comprovação de fraudes contábeis ocorridas em crimes econômicos;
- Os crimes relacionados com o presente trabalho são aqueles cometidos com o uso da das técnicas contábeis, ou seja, são aqueles em que a Contabilidade se constitui num meio, e



limitam-se aos crimes econômicos processados na Justiça Federal, onde atuam os Peritos Criminais Federais;

- As fraudes contábeis analisadas no presente trabalho se restringem às demonstrações financeiras e dados reportados pelas empresas e companhias, portanto, à luz dos IFRS, além de não abordar outras fraudes ocupacionais tais como corrupção e apropriação indevida de ativos, embora tais ocorrências tenham reflexos nas informações financeiras reportadas.

### **1.3 Relevância do Estudo**

A relevância do estudo reside em três pilares principais. O primeiro, por se tratar de um estudo exploratório acerca da percepção dos Peritos Oficiais que atuam no combate à criminalidade econômica, trazendo com isso um retrato de uma atividade essencial para a persecução penal. O segundo, pelo momento de transição por que passa a Contabilidade, ao buscar convergir para um padrão normativo harmonizado com as práticas internacionais, conforme se detalhará nos parágrafos seguintes. E em terceiro lugar, devido à carência de pesquisas acadêmicas sobre fraudes contábeis no Brasil.

Sob a ótica legal, seguindo a divisão existente entre as disposições da lei civil e da lei criminal, os peritos atuam tanto sob a égide da legislação processual civil (Código de Processo Civil – Lei nº 5.869/73), quanto sob a égide da legislação penal (Código Processual Penal – Dec. Lei nº 3.869/41). Nesta última, existe o conceito jurídico de perito oficial de natureza criminal, que incluem em seu rol os peritos criminais, que são servidores públicos investidos no cargo efetivo de perito criminal.

A perícia criminal oficial, por expressa disposição legal contida no Código de Processo Penal e na legislação complementar, é a responsável pela análise de vestígios à luz da técnica e da ciência, com vistas à produção de prova no processo penal de forma isenta, robusta e apta a manter a paridade de armas na ação penal<sup>1</sup>.

A sua importância é reconhecida pela doutrina, como em Tornaghi (1980) quando declara que a perícia não prova somente, mas ilumina a prova, ou quando acentua que a perícia deveria ser tratada não apenas como prova, mas como algo autônomo, situado entre a prova e a

---

<sup>1</sup> Expressão utilizada em direito penal para indicar o princípio da igualdade processual, na qual as duas partes, acusação e defesa, devem gozar de posição de similitude perante o Juiz, ou seja, devem ter a garantia de tratamento igualitário por parte do Estado, tendo acesso a todos os meios disponíveis para a lide, inclusive a prova pericial.

sentença, em linha com Aranha (2004) que descreve a perícia como um “*plus*” em relação à prova e um “*minus*” em relação ao “*decisum*”.

A sua importância também é ratificada pelo legislador ordinário no decreto-lei n.º 3.689/41, que estabelece o CPP - Código de Processo Penal, determinando no título VII – Da Prova, artigo 158, que quando a infração deixar vestígio será **indispensável** o exame por perito criminal oficial, e ainda quando estabelece também que os peritos criminais estão sujeitos à disciplina judiciária, bem como às mesmas disposições sobre a suspeição dos juízes de forma a evitar a produção de laudos periciais com algum viés, conforme preceituam os artigos 275 e 280 do CPP<sup>2</sup>.

A necessidade de imparcialidade foi também ratificada pela lei n.º 12.030/2009, que reforçou as disposições já existentes no Código de Processo Penal sobre a disciplina judiciária e sobre as mesmas disposições de suspeição dos juízes, asseverando em seu artigo 2º que no exercício da atividade de perícia criminal é assegurada autonomia técnica, científica e funcional aos Peritos Criminais.

Especificamente na área federal, a responsável por esta atividade é a Perícia Criminal Federal, atividade exercida no âmbito do Departamento de Polícia Federal por servidores concursados especificamente para atuar como Peritos Criminais Federais, e que conta com profissionais com *expertise* nas mais diversas áreas do conhecimento. É com base nos laudos emitidos pelos Peritos Criminais Federais que são desvendados delitos e crimes com o uso de ferramentas de diversas ciências, como por exemplo, a ciência contábil.

Para a busca e análise de vestígios em matéria criminal, a Perícia Criminal Federal precisa lançar mão das mais modernas e sofisticadas técnicas de investigação e análise científicas, notadamente num momento em que as fronteiras entre as nações se tornaram tênues e as transformações e descobertas científicas e tecnológicas extremamente dinâmicas e velozes.

Neste diapasão, observa-se como consequência lógica desta atividade técnico-científica a necessidade de buscar aperfeiçoar os mecanismos de análise de vestígios, bem como buscar contribuir para que estes vestígios sejam mais facilmente encontrados, principalmente na área de investigação de crimes financeiros.

---

<sup>2</sup> Art. 275 - O perito, ainda quando não oficial, estará sujeito à disciplina judiciária.

Art. 280 - É extensivo aos peritos, no que lhes for aplicável, o disposto sobre suspeição dos juízes.

A interconexão existente entre a atividade de pericial oficial criminal e esse processo de harmonização da Contabilidade pode ser revelada ao se perceber que este novo arcabouço normativo se propõe a sanar problemas relacionados a diferenças de padrões contábeis nos diversos mercados mundiais, bem como a repercutir nas questões relacionadas à qualidade da informação financeira, ao gerenciamento de resultados, bem como nos casos de manipulação fraudulenta da informação contábil.

Esse momento de transição revela-se como uma oportunidade para que os diversos usuários da Contabilidade possam extrair o melhor de cada etapa, devendo os Peritos Criminais Federais da área contábil-financeira buscarem atingir um alto nível no desempenho das suas atribuições, que estão relacionadas, por exemplo, com a avaliação de gestores que estejam sendo processados criminalmente por fraudes contra o Sistema Financeiro Nacional, bem como para alcançar vantagem competitiva em relação à criminalidade organizada e transnacional nos casos de crimes de lavagem de dinheiro e de evasão de divisas.

Observa-se que a importância da prova pericial oficial no processo penal ganhou relevo, revestindo-se de importância crucial na busca da verdade processual, principalmente em função do desenvolvimento técnico e científico (MANZANO, 2011), o que reforça a relevância do presente trabalho na medida em que busca abordar a questão da convergência da Contabilidade aos padrões internacionais, relacionando-a à busca de mecanismos mais efetivos de investigação e evidenciação de provas em casos de fraudes contábeis ocorridas em crimes financeiros.

Além disso, as fraudes nos mais diversos tipos de organizações se constituem em um problema mundial, principalmente em países cuja expansão dos mercados financeiros já está bastante adiantada. No Brasil, estes mercados estão em profunda ascensão, representando uma grande preocupação da sociedade e dos órgãos da administração pública encarregados de fiscalizá-los.

Embora fortemente pesquisado no ambiente acadêmico internacional, observa-se no Brasil uma lacuna nos estudos acadêmicos de administração e Contabilidade tratando sobre o tema “fraudes”, e mais especificamente sob o ponto de vista dos profissionais encarregados de investigar e processar os vestígios materiais decorrentes destas fraudes, sendo essa uma contribuição que reforça a relevância do presente trabalho.

Sinal da preocupação mundial com o tema “fraude” está revelado no estudo de Peterson e Reider (2001) que evidenciou a existência de 19 escolas norte-americanas que já possuíam cursos específicos sobre o assunto. Aparentemente essa iniciativa das universidades norte-americanas visaria atender a uma demanda do mercado por profissionais que conheçam este complexo tema, talvez em função da grande quantidade de escândalos na área financeira. Outra pesquisa realizada pela revista americana *U.S. News & World Report* demonstrou que a carreira de contador forense (*forensic accountant*) está entre as oito profissões mais promissoras nos Estados Unidos (LEVINE, 2002).

Nesta mesma tendência, no Brasil já se observa um movimento em direção à formação de profissionais para atuarem nessa área, inclusive por demanda das empresas, com uma crescente procura por serviços na área de combate às fraudes (PRESTES, 2011).

Conforme enfatizado também por Prestes (2011), o diretor de investigações da Ernst & Young Terco e presidente do recém-criado braço da ACFE (*Association of Certified Fraud Examiners*) no Brasil, afirmou estar negociando com uma universidade de grande porte do país a criação de uma pós-graduação em Contabilidade forense, curso multidisciplinar que contará com aulas de fundamentos de direito, financeiros e de tecnologia.

Desta forma, analisar o arcabouço conceitual normativo decorrente do processo de harmonização contábil sob a perspectiva de profissionais que atuam na área forense como a Perícia Criminal Federal é relevante não só para os peritos que atuam mais diretamente na produção de laudos, como também para aqueles que atuam no gerenciamento dos peritos criminais, pois esta análise ajudará a contextualizar os profissionais dessa área, possibilitará realizar estudos para identificar alguns pontos fortes e fracos das novas normas numa perspectiva de análise e interpretação de vestígios em matéria de crimes financeiros e fraudes contábeis, possibilitando orientar a busca pela melhoria no desempenho dos profissionais da área, bem como possibilitará a realização de outros estudos futuros sobre o assunto.

#### **1.4 Estrutura dos Capítulos**

Para guiar a leitura e análise do presente estudo, procedeu-se à sua estruturação em seis capítulos, conforme descrito a seguir.

O capítulo I apresenta o problema de pesquisa, definindo os objetivos do trabalho, bem como sua delimitação. Apresenta-se também a relevância do estudo realizado e a sua estrutura.

O capítulo II apresenta a revisão bibliográfica sobre o tema buscando discutir a função econômica da Contabilidade e sua relação com o processo de convergência às normas internacionais. Nessa linha, discutem-se também os paradigmas da informação contábil e os reflexos principais apontados sobre ela, apresentando a situação nacional. Complementando a revisão bibliográfica, o capítulo III discute a fraude contábil ocorrida em crimes econômicos, enquadrando conceitualmente o termo e apresentando os meios para a comprovação pericial das fraudes contábeis.

O capítulo IV apresenta a metodologia utilizada no presente estudo, destacando o tipo de pesquisa, a população pesquisada, como os dados foram coletados e tratados, bem como as limitações do método.

No capítulo V são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa em termos quantitativos, por meio de análise descritiva e inferencial, e em termos qualitativos, por meio da análise de conteúdo das questões abertas.

O capítulo VI apresenta as conclusões em respostas aos problemas e questões propostas, bem como as recomendações pertinentes.

## **2. IMPACTOS DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE**

O presente capítulo visa à apresentação da base teórica utilizada para o desenvolvimento da presente pesquisa, enfocando o processo de convergência e a sua relação com a função econômica da informação contábil. Como o processo ainda está em andamento, discute-se a convergência em função dos dois principais paradigmas da informação contábil apontados pela revisão bibliográfica como basilares, apontando os principais impactos que podem ser esperados sobre a informação financeira e a atividade contábil. Ao final, apresenta-se o contexto brasileiro e a tradição jurídica nacional voltada à produção de regras.

### **2.1 A Função Econômica e Regulação no Processo de Convergência Contábil**

As pesquisas em Contabilidade estão lastreadas basicamente pela teoria Normativa e pela teoria Positiva. A primeira visa prescrever como os fatos contábeis devem ser mensurados e evidenciados, ou seja, procuram definir e explicar o que deve ser, em lugar do que é (HENDRIKSEN e VAN BREDÁ, 1999). Já a segunda está interessada em descrever como a informação contábil é produzida, ou seja, como os preparadores decidem que tipos de informações devem divulgar (IUDÍCIBUS e LOPES, 2004).

Ambas estão em linha com o que se busca de melhor para a informação financeira, ou seja, que ela tenha a maior qualidade possível, sendo útil para subsidiar a tomada de decisão dos seus usuários, diferenciando-se na medida em que uma possui caráter mais prescritivo, definindo as regras que devem ser seguidas nas escolhas contábeis, enquanto a outra apresenta um caráter mais descritivo, voltada à análise e compreensão das escolhas em si.

As pesquisas com abordagem positivista possuem um conjunto de hipóteses sobre as múltiplas funções econômicas da Contabilidade que se fundamentam em algumas premissas, entre as quais, a de que ela fornece uma série de informações aos acionistas, credores, financiadores, proprietários, empregados e governo com custos positivos para todos, sendo que estes custos estão relacionados com as escolhas de práticas contábeis e com as decisões sobre a forma de divulgação dos números contábeis.

Autores como Watts e Zimmerman (1986) discutem os principais papéis da Contabilidade associados a demandas por informações que objetivam a avaliação dos fluxos de caixa futuros das empresas, utilizados pelos mercados financeiros na alocação de riquezas, e para orientar a base econômico-financeira da elaboração e monitoramento dos contratos.

Os autores citados ressaltam que essa função está associada à avaliação do desempenho dos gestores e trabalhadores, à análise do comportamento de gerentes e às ideias tácitas de que somente se saberá se houve desrespeito aos contratos se houver alguma informação que possa auxiliar nesse sentido.

Percebe-se que em função da grande importância econômica da informação contábil, a sua produção e divulgação pode ser fortemente influenciadas por ações oportunistas e até fraudulentas, ações estas que afetam a sua fidedignidade e confiabilidade como veículo de mercado.

Hendriksen e Van Breda (1999) destacaram que as duas maiores potências econômicas do século passado, ao serem afetadas por problemas relacionados à qualidade e fidedignidade da informação contábil, buscaram mecanismos de regulação e controle, sendo possível distinguir na literatura basicamente dois modelos de regulação da Contabilidade<sup>3</sup>: o modelo americano,

---

<sup>3</sup> Laughlin (2007) distingue a regulação da Contabilidade da regulação contábil. A regulação da Contabilidade seria externa à Contabilidade e seria formalizada pelos padrões contábeis (normas contábeis emitidas por organismos reguladores, como por exemplo, a SEC, CVM, BACEN etc) e pela regulação social baseada na lógica contábil (legislação tributária, tarifária etc). Por outro lado, a regulação contábil é interna à Contabilidade,

baseado numa política de regulação por meio de uniformidade, e o modelo inglês, baseado numa política de regulação por meio de divulgação.

Os citados autores destacaram ainda que ambos surgiram em decorrência de questões objetivas relacionadas a problemas com a manipulação das informações financeiras e seus reflexos nos preços das ações. Nos Estados Unidos, o processo de regulação iniciou-se com a criação do ICC – *Interstate Commerce Commission* em 1887, órgão regulador que buscou estabelecer um sistema contábil padronizado e uniforme em resposta às manipulações realizadas para aumentar o preço das ações das estradas de ferro americanas. Já na Grã-Bretanha, embora os problemas fossem os mesmos, a política adotada foi no sentido de aumentar o volume de informações financeiras divulgadas.

As discussões em torno da necessidade de se criar um organismo capaz de garantir que a informação contábil tivesse a qualidade necessária aos interesses dos seus diversos usuários ganhou corpo e uma maior dimensão por ocasião do *crash* de 29, quando a Bolsa de Valores de Nova York quebrou e causou inúmeros prejuízos à economia mundial (IUDÍCIBUS e LOPES, 2004).

Sob o manto da desconfiança, e influenciando diversas nações, o processo de regulação da Contabilidade avançou e culminou nos Estados Unidos com a criação da SEC (*Securities and Exchange Commission*) em 1934. A partir daí, sempre que ocorrem problemas relacionados à qualidade e fidedignidade da informação contábil, notadamente quando relacionados aos escândalos envolvendo fraudes contábeis na maior economia do mundo, a questão da regulação da Contabilidade entra em cena.

A regulação da Contabilidade é realizada pelos organismos que possuem poder normatizador, coercitivo e punitivo, como por exemplo, a SEC, a CVM, o BACEN, a SUSEP entre outros, sendo formalizado por meio de padrões ou normas contábeis, ou ainda por meio das leis de direito econômico, tanto o penal quanto o civil e as normas tributárias entre outras.

O processo de regulação com o objetivo de aumentar a qualidade da informação contábil e torná-la menos suscetível de ações oportunistas e fraudulentas, antes restrito aos limites nacionais, já há algum tempo possui projeção internacional, já que os contratos são realizados

---

ou seja, é entendida como uma reação dos contabilistas e das firmas à regulação da Contabilidade, podendo ser lícitas ou ilícitas. Sobre o assunto, ver Cardoso (2005 e 2007) e Cardoso *et al* (2009).

entre empresas multinacionais e as riquezas são alocadas entre esses diversos países, principalmente aqueles mais desenvolvidos economicamente e diretamente afetados pela globalização, o que, nas palavras de Mazloun (2007), tornou o planeta um grande mercado e onde as riquezas circulam a passos largos e num ritmo assustador.

Com a constatação de que as economias e mercados de capitais estão entrelaçados no mundo todo, ou pelo menos nas maiores economias, a globalização<sup>4</sup> financeira impôs a urgente uniformização dos padrões contábeis, com a necessidade de regulamentação da informação contábil em nível mundial.

Recentemente, fortemente influenciado pela sua função econômica, observa-se um processo de harmonização contábil em nível global e capitaneado pelo IASB, que ganhou mais relevância no início de 2000 com a exigência de adoção das IFRSs no âmbito da comunidade européia<sup>5</sup>, sendo apresentado como tendo por objetivo primordial o desenvolvimento e a uniformização de um modelo único de informação financeira, baseando-se na busca de um salto qualitativo na divulgação contábil e, conseqüentemente, no funcionamento dos mercados.

Nessa esteira, o Brasil se inseriu nesse processo, notadamente com a criação do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis<sup>6</sup> e com a edição da lei n.º 11.638/07, bem como a edição de normas infralegais por diversos organismos reguladores nacionais.

Niyama et al (2010, p.4) afirma que embora o objetivo central da convergência seja produzir informações de alto nível de qualidade para os mercados, enfatiza que ele contempla uma discussão mais profunda:

(...) sobre qual deve ser a linha central para a estruturação normativa do sistema contábil: definir regras detalhadas para os diversos eventos econômicos, priorizando o objetivo de produzir informações consistentes e comparáveis e menos suscetíveis à subjetividade de quem as elabora; ou estabelecer princípios gerais que devem nortear o contador e o auditor em seu julgamento profissional sobre a melhor forma de reconhecer, classificar, mensurar e divulgar cada evento, tendo por propósito informações contábeis

---

<sup>4</sup> Sobre a necessidade de harmonização contábil em função da globalização, consultar Amenábar (2001)

<sup>5</sup> Os membros da União Européia estão obrigados a publicar demonstrações financeiras consolidadas encerradas a partir de 2005. Em 2007 a SEC desobrigou as empresas estrangeiras que comercializam suas ações nas bolsas norte-americanas a produzirem outras demonstrações em USGAAP, desde que as produzam com base nos IFRSS. No Brasil, a CVM determinou que as companhias abertas devessem publicar suas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com os IFRSS a partir das demonstrações encerradas em 31/12/2010.

<sup>6</sup> Ver [www.cpc.org.br](http://www.cpc.org.br)



que reflitam o mais apropriadamente possível a essência econômica da operação.

Nessa discussão, teríamos basicamente dois sistemas: um sistema contábil baseado apenas em princípios que irão subsidiar o julgamento dos profissionais ao analisarem as escolhas contábeis possíveis diante dos eventos do mercado; e noutro, um sistema baseado em regras detalhadas, com a descrição minuciosa dos tratamentos a serem dispensados aos eventos econômicos, no qual a informação contábil seria produzida com base em extensos regramentos que ditariam as práticas a serem adotadas.

Esses dois sistemas encerram divergências não só estruturais, mas de essência e de objetivos que podem ser avaliados como dois verdadeiros paradigmas.

## **2.2 Paradigmas da Informação Contábil**

Não obstante a forte tendência para que as normas contábeis sejam convergentes em nível mundial, ainda não se pode afirmar que haja consenso sobre qual sistema normativo seria melhor ou mais benéfico para tornar a informação financeira mais confiável, tendo sido a discussão direcionada em larga escala para a adoção do paradigma do *true and fair view*, bem como a substituição do modelo normativo baseado em regras pelo modelo baseado em princípios.

### **2.2.1 Image Fidèle x True and Fair View**

O conceito de *True and Fair View*, doravante denominado TFV<sup>7</sup>, teria surgido no Reino Unido em 1947 por ocasião do *British Companies Act* em substituição ao conceito de *True and Correct View*, doravante denominado TCV, existente no *Companies Act* de 1900 (MACEDO, 2010 apud SILVA, 2009).

Macedo (2010) apud Silva (2009) destaca ainda que somente na década de 1970 é que o termo se reveste de propriedade e tem seu uso referendado, adquirindo especial importância na Inglaterra, auxiliando na fuga do legalismo puro evidenciado.

---

<sup>7</sup> Os autores ainda pontuam que o IASB teve alguns problemas com relação à questão do TFV, quando em 1997 uma emenda na IAS 1 passou a exigir que uma entidade se afaste de uma norma ou interpretação se o seu cumprimento gerar algum conflito com o objetivo das demonstrações financeiras estabelecido na estrutura conceitual. Entretanto, antevedendo problemas legais em países de tradição *code law*, o IASB em 2003 restringiu esta prevalência aos casos em que as estruturas reguladoras nacionais exigissem ou permitissem esta posição, caso contrário as empresas deveriam dar ampla divulgação da norma adotada e seus efeitos.

Embora possa parecer sinônimo, o TFV é substancialmente diferente do conceito francês de *image fidèle*, destacado por Colasse (1997, apud CARDOSO, 2005), que o apresenta como um conceito presente no Código Comercial Francês e que definia que as demonstrações contábeis deveriam ser regulares e sinceras com o objetivo de transmitir uma imagem fiel.

A regularidade e sinceridade ficariam adstritas ao cumprimento das normas com boa fé, notadamente num país de tradição jurídica legalista, onde os contadores deveriam aplicar as regras e procedimentos definidos sobre os eventos econômicos de maneira que a forma tenha primazia sobre a essência.

Diferentemente, a busca do TFV implica que nos casos em que os preparadores e auditores entendam que determinada disposição normativa afete de forma significativa a visão verdadeira e justa dos negócios, o relatório deve se afastar destas prescrições, devendo prevalecer a essência econômica nas informações contábeis reportadas aos usuários<sup>8</sup>.

Para os defensores do TFV, ao se determinar a primazia da essência sobre a forma, os preparadores e profissionais da Contabilidade poderiam fugir do prejuízo que o exagerado legalismo poderia trazer para a qualidade da informação contábil.

Benston, Bromowich e Wagenhofer (2006, p. 179) entendem que o TFV não é definido como é percebido, por ser um conceito dinâmico que tem um significado técnico distinto do significado natural, sendo, no fim das contas, responsabilidade de um tribunal definir o que é necessário para transmitir uma visão verdadeira e justa da entidade.

Esse dinamismo do conceito estaria ligado à sua origem, ou seja, ao direito consuetudinário britânico, onde as “leis” são definidas pela jurisprudência ou pelo entendimento coletivo sobre a essência das transações.

O dinamismo do conceito é também visto como uma necessidade, pois estaria relacionado aos objetivos intrínsecos da Contabilidade, que ao tratar e informar os fenômenos econômicos não deveria possuir conceitos que não seguissem o dinamismo das transações econômicas.

Nessa linha, Kershaw (2005, p.596-597) afirma que regras podem ficar fora de uso e, pior ainda, disfuncionais quando o ambiente econômico muda ou quando os gestores criam

---

<sup>8</sup> O *British Companies Act* de 2006 prevê a prevalência da visão verdadeira e justa, chegando a dispor expressamente que os gestores se afastem, na medida necessária, de disposições normativas que impeçam o TFV, devendo apresentar em notas o descumprimento.

transações inovadoras ao redor destas mudanças, e conforme destacado pelo AAA - *American Accounting Association* (2003) é inviável, senão impossível, para qualquer organização padronizadora antecipar e prever todas as formas possíveis e tipos de operações financeiras e relações comerciais.

Em outra linha, devido à ausência de uma clara definição do seu conceito, o TFV é objeto de muita discussão, uma vez que a subjetividade que ele encerra pode propiciar uma vasta gama de interpretações sobre as normas, trazendo alguns impactos não desejados à qualidade da informação (ALEXANDER e JERMAKOWITCZ, 2006).

Referência para as normas contábeis européias<sup>9</sup>, o TFV está relacionado a um sistema contábil baseado quase que apenas em princípios, caracterizado pela SEC (2003) como normas de alto nível com pouca ou nenhuma orientação operacional, enquanto que o conceito francês de *image fidèle* estaria relacionado a um sistema contábil baseado quase que apenas em regras detalhadas, onde os profissionais da Contabilidade se limitariam a verificar se a informação está de acordo com as prescrições normativas.

### **2.2.2 Sistemas normativos – regras x princípios**

Em decorrência da busca da imagem fiel ou da visão verdadeira e justa das demonstrações contábeis, são necessários sistemas normativos adequados e relacionados com essas premissas, sendo respectivamente vinculados: o sistema baseado eminentemente em regras detalhadas e específicas e o sistema baseado em princípios.

Nelson (2003) define que um sistema normativo contábil é composto por um corpo de princípios e regras que objetivam responder a questões contábeis, enfatizando que a existência de uma estrutura conceitual apenas retrata a origem das regras. Ele discute os padrões normativos como guias para os comportamentos ou juízos profissionais dos participantes do processo de produção da informação financeira.

Disso, pode-se afirmar que um sistema é tido como baseado em regras quando possui, além da estrutura conceitual, um juízo profissional fundamentado em normas detalhadas e métodos específicos para o tratamento de todas as situações esperadas, com linhas claras, testes de

---

<sup>9</sup> Segundo Alexander e Jermakowicz (2006), o TFV tem sido exportado para muitos países e, com a ascensão do Reino Unido à União Européia, tornou-se parte da legislação, além de estar presente na IAS 1.

percentuais, exemplos, exceções de escopo e de tratamento etc (SCHIPPER, 2003; NELSON, 2003; BENSTON, BROMWICH e WAGENHOFER, 2006).

Por outro lado, com base nos mesmos autores, um sistema é tido como baseado em princípios quando as normas emitidas se baseiam numa estrutura conceitual e principiológica que fundamentam o julgamento profissional, não estabelecendo critérios detalhados e específicos para todas as situações.

O primeiro deve fornecer uma gama detalhada e suficiente de normas para que os usuários consigam checar se as demonstrações contábeis são a imagem fiel do que está prescrito na lei, enquanto que o segundo deve fornecer conceitos bem detalhados para que se possam julgar as transações em conformidade com sua essência.

Schipper (2003) argumenta que a principal referência para classificar um sistema contábil como sendo baseado em princípios é a existência de uma estrutura conceitual que garanta que a informação financeira divulgada seja relevante para os investidores, e que os requisitos de reconhecimento e mensuração sejam baseados nas características qualitativas da informação contábil<sup>10</sup>, enquanto que um sistema baseado em regras tem como característica a existência de um grande número de normas, com exceções de escopo e de tratamento, embora possam possuir uma estrutura conceitual.

A distinção do TFV e do sistema baseado em princípios é que nesse não há o estabelecimento de referências normativas ou de orientação que sirvam de guias de implementação, enquanto que um sistema baseado em princípios, apesar de ter no TFV uma referência forte, possui referências normativas ou de orientação voltadas a auxiliar os usuários nos momentos em que precisarem decidir qual caminho escolher para reportar as transações e eventos econômicos (ALEXANDER e JERMAKOWICZ, 2006).

No contexto mundial, a literatura aponta que o sistema baseado em regras é característico do padrão norte-americano (US-GAAP) emitido pelo FASB, enquanto o padrão europeu do IASB é considerado como baseado em princípios (SCHIPPER, 2003; BENSTON,

---

<sup>10</sup> Não há unanimidade sobre quais as características qualitativas principais da informação contábil, mas Hendriksen e Van Breda (2002) construíram um arquétipo teórico sobre a lógica da informação contábil em função da sua utilidade para os usuários da mesma, destacando como atributos de qualidade: relevância, confiabilidade e comparabilidade.

BROMWICH e WAGENHOFER, 2006; ALEXANDER e JERMAKOWICZ, 2006; NIYAMA e SILVA, 2008; LOPES, GALDI e LIMA, 2009 entre outros).

Alexander e Jermakowicz (2006) enfatizam que embora o sistema norte-americano seja conhecido pela expressão “princípios contábeis geralmente aceitos”, encerra na verdade um conjunto de regras e procedimentos específicos a serem seguidos, tendo um grande número de orientações e interpretações detalhadas que determinam o que deve ser feito, não se caracterizando como um sistema baseado em princípios de forma estrita.

Schipper (2003) destaca ainda que essas guias de orientações e interpretações não se limitam apenas a tirar dúvidas e a esclarecer, pois elas prescrevem tratamentos específicos em situações excepcionais (exceções de tratamento), bem como a não aplicação da norma em situações específicas (exceções de escopo), resultando no aumento do nível da complexidade do sistema<sup>11</sup>.

Alexander e Jermakowicz (2006) apontam que os defensores do padrão normativo norte-americano entendem que o estabelecimento de regras detalhadas eliminam as dúvidas devido à definição de “linhas claras”, enquanto seus opositores entendem que as regras são por natureza incompletas, tornam as normas inflexíveis, de difícil aplicação e induzem à interpretação literal das normas, sendo chamados de “indigestão contábil” ou “sobrecarga de padrões”.

Por outro lado, os partidários dos padrões do IASB defendem que padrões principiológicos possibilitam que a essência das transações não seja mitigada pelo legalismo, uma vez que o conteúdo das demonstrações contábeis é subjetivo e os regulamentos nunca serão capazes de demonstrar adequadamente a realidade econômica das transações (ALEXANDER e JERMAKOWICZ, 2006).

De fato, num ambiente normativo baseado em princípios, segundo Lopes, Galdi e Lima (2009), o ciclo contábil é realizado tendo como base a **essência econômica, a finalidade e a intenção da operação**, avaliando o valor justo a ser reconhecido.

---

<sup>11</sup> O FASB (2002) considera que o principal indicador da complexidade das normas contábeis é o número de exceções ao padrão básico e o outro é a quantidade de julgamento necessário para aplicar um padrão, que então necessita de regras e orientações adicionais.

Essa análise pode, em consonância com os defensores do padrão do IASB, trazer um aumento substancial à qualidade da informação contábil, embora, como também definido pelos críticos, isso também pode trazer uma subjetividade ao ambiente financeiro que reforçaria a desconfiança na informação.

Como se percebe, existem divergências sobre qual o padrão ótimo de reporte financeiro, indicando que talvez o melhor caminho seja um caminho alternativo, conforme defendido pela SEC (2003), e corroborado por autores como Benston, Bromowich e Wagenhofer (2006) e pelo AAA (2003), que indicam que o melhor sistema estaria no *continuum* entre um sistema baseado “somente em princípios” e um sistema baseado “somente em regras”.

Para a SEC, a melhor abordagem para as normas contábeis seria aquela baseada em objetivos, ou seja, em essência seria um sistema baseado em princípios ou conceitos, com menos regras detalhadas.

Esse sistema híbrido poderia ser representado por um TFCV mais flexível, no qual algumas características seriam aproveitadas de ambos os sistemas de forma a montar um híbrido com as benesses de cada paradigma.

Wells (2010, p. 20) ao explicar sobre como ensinar normas baseadas em princípios, define como padrão ideal de normas aquelas que não possuem exceções de escopo, em que os princípios derivam de uma estrutura conceitual, que apresentará as bases para o julgamento profissional em contexto empresarial, e que terão ainda guias que explicarão a aplicação dos princípios.

A adoção de um desses sistemas, ou de um misto dos dois, vem sendo objeto de inúmeros debates nos meios acadêmico e profissional. Niyama et al (2010) afirmam que no ambiente internacional algumas discussões têm gravitado em torno dos efeitos sobre a qualidade da informação contábil gerada e sobre os mecanismos de gerenciamento de resultados, enquanto que no Brasil as discussões têm se situado nos benefícios da adoção do sistema inglês em substituição ao sistema norte-americano em função da redução de custos.

É certo que as discussões sobre as vantagens e desvantagens da adoção de cada um dos sistemas, ou de um misto de ambos, devem ser aprofundadas pela Academia e pelos órgãos de regulação da Contabilidade, inclusive buscando respostas a questões relacionadas aos

impactos desses dois modelos sobre os atributos de qualidade da informação e sobre os profissionais da área financeira.

De qualquer forma, complexa é a definição de normas que buscam orientar a produção de informações sobre eventos econômicos. Regras ou princípios? Talvez a resposta esteja realmente num caminho alternativo, mas que parece estar sendo trilhado no sentido de distanciar-se de regras excessivas em busca da qualidade dos relatórios financeiros, estando fortemente influenciado pela desconfiança generalizada sobre os relatórios financeiros no mundo todo, inclusive depois dos recentes escândalos financeiros ocorridos nas economias dos Estados Unidos e que foram enxergados em países da União Européia e América Latina, e inclusive aqui no Brasil, como se viu nas notícias do caso do Banco Panamericano.

### **2.3 Sistemas de normas e os reflexos na qualidade da informação contábil**

A definição sobre quais as características qualitativas necessárias à informação contábil está intrinsecamente relacionada ao que se espera dela, ou seja, às funções inerentes à Contabilidade. Daí afirmar-se que os requisitos de qualidade da informação contábil dependem basicamente das demandas dos usuários, que são muitas vezes diferentes entre si, ao buscarem ferramentas que os auxiliem nas decisões.

Em linha com a função econômica da informação contábil e dada a dificuldade de se observar objetivamente a qualidade econômica do lucro, devido às diferenças de perspectivas dos diversos usuários, Schipper e Vincent (2003) apresentam algumas linhas de pesquisa utilizadas para definir a qualidade do lucro e suas ligações com mensurações empíricas. Entre elas, cabe destacar as características derivadas de princípios e padrões contábeis, basicamente definidas em termos de:

- Relevância, no sentido de que devam ser registrados todos os fatos que alterem o valor econômico dos ativos líquidos da empresa, independente de sua realização em caixa;
- Confiabilidade, no sentido de que os eventos a serem relatados não devem se apoiar em julgamentos ou inferências opinativas dos gestores;
- Comparabilidade e consistência dos eventos relatados, tanto entre empresas quanto ao longo do tempo.

Apresentam ainda linhas de pesquisa em que se apresentam as relações entre lucros operacionais, fluxos de caixa e apropriações derivadas do regime de competência, bem como

as consequências das decisões adotadas no cálculo do lucro derivadas de incentivos ou da capacidade técnica de contadores e auditores.

Outros autores como Schroeder, Clark e Cathey (2001) *apud* Paulo (2007) e Burgstahler, Hail e Lenz (2006) são mais específicos e discutem a questão da manipulação da informação contábil como uma dimensão de análise da qualidade da informação contábil, alegando que a manipulação representaria uma resposta aos incentivos de informações das firmas.

Questões relacionadas à manipulação da informação contábil são reiteradamente abordadas na literatura, pois como enfatizado por Schipper e Vincent (2003), dados reportados com baixa qualidade (fraudulentos e manipulados) poderão induzir a erro os investidores sobre as expectativas existentes em projetos, uma vez que as decisões de investimentos são marcadas basicamente por assimetria informacional.

Em discussão sobre a qualidade das informações relatadas, Ball (2001) atrela a questão da qualidade dos lucros reportados à eficiência econômica com que eles promovam a redução da assimetria informacional entre gestores e as partes contratantes das empresas (acionistas, investidores, emprestadores, financiadores, fornecedores, clientes e empregados).

Para ele, os principais requisitos para que os lucros relatados sejam informacionalmente eficientes, ou seja, possuam os atributos de qualidade, referem-se à motivação e aos incentivos econômicos criados para que gestores e auditores gerenciem em seu proveito ou de terceiros os resultados divulgados.

Ball (2001) ainda anota que o simples estabelecimento de novos padrões contábeis ou súbitas alterações de regulação não surtirá qualquer efeito se não forem acompanhadas de incentivos e garantias de cumprimento para os gestores, pois o simples risco de incorrer em custos efetivos por não reportar lucros com transparência motivaria os gestores e auditores a fazê-los.

Nessa linha, estaríamos diante de um contínuo embate, no qual gestores e auditores estariam em conflito com os demais usuários da informação contábil, ambos tentando maximizar suas utilidades, mas tendo como barreiras à produção de informação de qualidade duvidosa os custos eventualmente incidentes nesse processo.



Embora os tipos de sistemas não sejam apontados como os únicos responsáveis pelos conflitos e pelas posturas oportunistas dos preparadores que afetam a qualidade da informação, parte da literatura tece críticas, enfatizando efeitos esperados tanto pela adoção de normas baseadas em regras, quanto baseadas em princípios.

É bem verdade que muitas dessas críticas e impactos apontados são potenciais, devido à falta de estudos empíricos sobre as reais consequências dos sistemas normativos sobre a informação contábil, pois conforme ressaltado por Niyama et al (2010) as discussões sobre os impactos dos dois sistemas normalmente são essencialmente teóricas, e às vezes opinativas.

### **2.3.1 Atributos da comparabilidade, relevância e confiabilidade**

Estas características são mencionadas pelo FASB e pela SEC como parâmetros importantes nas discussões sobre normas contábeis baseadas em regras ou em princípios, sendo a utilidade da informação para a tomada de decisão suportada por esses atributos.

Schipper (2003) destaca que a comparabilidade e a consistência seriam a razão primária para se ter normas de divulgação contábil. Para ela, se uma mesma transação é contabilizada de uma mesma forma, torna-se possível avaliar os relatórios financeiros de diferentes empresas, ou a mesma entidade em diferentes pontos ao longo do tempo, de modo a discernir a substância econômica subjacente. Por outro lado, se pouco valor for dado a tratamentos contábeis similares, aplicados a classes identificadas de itens semelhantes, os preparadores poderiam ser tentados a escolher relatos que melhor se adéquem às suas estratégias de comunicação.

O impacto das normas internacionais sobre a comparabilidade é objeto de debates, inclusive com constatações empíricas sobre os reflexos relevantes das IFRSs sobre os indicadores financeiros das empresas (COSTA e LOPES, 2008; LANTTO e SAHLSTROM, 2009; PAULO e MARTINS, 2010).

Outras pesquisas, como a de Barbosa Neto, Dias e Pinheiro (2009) também revelaram impactos sobre os indicadores financeiros de empresas brasileiras de capital aberto, porém sem relevância estatística.

Em oposição a esta hierarquização das características qualitativas, o FASB (2002) ressalta a relevância e confiabilidade como características primordiais da informação. Para a Fundação,

a comparabilidade e consistência, embora importantes, seriam qualidades secundárias. Wells (2010) e Barth (2010), indicando a linha do IASB, consideram como características fundamentais a relevância e o valor preditivo da informação, além da representação fiel das transações, que precisam ser completas, neutras e livres de erros.

Na esteira da discussão de quais as características que tornam a informação mais ou menos útil, os críticos e defensores de cada um dos sistemas apontam efeitos potenciais sobre cada característica.

Benston, Bromowich e Wagenhofer (2006) relatam que o FASB (2002) entende que a extensiva emissão de normas é resultado da necessidade de cumprir com os objetivos da comparabilidade, o que levou à rejeição pela SEC de padrões baseados “apenas em princípios”. A ideia é que num ambiente sem regras detalhadas, o julgamento profissional, realizado de boa fé, resultaria em diferentes interpretações para situações similares, provocando prejuízos sobre a desejada comparabilidade das demonstrações.

Alertam ainda que a comparabilidade deve ser vista com especial importância em um ambiente internacional, pois há o risco de que contabilistas locais e reguladores cheguem a pontos de vista divergentes sobre a interpretação das questões contábeis em sistemas sem regras detalhadas.

Benston, Bromowich e Wagenhofer (2006) discutem a questão da comparabilidade afirmando que mesmo que existam normas detalhadas, a comparabilidade de um ativo é perdida tão logo ele é adquirido, com seu valor de uso por diferentes usuários. E que ao longo do tempo, ambos, valor de uso e valor de troca ou valor de reposição também mudam e as alterações serão diferentes entre as companhias.

Essa situação demonstra a dificuldade para acompanhar as mudanças frequentemente ocorridas no ambiente econômico, inviabilizando determiná-las objetivamente, e tornando a comparabilidade vinculada a esses diferentes ambientes. Essa vinculação, além de poder tornar a informação pouco relevante e pouco confiável para os usuários em ambiente de excessiva normatização, pode trazer uma espécie de comparabilidade superficial quando são aplicados os mesmos tratamentos a ambientes econômicos em constante mutação.

Schipper e Vincent (2003) observam que tais características qualitativas não são facilmente observáveis, eis que conflitantes, sendo que a escolha de um aspecto se dará em detrimento de outro.

Schipper (2003) anota a possibilidade de “*trade offs*” entre esses conceitos, ao discutir sobre os padrões contábeis norte-americanos, exemplificando que alguns acreditam que há um inerente “*trade off*” entre relevância, tais como relatórios em tempos mais oportunos, o que requer estimativas maiores e julgamento, e a confiabilidade, onde a informação é baseada no valor da transação, com pequena ou nenhuma estimativa.

A autora continua exemplificando que também pode haver um “*trade off*” entre comparabilidade, que facilita comparação entre firmas e a capacidade de previsão, que facilita cálculos do valor intrínseco, e a habilidade preditiva (relevância), que pode requerer escolhas específicas de relatórios que reflitam as idiossincrasias do modelo de negócios.

Niyama et al (2010) argumenta que nesses “*trade offs*” sempre há uma dualidade entre princípios e regras, e que a questão crucial seria como solucionar apropriadamente esses conflitos, questionando se seria conveniente o estabelecimento de uma hierarquia entre essas características, ou se isso representaria um outro “engessamento” do padrão normativo.

### **2.3.2 Risco aos profissionais da área contábil**

As questões relacionadas aos impactos dos sistemas normativos sobre a regulação e sobre a possibilidade de aumento nos riscos de litígios pode ser discutida em termos da desejável verificabilidade, como sinalizado por Benston, Bromowich e Wagenhofer (2006).

A verificabilidade é desejável e necessária uma vez que ela permite que os diversos usuários da informação possam observar e atestar a sua qualidade ou fidedignidade com uma base comum de conhecimento, ou seja, os usuários poderão discutir a informação com base em consensos. Um exemplo é a necessidade de se verificar em que base ocorreu a antecipação de perdas e os prováveis efeitos sobre o resultado ou fluxo de caixa da entidade, uma vez que a adoção do conservadorismo representará uma diminuição da situação líquida.

O FASB (2002) ressalta que o grande número de regras, definidas e detalhadas, é uma exigência dos próprios interessados (gestores e profissionais da Contabilidade), uma vez que eles querem respostas claras para toda a questão contábil perceptível.

Essa exigência encontra lastro no ambiente de litígios dos EUA, e que estão aumentando em outros países, pois um sistema normativo baseado em princípios, ou seja, sem regras claras, implica no aumento significativo dos riscos de processos baseados em alegações de erros na Contabilidade, dando aos contadores a forte motivação para demandar regras às quais eles possam recorrer no caso de custosos processos judiciais.

Essa questão é também apresentada por Schipper (2003), que aponta que as regras são suscetíveis de proliferar os pedidos de orientações dos profissionais da Contabilidade, pois eles esperam que elas os protejam de ações judiciais e de disputas com reguladores.

Schipper (2003) aponta que o sistema normativo baseado em regras é especialmente interessante para os preparadores, auditores e, possivelmente, reguladores, pois reduz as dificuldades com disputas com agentes fiscalizadores em função de tratamentos contábeis aplicados, além de reduzir a incidência de litígios por causa de supostos erros de contabilização.

Estudo realizado por Santos e Lopes (2011) objetivou captar a percepção dos contabilistas portugueses sobre os impactos da adoção dos IFRSs na profissão e concluiu que a adoção das normas internacionais possui muitos benefícios, mas que um dos riscos embutidos é o maior risco de conflitos em função da subjetividade.

Apontando estudos a serem realizados para corroborar ou refutar essas questões, Schipper (2003) ressalta que se têm sustentado que as detalhadas guias de implementação não somente reduzem a incidência de disputas “depois do fato” com agências fiscalizadoras, mas também reduzem a incidência de litígios sobre os tratamentos contábeis. Ou seja, um dos argumentos contrários à remoção das orientações detalhadas, ou em favor de pelo menos este atributo do sistema baseado em regras, é que num ambiente mais principiológico não existirão regras que permitam a proteção contra litígios.

### **2.3.3 Nova expertise requerida**

O AAA (2003) apresenta uma faceta da adoção de normas mais principiológicas na qual o julgamento profissional exigido é de “*expert*”, com uma excelente base conceitual, o que teria consequências também na estrutura de formação dos profissionais da área contábil, não só do ponto de vista técnico, mas também ético e moral.

Nessa linha, Schipper (2003) ressalta que a necessidade de expertise requerida dos preparadores e demais profissionais da Contabilidade num ambiente menos normativo deverá mudar.

Num sistema baseado em regras é requerido um tipo de expertise focada na aplicação de normas e na forma das transações, já que há extensas orientações e exemplos numéricos relacionados a fatos e a circunstâncias específicas. Por outro lado, quando essas normas detalhadas são removidas, o profissional tem que trabalhar e exercitar a aplicação dos conceitos e dos detalhes para atender ao espírito das normas.

Schipper (2003) pondera que com o aumento na necessidade de julgamento profissional, as transações que requerem estimativas, por exemplo, são particularmente importantes, requerendo expertise na mensuração dos itens. Ela destaca que se a ênfase na expertise de mensuração aumenta, uma potencial implicação para a educação da Contabilidade é a necessidade de desenvolver as competências necessárias nessa etapa, uma vez que os currículos não oferecem um nível de treinamento suficiente para desenvolver a expertise necessária para mensurar as quantidades a serem relatadas para ativos e passivos específicos.

Em síntese, as novas competências requeridas dos profissionais num sistema de normas baseadas em princípios estão relacionadas à interpretação dos conceitos, ou seja, os profissionais deverão ser capazes de captar a essência das transações, mesmo que em detrimento das formas legais que elas exteriorizem.

Os profissionais não poderão mais se contentar em ler e aplicar uma norma, principalmente se ela não permitir expressar a imagem verdadeira e adequada da empresa, sendo essa premissa determinada inclusive pelo órgão de regulação do mercado de capitais brasileiro em trecho do parecer a seguir transcrito:

Constata-se que (...), não apenas os efeitos econômicos devem prevalecer sobre a forma, independentemente do tratamento jurídico, como é imperioso, no novo ordenamento contábil, que a representação da realidade econômica seja verdadeira e apropriada. Tão imperioso que, mesmo no caso de conflito com as normas emitidas, a preponderância deve ser da representação adequada. Estes são os pilares centrais desse novo ordenamento (CVM, 2011).

### **2.3.4 Responsabilização dos preparadores e profissionais da área contábil**

Num cenário de forte ênfase no julgamento profissional dos preparadores e auditores, a responsabilidade pela informação financeira parece ficar mais bem definida, pois embora a responsabilidade legal pela informação financeira seja normalmente da administração, a presença de normas detalhadas e coercitivas possibilita que gestores e auditores compartilhem uma parcela significativa dessa responsabilidade com os organismos de padronização.

De certa forma concordando com esta afirmação, o AAA (2003) anota que normas detalhadas fornecem aos gestores “autointeressados” a oportunidade de manipular os resultados apresentados sob o pretexto de dar cumprimento às regras, e os auditores, por sua vez, têm mais dificuldades para contrariar tais manipulações, quando as regras servem como justificativas para os gestores.

Benston, Bromwich e Wagenhofer (2006), ao tratarem do TFV, afirmam que num sistema baseado em maior responsabilidade para os preparadores e auditores, os CEOs e CFOs não seriam capazes de afirmar que não seguiram a intenção da norma, bem como a lista de princípios, ou mesmo, as regras específicas. Ao contrário, num sistema de regras detalhadas e, portanto, com responsabilidade compartilhada, os preparadores e os auditores alegam que não tem autoridade para substituir as regras com o intuito de buscar uma imagem verdadeira e justa das transações.

Para eles, uma maior exposição e responsabilização dos auditores e preparadores transferem o ônus da prova da imagem verdadeira e justa do usuário ou regulador para os próprios auditores e preparadores, e com isso acredita-se que os relatórios financeiros passam a expressar a intenção dos preparadores e auditores.

Com base nesta visão de Benston, Bromwich e Wagenhofer (2006), comparativamente, em que pese se tratar de atividades com perfis e objetivos diferentes, ao se refletir sobre o impacto para a perícia contábil, poder-se-ia afirmar que a preocupação de transferência da responsabilidade para o perito se traduziria, por exemplo, no risco deste profissional imputar maior culpabilidade quando da avaliação de crimes financeiros.

A literatura (MARINEZ, 2001; CARDOSO, 2005; CARDOSO e MARTINEZ, 2006, PAULO, 2007), principalmente sobre “manipulação da informação contábil”<sup>12</sup>, apresenta evidências de que os gestores manipulam as informações contábeis com o objetivo de atender aos seus próprios interesses, legítimos ou não.

Entretanto, conforme enfatizado pelo AAA (2003), ainda são incipientes os estudos que forneçam uma comparação entre os sistemas baseados em normas e os sistemas baseados em princípios e as ações oportunistas dos administradores, havendo, no entanto, algumas evidências empíricas que apontam a existência de manipulação nos dois tipos de sistemas.

### **2.3.5 Manipulação da informação contábil**

Uma característica pacífica do sistema baseado em princípios é que os preparadores (gestores e contadores) e demais profissionais da área contábil possuem um grau de liberdade substancialmente maior no momento de elaboração das demonstrações, num cenário em que a subjetividade ganha força ao se definirem os critérios a serem utilizados para reportar as informações financeiras, gerando algumas ressalvas por parte de práticos e acadêmicos quanto às consequências disso sobre a manipulação da informação contábil.

A literatura apresenta evidências de que no sistema com normas baseadas em princípios, carentes de guias claras e objetivas para a implementação dos princípios às situações, não há garantias de que o julgamento profissional seja aplicado de forma que as informações sejam produzidas sem qualquer tipo de manipulação.

Tendeloo e Vanstraelen (2005) analisaram o impacto no nível de manipulação da informação contábil em função da adoção voluntária dos IFRSs pelas empresas alemãs. Os autores não apontaram diferenças em termos de gerenciamento de resultados, indicando que a simples adoção das normas internacionais pode não ser suficiente para garantir uma diminuição da prática.

Goncharov e Zimmermann (2006) realizaram comparação nos níveis de manipulação da informação contábil em empresas alemãs que adotam USGAAP, German GAAP e os IFRSs. Concluíram que as demonstrações confeccionadas com base nos USGAAP apresentam níveis

---

<sup>12</sup> Não há unanimidade na literatura sobre a definição desse termo, sendo considerado sinônimo de gerenciamento de resultados, gerenciamento de lucros, Contabilidade criativa, *earnings management* etc. De forma genérica, o gerenciamento de resultados pode ocorrer de forma idônea ou inidônea, chegando a ser caracterizada em alguns casos como fraude (SEC, 1999 apud MULFORD e COMISKEY, 2002).

de manipulação menores quando comparados com os German GAAP e os IFRSs, e que estes últimos apresentariam níveis similares, indicando que o padrão americano poderia ser “melhor” para mitigar os riscos de *earnings management*.

O pressuposto que está implícito é que em normas mais principiológicas, nas quais o julgamento profissional teria uma subjetividade supostamente exacerbada, um efeito negativo esperado é a possibilidade de existirem diferenças de interpretações das normas, em situações de “boa fé” ou “má fé”.

O AAA (2003) concorda que a adoção de normas baseadas em conceitos é uma “faca de dois gumes”. Segundo eles, a estrutura dessas normas permite que os gestores escolham qual o tratamento contábil que reflita o seu entendimento sobre os fundamentos econômicos das transações, mas também permite que os gestores advoguem tratamentos oportunistas na ausência de linhas e limites claros.

De forma geral, os opositores afirmam que nos sistemas baseados em princípios as ações oportunistas dos gestores terão no juízo profissional uma ferramenta para abusos, incluindo ações de má fé.

Por outro lado, seus defensores apontam que o modelo baseado em regras não foi capaz de impedir ou mitigar os recentes escândalos financeiros ocorridos nos Estados Unidos, argumentando que a grande quantidade de regras não impediu empresas como a Enron de realizarem verdadeiras ações de engenharia financeira com propósitos contrários aos GAAP.

Yu (2005) analisou empresas de 77 países e os impactos da adoção dos IFRSs sobre o gerenciamento de resultados, concluindo que tais normas restringem os níveis de manipulação. Com resultados similares, Barth, Landsman e Lang (2007) analisaram os resultados de 21 empresas que adotaram as IFRSs e concluíram que houve aumento da qualidade da informação e redução nos níveis de gerenciamento de resultados.

Apesar da percepção da demanda (gestores e profissionais da Contabilidade) por padrões baseados em regras, Benston, Bromwich e Wagenhofer (2006) apontam que o FASB e a SEC rejeita-os, voltando-se para os proponentes dos padrões baseados em princípios, presumidamente devido aos escândalos contábeis ocorridos sob o manto dos USGAAP, e passando a considerar que o custo dos padrões baseados em regras superou seus benefícios.



A estruturação das transações, nas quais a forma é respeitada em detrimento do espírito da lei, é constantemente apontada como um efeito negativo dos sistemas de normas baseados em regras detalhadas. A SEC (2003), ao tratar do assunto, assim se pronunciou:

Infelizmente, a experiência demonstra que padrões baseados em regras frequentemente fornecem um roteiro para evasão dos objetivos inerentes às normas. Inconsistências internas, exceções e testes de linha (percentagens) recompensam aqueles que estão dispostos a recorrer à engenharia (financeira) para driblar a intenção das normas. Isto pode resultar em relatórios financeiros que não representam verdadeiramente a subjacente substância econômica das transações e eventos. Em um sistema baseado em regras, relatórios financeiros podem bem vir a ser vistos como um ato de respeito ao invés de um ato de comunicação. Além disso, pode criar um ciclo de complexidade crescente, com a engenharia financeira via implementação normativa, para um manter o outro (tradução do autor).

Apesar da diversidade de pontos de vista sobre a questão e da existência de evidências empíricas favoráveis e desfavoráveis para ambos os sistemas de normas, há evidências de que o tipo de norma importa menos do que os custos, riscos e benefícios associados à prática de gerenciamento de resultados.

Nelson, Elliott e Tarpley (2002) demonstram que a existência de detalhamentos nas normas diminui o gerenciamento de resultados por meio do julgamento profissional, mas aumentam o gerenciamento por meio da estruturação de operações.

Os autores relatam que os gestores estão mais propensos a tentar gerenciar os lucros por meio de estruturação nas transações quando normas precisas regem a contabilização de arrendamentos, equivalência x custos, consolidações e assim por diante, do que quando as normas são mais flexíveis. Da mesma forma, os auditores estão mais propensos a permitir as tentativas de gerenciamento de resultados por meio da estruturação de transações quando as regras são precisas e a estruturação da operação está consistente com a regra.

Por outro lado, os autores constataram que, quando a norma não prevê qualquer “linha brilhante” para os gestores usarem em estruturação de transações, eles são menos propensos a se envolver de forma onerosa com elas, mas com padrões baseados em conceitos, os gestores estão mais tentados a justificar as tentativas de gerenciamento de resultados pelo convencimento dos auditores da sua interpretação das regras imprecisas. Por conseguinte, os auditores são mais permissivos em tais tentativas de gerenciamento de lucros, devido à imprecisão das regras.

Pesquisa de Cuccia *et al* (1995), apresentada pelo AAA (2003), relata que os preparadores de informações fiscais são igualmente agressivos quando atuam sob regras detalhadas ou sob regras flexíveis, variando apenas a forma da agressividade.

Buscando analisar a mesma relação, porém com resultados distintos, Hronsky e Houghton (2001), citados pelo AAA (2003), fornecem algumas evidências sobre a eficácia das normas baseadas em conceitos. Especificamente, os autores analisaram se as alterações na redação de uma norma conceitual resultaram em diferentes tratamentos contábeis.

Eles testaram a classificação de itens como extraordinários por meio da mudança na definição das normas Australianas sobre esses itens e tiveram 40 auditores experientes como participantes. Os reguladores mudaram a definição de idade, a fim de retirar a flexibilidade inerente à definição e, portanto, “limitaram as incoerências e o oportunismo alegado nas práticas observadas”. Os autores encontraram diferenças significativas na classificação dos itens com base nas novas regras, a partir da qual se inferiu a importância de definições e interpretações na tomada de decisões. Concluíram que os resultados sugerem que houve uma relação sistemática entre o significado percebido e o posterior resultado da decisão de classificação na direção pretendida pelos reguladores, fornecendo evidências de que a precisão na formulação de normas conceituais podem de fato reduzir relatos “agressivos”.

De forma geral, os diferentes resultados das pesquisas acadêmicas indicam que a realização ou não de manipulação da informação contábil pode não ser alterada em função das duas diferentes abordagens de normas para a Contabilidade, pois as mesmas não alteram nem os incentivos e nem a capacidade dos gestores em relatar de forma oportunística.

Entretanto, há evidências empíricas de que talvez a precisão na formulação das normas com base em conceitos e princípios tenha algum efeito sobre as decisões dos relatórios financeiros, mas no geral são menos importantes do que os incentivos e riscos enfrentados pelos gestores e auditores.

## **2.4 A Contabilidade Nacional – das regras aos princípios**

O processo de convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais vem sendo estudado pela Academia há muitos anos, sendo cobrada pelos diversos segmentos da área contábil a adoção de padrões mais consentâneos com a necessidade imposta pela

integração dos mercados mundiais, revelando-se como uma exigência não só de investidores, como também dos governos, conforme afirmado pela CVM (2008):

A parcela da sociedade brasileira representada pelas entidades contábeis, contadores, auditores, órgãos reguladores, analistas de mercado de capitais e usuários de demonstrações financeiras dedicou grande parte das duas últimas décadas discutindo a necessidade de modernização da Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/76, visando torná-la responsiva às necessidades locais e globais de informação.

Conforme repisado anteriormente, o padrão majoritariamente aceito atualmente pela comunidade internacional é tido como baseado em princípios, e foi definido pelo *International Accounting Standards Committee* – IASC, atualmente chamado de IASB - *International Accounting Standards Board*, e é utilizado como a base para a preparação das demonstrações financeiras consolidadas das empresas abertas da Comunidade Européia.

Esse novo padrão da informação contábil internacional, no qual são estabelecidas normas com orientações principiológicas que servirão de base para o julgamento profissional dos preparadores e auditores das informações contábeis, possui origem no sistema jurídico do Reino Unido, ou seja, numa tradição jurídica *common law*.

Conforme definido por Reale (1996), o que caracteriza o *common law* é não ser um Direito baseado na lei, mas antes nos usos e costumes consagrados pelos precedentes firmados através das decisões dos tribunais. Seria, assim, um Direito costumeiro jurisprudencial, ao contrário do Direito continental europeu e latino-americano, no qual prevalece o processo legislativo como fonte por excelência das normas jurídicas<sup>13</sup>.

Em contraposição, e de forma bem simplificada, teríamos o direito codificado (*code law*), no qual as leis são a base do Direito, sendo o material coercitivo produzido basicamente pelos poderes Legislativo e Executivo.

Esta seria, em princípio, uma das mais importantes diferenças em relação ao sistema de informação contábil nacional pré-convergência, conforme enfatizado por diversos acadêmicos como Niyama et al (2010), Weffort (2005), Martins e Lisboa (2005) entre outros, pois a

---

<sup>13</sup> Do ponto de vista do direito, os sistemas normativos podem ser divididos em dois grupos principais: um de origem anglo-americana, baseado no direito consuetudinário, com uma limitada quantidade de normas básicas e a maior parte do conteúdo desenvolvido nos tribunais na forma de jurisprudência; e outro de origem romano-germânica, baseado no direito codificado, ou direito romano, em que os direitos são estabelecidos em códigos detalhado. Sobre sistemas jurídicos e sistemas contábeis, ver Schmidt (2002) e Weffort (2005).

tradição jurídica brasileira, mais próxima do *code law*, influencia a Contabilidade, reforçando inclusive o padrão de formação dos profissionais nas universidades.

Conciliar essas duas visões é destacado como um desafio fundamental para o Brasil, pois nosso país tem uma herança legalista, com um viés para codificação e redução da flexibilidade de escolhas, e que está convergindo para um modelo que tem seus fundamentos próximos ao do contexto inglês (*Financial Reporting Standards*), em que há uma maior responsabilidade para o preparador das informações contábeis (CVM, 2008).

Esse modelo consensual, ao qual hoje o Brasil está aderindo, vem causando alguma preocupação aos acadêmicos, pois o paradigma jurídico internacional<sup>14</sup> do direito não codificado (*common law*) está sendo inserido em um ambiente institucional mais instável, com um mercado financeiro menos desenvolvido e com uma população de profissionais e reguladores acostumados a criar e a seguir regras detalhadas.

#### **2.4.1 Ambiente regulatório nacional**

Há diversas evidências da existência de diferenças entre o padrão contábil nacional pré-convergência e os IFRSs (PEREIRA et al, 2006; ROGERS et al. 2006; LEMES e SILVA, 2007; KLANN, BEUREN e HEIN, 2009; LEMES e CARVALHO, 2009; e BARBOSA NETO, DIAS e PINHEIRO, 2009; PAULO e MARTINS, 2010), indicando que a adoção de um padrão contábil diferente do nacional traz consigo consequências nas demonstrações financeiras.

Paulo e Martins (2010) ressaltam que essas diferenças são mais evidentes nas empresas submetidas à regulação setorial, pois esses órgãos reguladores editam resoluções e normas específicas para essas empresas, definindo muitas vezes o tratamento contábil de determinadas operações.

Pesquisa realizada por Brown e Tarca (2005) sobre o modelo normativo da França, do Reino Unido e da Austrália constatou a necessidade de convergência das visões institucionais e legais para que se possa alcançar com sucesso a aplicação de padrões contábeis. Constataram que a convergência pode não ser alcançada caso os organismos reguladores não adiram e promovam o uso rigoroso e coerente das IFRSs.

---

<sup>14</sup> Embora o *Common Law* seja mais característico da Inglaterra, utilizou-se esta expressão em alusão ao batismo das Normas Internacionais de Contabilidade.

No caso brasileiro, por disposições constitucionais e infralegais, para que as normas internacionais de Contabilidade tenham poder vinculante é necessário que elas sejam referendadas pelos organismos reguladores. Em função do contexto legal e da estrutura dos diversos segmentos econômicos, observa-se que há também diversos segmentos regulatórios além daqueles intrinsecamente relacionados aos mercados financeiros e de capitais.

Esses órgãos reguladores possuem poder vinculante em relação às demonstrações contábeis que servem como fontes de informações. São exemplos desses órgãos reguladores setoriais: o Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BCB), a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Secretaria de Previdência Complementar (SPC), a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Agência Nacional de Saúde (ANS).

Constata-se que embora as normas do IASB já tenham sido publicadas pelo CPC sob a forma de pronunciamentos e que já foram aprovados em sua totalidade pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, os diversos segmentos regulatórios nacionais ainda não aprovaram todos os pronunciamentos.

Em pesquisa no site do CPC<sup>15</sup>, verifica-se que foram emitidos 44 pronunciamentos, 5 cinco orientações técnicas e 16 interpretações. Analisando apenas os pronunciamentos, percebe-se que apenas a CVM referendou todos os normativos, conferindo poder coercitivo às disposições das normas internacionais ao mercado de capitais.

A estrutura conceitual básica ainda não foi referendada por organismos importantes para os mercados tais como o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil, o que pode gerar, conforme advertido por Niyama et al (2010), uma situação de potencial conflito entre organismos reguladores, levando a inconsistências nas informações contábeis geradas pelos diversos segmentos nacionais.

Os autores ainda ressaltam que esses conflitos potenciais podem levar a uma situação esdrúxula na qual poderemos ter que recorrer a conciliações de padrões setoriais aos padrões aceitos internacionalmente.

---

<sup>15</sup> [www.cpc.org.br](http://www.cpc.org.br)

Autores há que afirmam que os mercados reagem de forma adversa às reconciliações de padrões locais aos IFRSs, como Horton e Serafeim (2007) e Lee, Walker e Christensen (2007), que concluíram que os mercados reagem fortemente quando ocorrem conciliações de padrões contábeis, mesmo quando tais procedimentos não passam de mera tradução.

No caso nacional, a título de exemplo, pode-se mencionar a questão das companhias que compõem o Sistema Financeiro Nacional e que também compõem o mercado de capitais brasileiro. Tais empresas estão vinculadas às disposições normativas da CVM, por serem companhias abertas no mercado de capitais, e também às disposições do Banco Central, por serem empresas que compõem a estrutura do SFN.

Essa situação de potencial conflito, além de gerar problemas nos mercados, gera desconforto aos preparadores e demais profissionais da área contábil. Observa-se ainda, que tal situação pode gerar consequências também na regulação econômica exercida pelo Direito Penal, pois em nosso ordenamento jurídico, conforme detalhado no capítulo 3 a seguir, há leis penais que tratam especificamente desses segmentos e que possuem tipos penais intrinsecamente relacionados às informações financeiras reportadas por essas empresas, o que pode gerar dificuldades nos momentos de se analisar condutas potencialmente criminosas.

#### **2.4.2 A cultura contábil nacional e a necessidade de (re)qualificação profissional**

Não se pode analisar um fenômeno social sem analisar as dimensões culturais, pois conforme afirmado por Weffort (2005), os valores culturais estão intrinsecamente relacionados não só com as práticas, mas também com as normas contábeis, afetando-as de forma direta, por meio do comportamento dos contadores ao demandarem normas para embasar seus julgamentos, e de forma indireta, quando as instituições do país produzem estas normas.

Observa-se que há uma relação de mão dupla, quase que de interdependência, entre os valores culturais, as práticas e as normas profissionais, um alimentando o outro num movimento incessante.

Sob essa perspectiva, a nova realidade contábil pode ser analisada sob o prisma da inserção na cultura contábil nacional de dois pilares básicos do sistema baseado em princípios: a visão verdadeira e justa (TFV) da informação financeira e a consequente primazia da essência das transações econômicas e financeiras sob a forma jurídica.

A CVM (2011) indica claramente que houve a recepção pelo ordenamento contábil da busca do TFRV nas demonstrações, sendo para isso necessária a primazia da substância sobre a forma, para que a informação financeira represente a essência de um fenômeno econômico ao invés de meramente representar sua forma jurídica.

Embora a questão da essência sobre a forma não seja nova no Brasil, conforme se observa na deliberação CVM n.º 29/86, na resolução CFC n.º 750/93 e na deliberação CVM 488/2005, todas reverberando a doutrina contábil nacional, é certo que a efetiva aplicação desse princípio é uma novidade para a prática profissional, conforme também sinaliza a CVM (2011) em seu recente parecer de orientação n.º 37, de 22 de setembro de 2011:

Muitos conceitos trazidos pelas IFRS não são necessariamente inéditos para a doutrina contábil brasileira, mas certamente trazem novidade à prática profissional de muitos contadores e ao ambiente contábil das companhias. Nesse contexto, **está sendo quebrado um paradigma cultural há muito presente em nosso ambiente econômico-financeiro, segundo o qual os eventos econômicos eram interpretados e, consequentemente, registrados e mensurados predominantemente conforme sua forma jurídica** (Grifo do autor).

Essa definição emanada do órgão regulador indica que o paradigma cultural de respeito exacerbado à forma legal não pode servir como escudo para representações não fidedignas, corroborando a eterna preocupação com as ações oportunistas e fraudulentas, expondo ainda uma faceta do profissional brasileiro, muito acostumado a repetir e seguir as normas, sem pensar o ciclo contábil com o objetivo de expressar a realidade econômica das transações.

Esse traço cultural do profissional contábil brasileiro foi objeto de constatação por alguns estudos realizados.

Gray (1988), ao buscar relacionar as diferenças de comportamentos dos contadores e a natureza das práticas de cada país, elaborou um modelo baseado numa espécie de valores da cultura contábil, que busca resumir a influência do sistema legal, educacional, estatal entre outros sobre a Contabilidade, conforme se observa no quadro a seguir.

**Quadro 1 – Cultura e Contabilidade em Gray (1988)**

Dimensão	Valores	Definição
Nível de Rigidez	Profissionalismo	Julgamento profissional e autorregulação
	Controle legal	Cumprimento de regras prescritivas
	Uniformidade	Práticas uniformes e consistentes
	Flexibilidade	Práticas moldáveis às situações

Nível Transparência	Conservadorismo	Informação cautelosa
	Otimismo	Informação otimista
	Sigilo	Restrições às divulgações
	Transparência	Publicidade da informação

Fonte: Produzido pelo autor a partir de Gray (1988)

O modelo de Gray (1988) propõe uma classificação dicotômica para os países e culturas: profissionalismo x controles legais; uniformidade x flexibilidade; conservadorismo x otimismo; transparência x sigilo.

Com base nessa classificação, o autor constata que a cultura anglo-saxônica (IFRSs) é marcada por postura voltada para valorizar o julgamento profissional (em detrimento do cumprimento de regras prescritivas), para as práticas moldáveis às situações (em detrimento de práticas uniformes), bem como é marcada pela transparência e agressividade nos reportes (em detrimento da cautela e do sigilo).

Por outro lado, países latino-americanos mais desenvolvidos, como é o caso do Brasil, teriam uma tendência a preferir normas mais uniformes e conservadoras, com um nível menor de profissionalismo e transparência, ou seja, dariam preferência ao cumprimento de regras prescritivas e uniformes, em detrimento do julgamento profissional mais flexível.

Com base nesse modelo, o paradigma cultural do Brasil seria de respeito às regras e com um nível menor de profissionalismo, indicando que os profissionais da área contábil nacional não são preparados a atuar num ambiente de maior julgamento profissional.

Alguns levantamentos recentes realizados no Brasil demonstram que a percepção dos profissionais da Contabilidade é a de que não estão preparados para atuar em ambiente de maior julgamento profissional, e que as universidades também não estão preparadas a capitanear esse processo de mudança cultural (NIYAMA, COSTA e AQUINO, 2005, FERNANDES et al, 2011) .

Considerando que a duração média de um curso superior em Contabilidade é de quatro anos, observa-se que os profissionais que estão hoje atuando em ambiente de IFRSs nas diversas instituições são aqueles formados até 2008, ou seja, foram formados com base no paradigma cultural anterior.



Niyama, Costa e Aquino (2005) realizaram levantamentos em universidades na região Nordeste e Centro-Oeste e constataram que a maior parte dos professores da amostra considerava apenas razoável o seu nível de conhecimento sobre as normas internacionais, sendo que menos de 20% considerava bom e nenhum deles considerava ótimo, sendo que esses números foram coletados numa amostra onde quase 70% dos docentes possuíam mestrado ou doutorado.

Nas regiões Sul e Sudeste a situação parece ser um pouco melhor, embora ainda considerada insatisfatória. Weffort (2005) constatou que nessas regiões, respectivamente, apenas 21% e 26,5% das instituições ministravam disciplinas com as normas internacionais, concluindo que o sistema educacional profissional brasileiro não parecia preparado para qualificar a mão de obra que está hoje atuando em ambiente de IFRSs.

Mais recentemente ainda e corroborando essa percepção, Fernandes et al (2011) constatou que a percepção de docentes dos cursos de ciências contábeis é a de que as instituições educacionais brasileiras não estão preparadas para preparar profissionais aptos a atuarem nesse novo paradigma.

Essa questão é fortemente evidenciada quando se analisam os valores culturais dos profissionais brasileiros à luz da fortíssima influência da legislação tributária sobre as práticas contábeis nacionais. Esses profissionais, conforme enfatizado por Iudícibus (2007, p. 3), não são convidados a pensar, mas a aplicar e obedecer a normas expressas e definidas em termos codificados e solenes.

A relação entre fisco e Contabilidade sempre foi apontada como um problema à qualidade da informação contábil e não tem sido diferente nesse processo de convergência às normas internacionais, conforme se observa em estudos realizados por Carvalho e Lemos (2004), Jermakowicz (2004), Street e Larson (2004) entre outros.

Assim, a safra de profissionais brasileiros que estão atuando agora sob o paradigma IFRSs foi catequizada pela teoria e pela prática para atuar no modelo orientado por regras, ou seja, acostumou-se a ter uma norma que diga o que, como, quanto e quando realizar o ciclo contábil, tendo se limitado a avaliar a aderência das operações às regras existentes.

Essa constatação traz consigo a certeza de que os profissionais da Contabilidade precisarão passar por um processo de requalificação para produzir e analisar informações financeiras em ambiente IFRSs.

Esse contexto é particularmente importante quando se trata da análise de situações limítrofes em que há potencial utilização das formas jurídicas para burlar o espírito das normas, pois esse novo paradigma valoriza o incremento da criatividade dos profissionais da área que atuam produzindo, inovando e criando, por exemplo, novos instrumentos financeiros em diversos segmentos econômicos, mas também podem esconder situações mais graves, contrárias à ética, à boa fé, à lei civil e à lei penal.

## **2.5 Resumo dos trabalhos acadêmicos sobre as Normas Internacionais de Contabilidade**

A seguir é apresentada uma tabela-resumo com os principais trabalhos acadêmicos publicados nos últimos anos sobre a adoção das normas internacionais de Contabilidade (IFRSs). Esses trabalhos contemplam pesquisas nacionais e internacionais sobre a percepção de profissionais da área contábil e sobre os impactos da adoção das IFRSs.

Importante destacar que as informações da tabela sobre a descrição do trabalho e suas conclusões não são completas, ou seja, alguns trabalhos apresentam outros objetivos e conclusões além das descritas aqui, sendo mencionados apenas os aspectos relacionados ao presente trabalho de pesquisa.

**Quadro 2 – Resumo de algumas pesquisas sobre os impactos da adoção dos IFRS**

<b>Trabalho</b>	<b>Descrição</b>	<b>Conclusão</b>
BARTOV; GOLDBERG e KIM (2005)	Objetivou verificar a qualidade da informação contábil produzida com base no USGAAP, IAS e German GAAP	Concluíram que informações produzidas no ambiente USGAAP são melhores que os IFRSs, que por sua vez são melhores que o German GAAP.
TENDELOO e VANSTRAELEN (2005)	Analisaram o impacto da adoção voluntária dos IFRSs pelas empresas alemãs nos níveis de gerenciamento de resultados.	Concluíram que não há diferença em termos de gerenciamento de resultados e que a simples adoção dos IFRSs pode não ser suficiente para garantir uma diminuição nos níveis de gerenciamento de resultados.
YU (2005)	Analisou empresas de 77 países e os impactos da adoção dos IFRSs na gestão de resultados.	Concluiu que tais normas restringem os níveis de gerenciamento de resultados.

Trabalho	Descrição	Conclusão
DASKE (2006)	Examinou empresas na Alemanha no período de 1993 a 2002 para identificar se a adoção dos IFRSs representou redução de custo de capital.	Concluiu que no período analisado o custo de capital teve um leve aumento em comparação com as empresas que adotavam os padrões locais.
GASSEN e SELHORM (2006)	Analysaram o impacto das IFRSs adotadas voluntariamente sobre a qualidade da informação em termos de assimetria na Alemanha.	Concluam que os IFRSs conduzem a uma redução da assimetria de informação.
GONCHAROV e ZIMMERMANN (2006)	Realizaram comparação nos níveis de manipulação da informação contábil em empresas alemãs com base nos USGAAP, German GAAP e nos IFRSs.	Concluam que demonstrações em USGAAP apresentam menores níveis de manipulação quando comparados com as German GAAP ou IFRSs. Além disso, a gestão de resultados é idêntica quando comparadas as IFRSs com as German GAAP, indicando que o padrão americano seria melhor para mitigar os riscos de <i>earnings management</i>
BARTH, LANDSMAN e LANG (2007)	Analysaram os resultados de 21 empresas que adotaram os IFRSs com o objetivo de verificar a qualidade da informação contábil e os níveis de gerenciamento de resultados.	Concluam que houve aumento da qualidade e redução nos níveis de gerenciamento de resultados.
CALLAO, JARNE e LAÍNEZ (2007)	Objetivou pesquisar os efeitos da adoção das IFRSs na comparabilidade e relevância da informação contábil na Espanha.	Concluam que o grau de comparabilidade não melhorou e não se verificou aumento da relevância da informação para os investidores devido ao aumento na diferença entre o valor contábil e o valor de mercado das empresas após os IFRSs.
DASKE et al (2007)	Objetivou examinar os reflexos da introdução compulsória das IFRSs em 3.800 empresas de 26 países	Concluam que houve aumento significativo na liquidez de mercado das empresas. O custo de capital foi beneficiado em ambiente mais transparentes e com alto grau de divergência entre as normas locais e os IFRSs, enquanto que nos países mais convergentes com as IFRSs o impacto sobre o custo foi menor.
HORTON e SERAFEIM (2007)	Objetivou verificar a existência de reação dos mercados em função da divulgação de reconciliações das normas do Reino Unido com as IFRSs.	Concluam pela existência de reação, mesmo quando as empresas divulgaram informações sobre a inexistência de impacto nos fluxos de caixa.
LEE, WALKER e CHRISTENSEN (2007)	Objetivou verificar se as reconciliações entre as normas do Reino Unido e as IFRSs possuem relação com reações dos mercados de capitais.	Concluam que há relação entre a divulgação de reconciliações dos UKGAAP para IFRSs e a reação dos mercados, mesmo quando ocorre apenas uma tradução.

Trabalho	Descrição	Conclusão
CABRITA (2008)	Procurou verificar qual o impacto da adoção dos IFRSs em empresas da União Européia a partir de 2005.	Concluiu que houve aumento no poder explicativo das demonstrações a partir de 2005 e que esse aumento é superior nos países <i>code law</i> . Constatou também que a presença das Big 4 como auditoras tem um efeito atenuador nesse aumento.
COSTA e LOPES (2008)	Investigou o impacto da adoção das IFRSs nas demonstrações contábeis de empresas portuguesas listadas na bolsa de Lisboa.	Constataram a existência de diferenças relevantes em várias contas e nos índices financeiros das empresas.
BARBOSA NETO, DIAS e PINHEIRO (2009)	Investigaram o impacto dos IFRSs na análise financeira de empresas brasileiras de capital aberto.	Constataram que há diferenças entre os indicadores calculados em IFRSs e BR GAAP, embora tais diferenças não sejam estatisticamente significativas.
LANTTO e SAHLSTRÖM (2009)	Investigaram o impacto da adoção das IFRSs nos indicadores financeiros e em itens do Balanço e da DRE de empresas finlandesas.	Constataram que a adoção dos IFRSs resultou na modificação de itens das demonstrações e nos indicadores de desempenho.
BARTH (2010)	Objetivou analisar o impacto das IFRSs sobre a qualidade da informação financeira em 23 empresas	Concluiu que as empresas que adotaram as IFRSs apresentaram maior qualidade na informação contábil e uma redução no custo de capital.
NIYAMA et al (2010)	Objetivou analisar a percepção dos docentes sobre a adoção das IFRSs.	Os resultados evidenciaram que a maior parte dos docentes considera o processo muito importante devido a redução de custos e facilidade de inserção no mercado internacional. Reconhece que as instituições nacionais não estão aptas a lecionar nesse novo ambiente;
PAULO e MARTINS (2010)	Investigou o reflexo da adoção das IFRSs sobre os indicadores de desempenho das companhias abertas brasileiras, mais especificamente se houve redução das divergências existentes entre os indicadores calculados com base no padrão nacional e no padrão IFRSs	Concluiu-se que a adoção das IFRSs tem sido refletida na análise de desempenho das companhias por meio de variações positivas e negativas. Entretanto, as divergências entre os indicadores têm diminuído devido, principalmente, ao crescente processo de convergência ao padrão contábil internacional
ALMEIDA, GOMES e LEMES (2011)	Objetivou correlacionar a percepção de docentes sobre a adoção das IFRSs no Brasil. A referida pesquisa concentrou-se nos benefícios da adoção.	A maior parte dos docentes entende que os benefícios (comparabilidade) podem superar os custos, mas que os contabilistas brasileiros não estão preparados para trabalhar nesse ambiente, sendo a universidade o grande responsável pela preparação dos profissionais.

Trabalho	Descrição	Conclusão
SANTOS e LOPES (2011)	O estudo objetivou conhecer a percepção dos contabilistas portugueses sobre os impactos da adoção dos IFRSs na profissão.	Concluiu-se que há benefícios (comparabilidade e valorização da profissão) e custos (maior risco de conflitos em função da subjetividade)

### 3. FRAUDES CONTÁBEIS EM CRIMES ECONÔMICOS

O presente capítulo objetiva apresentar a fraude contábil sobre o enfoque dos crimes econômicos, notadamente aqueles mais comumente investigados pela Justiça Criminal Federal. São apresentados os conceitos de fraude presentes na literatura, bem como são discutidos os caminhos percorridos para comprovar tecnicamente as fraudes em demonstrações contábeis. Ao final, são apresentados e discutidos os principais tipos penais afetos aos crimes econômicos e sua relação com a Ciência Contábil.

#### 3.1 Contabilidade e Criminalidade Econômica

Demski (2005, p.1) afirma que a informação contábil constitui-se num bem econômico, pois enquanto a Economia se preocupa com a produção e alocação de recursos, a Contabilidade preocupa-se com a mensuração e evidenciação dos recursos produzidos e alocados.

De fato, na medida em que influencia a tomada de decisões dos seus usuários sobre a produção e alocação de recursos econômicos, a informação contábil interage com a economia de forma peculiar, confundindo-se com os bens econômicos que mensura e evidencia.

Pohlmann e Alves (2008), ao tratarem da regulação no campo contábil, constatarem que a informação constante dos relatórios contábeis é assumida por alguns autores como um bem público, embora possua atributos de bem privado.

Com base na constatação de que a informação contábil se constitui num bem econômico e de interesse público, pode-se inferir, conseqüentemente, que ela estaria sujeita a controles regulatórios por parte do Estado, notadamente quando se analisa o tema à luz das teorias clássicas sobre regulação.

A esse respeito, Cardoso et al (2009), ao analisar a regulação da Contabilidade e a convergência aos IFRSs à luz da teoria do interesse público, assinalou que sempre que o interesse público estiver na iminência de ser atingido, o Estado deverá agir para evitar que

monopólios ou externalidades negativas prejudiquem os resultados desejados pela comunidade.

Dessa maneira, independentemente do que o senso comum entende como mecanismo de manipulação da informação contábil, é certo que por ser de interesse público, as alterações na informação contábil que sejam consideradas fraudulentas reclamam a mais contundente intervenção do Estado, com a atuação do aparato de persecução penal.

Isso parece normal, pois com a evolução da sociedade em diversos aspectos, sejam sociais ou econômicos, verifica-se que há novos interesses a proteger, ou seja, o Estado passa a preocupar-se com novos ramos de atuação como a economia (CALLEGARI, 2003, p.16).

Nascido dessa evolução social e econômica, o Direito Penal Econômico passou a ser considerado um ramo necessário, até mesmo para um melhor controle da economia dos países, embora se defenda sempre sua intervenção mínima (CALLEGARI, 2003, p.17).

Essa questão da mínima intervenção do Estado, notadamente pelo aparato criminal, suscita diversas questões. Tiedemann (1995, p.32) apresentou indagações relacionadas à real necessidade do Estado proteger jurídico-penalmente a economia e os atores econômicos, questionando se não seria mais prudente deixá-los com as menores restrições possíveis de forma a favorecer o desenvolvimento econômico.

Entretanto, como destacado por Callegari (2003), a intervenção do Estado na Economia via leis penais objetiva coibir os abusos, reconhecendo o direito de competir, mas castigando aqueles que se socorrem da concorrência ilícita, e de forma mais intensa aqueles que praticam ações criminosas contra a economia e os mercados.

Não há uma definição precisa e aceita universalmente para a expressão “crimes econômicos”<sup>16</sup>, sendo normalmente associados à criminalidade organizada e à lavagem de dinheiro. Arnold (2008, p.) define crime econômico ou crime financeiro como “fraude em sistemas de pagamento, normalmente envolvendo uma instituição financeira. São fraudes em bancos, seguradoras, fundos de investimento – é a fraude onde está o dinheiro.”

---

<sup>16</sup> Embora existam autores que considerem distintos, o presente trabalho considerará crimes financeiros e crimes econômicos como sinônimos.

Bajo Fernandez (1987, p.399) apud Callegari (2003) aponta que a Criminologia define a criminalidade econômica como sendo aquela relativa às infrações lesivas da ordem econômica cometidas por pessoas de alto nível socioeconômico no desenvolvimento de sua atividade profissional.

Outros autores, como Johnson e Leo (1999) sugerem que “crimes financeiros são os delitos ocorridos em um centro financeiro, sem a conjugação de atos de violência física”. Outros autores utilizam esta expressão como sinônimo de “crimes de colarinho branco”, “crimes empresariais” ou “crimes econômicos”, conforme nos informa Arnold (2008).

Braithwaite (1993) apud Arnold (2008) apresenta como discussão que os crimes financeiros abrangem delitos como desfalque, fraude fiscal, fraude em seguradoras, fraude bancária, fraude e comportamento anticoncorrencial, e Sutherland (1940) foi o autor que popularizou a expressão “crimes do colarinho branco”, fazendo referência aos atos criminosos realizados por executivos e “homens de negócios”.

Embora o texto de Sutherland (1940) tenha sido escrito com o objetivo de apresentar argumentos contrários às teses de que os comportamentos criminosos estão relacionados às condições de pobreza do indivíduo, ele enfatiza que a criminalidade de colarinho branco é mais frequentemente expressa sob a forma de falsas demonstrações contábeis e manipulação de operações financeiras entre outras.

Para o presente trabalho, o crime financeiro ou crime econômico será definido como toda a conduta criminosa não-violenta, decorrente das relações empresariais, praticada por administradores, empresários, executivos ou sócios e que envolvem a ocorrência de fraudes ou violação da relação de confiança e que tem como consequência uma perda financeira.

A Contabilidade, como ciência que produz um bem econômico, pode se constituir no objeto material ou num instrumento para o cometimento ou ocultação dos mais diversos crimes. No primeiro caso, por exemplo, o objetivo primário é a produção de demonstrações financeiras fraudulentas, e no segundo, as estruturas contábeis são utilizadas para mascarar desvios e ocultar produtos de crimes antecedentes, mesmo levando-se em consideração que se há desvios ou ocultação por meio de registros contábeis, as demonstrações produzidas também são fraudulentas.

### 3.2 Fraude – Enquadramento Conceitual

No concernente ao termo fraude, etimologicamente tem origem no latim - *fraus/fraudis*, significando trapaça, abuso de confiança, falcatura, malícia, artil ou manobras contravenientes ao dever de probidade (MAZLOUN, 2007).

As fraudes são bastante estudadas por diversas ciências além da Contabilidade, destacando-se a Psicologia e a Psiquiatria forense, e em especial o Direito. As duas primeiras destacam-se pela análise dos aspectos motivacionais, enfatizando que a fraude tem como elemento mais intrínseco e comum de motivação o desejo de possuir ou conseguir alguma coisa (dinheiro e poder, por exemplo) que não se teria ou se alcançaria em circunstâncias normais de tempo ou espaço.

Já para o Direito, a fraude relaciona-se ao ilícito, que pode ter repercussão penal ou meramente civil ou administrativa. Justen Filho (2005) enfatiza que em todos os casos caracterizados como fraude, verifica-se a prática maliciosa através da qual um sujeito visa ludibriar outrem, atuando de modo reprovável para obter vantagem indevida. Para ele, a fraude é o engano intencional gerado através de expedientes antijurídicos, com a finalidade de gerar benefícios ao fraudador, e que o resultado ilícito é buscado através de artimanhas que neutralizam o senso crítico da outra parte, impedindo-a de perceber-se da má-fé.

Verifica-se que podem ser aferidos de forma objetiva o meio empregado (manobra engenhosa, por meio de artil, artimanha) e o resultado efetivamente alcançado (vantagem indevida ou prejuízo a terceiro), e de forma subjetiva o aspecto intencional ou da má fé (enganar para obter o resultado desejado). Este último elemento está sempre presente, de forma que não é toda ação ou omissão, que induza ou mantenha o lesado em erro, que pode ser qualificada como fraude, tendo que estar presente um nexo causal, ou em outras palavras, uma relação intencional do tipo causa-efeito<sup>17</sup> entre a ação/omissão e o resultado.

Com base na repercussão do ato fraudulento, o Direito a classifica como ilícito civil ou como ilícito penal de acordo com a reprovação social, sendo certo que ontologicamente não há distinção entre as duas, e conforme destacado por Noronha (1973), são infrutíferas as teorias que se propuseram a traçar diferenças principiológicas, sendo a distinção meramente valorativa, pois o ilícito penal, classificado como ilícito contra interesses sociais de maior

---

<sup>17</sup> Como enfatizado por Manzini apud Fernandes Filho (1983)



vulto, possui sanção mais séria, diferentemente do que ocorre com o ilícito civil, que por atingir interesses sociais menos graves, não exige acionamento da justiça penal.

Sob esse prisma, parece pacífico que a fraude, qualificada como ilícito, possui uma mesma essência, que é a do engano, da má fé, sendo a distinção entre a esfera civil e a penal relacionadas aos bens jurídicos tutelados<sup>18</sup>. Nos casos em que o bem jurídico atingido seja considerado protegido pelo direito punitivo, a fraude (penal) poderá ser considerada crime ou infração administrativa, e em outros casos, a fraude (civil) será considerada uma infração civil.

Na esfera do direito punitivo pode-se analisar a matéria sob o prisma Penal ou Administrativo Sancionador, não havendo também distinções ontológicas, mas simplesmente conveniências de ordem política, sendo a distinção encontrada a partir de critérios formais, ou seja, se a lei define a conduta como crime, será apurada pela autoridade judiciária, se leis ou normas infralegais definem a conduta como mera infração administrativa, será apurada pela autoridade administrativa (EIZIRIK et al, 2008).

### 3.3 Fraudes nas Demonstrações Contábeis

Diferentemente do que ocorre em outros países, a literatura acadêmica nacional aborda pouco o tema fraudes contábeis, sendo publicada pouca coisa mesmo diante do grande número de casos ocorridos no Brasil e no mundo nos últimos anos, conforme se observa no quadro a seguir, onde são apresentadas algumas publicações.

**Quadro 3 – Resumo de trabalhos sobre fraudes contábeis**

Estudo	Descrição
JESUS (2000)	Realizou trabalho sobre perícia e investigação de fraudes nas estruturas contábeis, associando a atividade com preceitos lógicos e de psicologia.
SOARES (2005)	Aborda o tema fraude nas organizações, discorrendo sobre a teoria das fraudes e os tipos penais afetos.
CUPERTINO (2004)	Analizou um caso de fraude contábil ocorrida em um grande banco brasileiro na década de 90.
BASTOS (2007)	Analizou estudo de caso em situações fraudulentas de grande repercussão no setor público, tratando das causas e efeitos das fraudes, sinais de alerta, prevenção e detecção, a função de controle e auditoria.

<sup>18</sup> Todo valor reconhecido pelo Direito torna-se um bem jurídico (material ou imaterial), cujo significado corresponde a tudo aquilo que é capaz de satisfazer às necessidades humanas, como a vida, a integridade corporal, a liberdade, o patrimônio, etc (MAZLOUM, 2007).

Estudo	Descrição
MOURA (2007)	Realizou estudo de caso em três situações fraudulentas ocorridas em empresas privadas, analisando os fatores de convencimento do júri brasileiro sobre o assunto.
MÚRCIA (2007)	Analisa a percepção de auditores sobre os <i>red flags</i> de fraudes em demonstrações contábeis.
SÁ e HOOG (2010)	Trata o tema fraude juntamente com a questão da corrupção. Apresenta conceitos e aprofunda algumas questões relacionadas a fraudes nos itens patrimoniais e de resultado.

Fonte: o autor

As pesquisas realizadas por acadêmicos e práticos em Contabilidade normalmente abordam a fraude subdividindo-a em grupos ou tipos.

A ACFE – *Association of Certified Fraud Examiners* utiliza o conceito de fraude ocupacional para se referir a fraudes de natureza econômica, referindo-se ao aproveitamento pelos indivíduos das funções que exercem com o objetivo de obter benefício próprio por meio de desvio deliberado ou a da utilização indevida de recursos ou ativos de uma organização. Para ela existem basicamente 3 grandes categorias de fraude: a corrupção; a apropriação indevida de ativos; e as demonstrações financeiras fraudulentas.

A primeira seria qualquer esquema em que uma pessoa usa a influência que detém numa determinada transação ou negócio na qual atua com o objetivo de obter benefício abusivo ou não autorizado, contrário ao seu dever e papel para com a organização onde trabalha (ACFE, 2010).

A segunda seria um esquema que envolve o furto de ativos da organização com a qual o fraudador tem algum tipo de relação, seja de emprego ou de parceria.

E o terceiro, envolve a falsificação intencional ou a omissão de informação financeira material produzida com o intuito de relatar uma situação econômico-financeira mais ou menos rentável.

Da definição da ACFE extrai-se que os principais requisitos para se considerar uma demonstração financeira como fraudulenta é a materialidade da fraude e o engano produzido nos usuários, ou seja, pode-se qualificar uma demonstração contábil como fraudulenta se decorrente de ação ou omissão relevante de informação, realizada com a intenção de provocar um dano a terceiro ou de obter um benefício indevido.

Pesquisa periódica realizada pela ACFE (2010) constata que as fraudes nas demonstrações financeiras têm a menor incidência, dentre os diversos tipos de fraudes ocupacionais, representando menos de 5% das fraudes analisadas. Entretanto, tais fraudes respondem por mais de 60% das perdas financeiras relatadas, o que demonstra a grandiosidade do assunto.

Sá e Hoog (2010, p.23) relatam que a informação contábil é bastante utilizada para o cometimento de fraudes, frisando que o Senado norte-americano, em relatório de Comissão Parlamentar de Inquérito sobre fraudes empresariais ocorridas nos Estados Unidos, concluiu que a Contabilidade é uma ferramenta utilizada para mistificar balanços.

Ainda conforme Sá e Hoog (2010, p.24), a Contabilidade pode ser utilizada para o cometimento de fraudes contra as células sociais, por seus dirigentes e subordinados, contra as próprias empresas, contra credores, acionistas, empregados ou contra governos e mercados.

Os mesmos autores consideram que as fraudes contábeis consistem em falsificações, que podem ser de essência ou conteúdo, e/ou de forma, derivando de falsidades nas: intitulações, classificações, avaliações, históricos, apurações, transportes, cálculos, comprovação, evidenciação, duplos lançamentos ou lançamentos omissos, parciais ou intempestivos, entre outros.

Wells (2005), considerado um dos maiores pesquisadores do mundo sobre as fraudes ocupacionais, aponta que as fraudes nas demonstrações contábeis ocorrem basicamente por meio da contabilização de receitas fictícias, ocultação de despesas e passivos, diferenças nos tempos de reconhecimento dos resultados, evidenciação e avaliação fraudulenta de itens patrimoniais.

Os escândalos contábeis ocorridos nos Estados Unidos nas últimas duas décadas revelam que as fraudes ocorreram em larga escala por meio de fraudes em ativos e receitas, ou pela omissão de passivos e despesas (Xerox e Delphi Corporation em 2000; Global Crossing, WorldCom, Bristol-Myers Squibb e Adelphia em 2002; American International Group em 2005), com o objetivo de demonstrar uma situação econômico-financeira fictícia, e consequentemente promover algum tipo de desvio.

No Brasil, os casos mais representativos ocorreram em instituições financeiras, principalmente na década de 90, quando foram divulgadas as fraudes no Banco Econômico e

no Banco Nacional, e mais recentemente no Banco Santos e no Banco Panamericano, este último ainda sob investigação.

No Brasil, a de maior vulto do ponto de vista financeiro foi o caso do Banco Nacional, que teria deixado um prejuízo de mais de 9 bilhões de Reais em 1995. Cupertino (2004) relata que o Nacional realizou fraudes contábeis por meio de manipulações nos ativos que tinham como contrapartida as receitas da instituição, acarretando um incremento fraudulento dos lucros por meio da contabilização de receitas oriundas de créditos podres.

Kranacher, Riley e Wells (2010) ressaltam que comumente nesses esquemas os gestores estão dispostos a “trabalhar o sistema” em benefício próprio, causando enormes perdas aos diversos *stakeholders*. A expressão “trabalhar o sistema” não significa outra coisa senão que o sistema normativo é utilizado como ferramenta de fraude, seja pela utilização de estimativas arbitrárias, seja pelo encadeamento de operações formalmente bem estruturadas, mas que não refletem a essência econômica da atividade.

De maneira geral, percebe-se a forte relação entre as fraudes nas demonstrações contábeis e os resultados reportados, pois o lucro reportado pelas empresas é fortemente utilizado pelos usuários da informação contábil como variável de peso para os governos e suas políticas fiscais, pelos credores para avaliar a capacidade de pagamento dos empréstimos e financiamentos, e principalmente pelos investidores e seus modelos matemáticos utilizados para a alocação de recursos econômicos.

Paulo (2007) alerta que no contexto brasileiro a manipulação dos lucros, via aumento de receitas, exerce um forte impacto nos números contábeis e no caixa das empresas devido à pesada carga tributária sobre o faturamento, diferente do que ocorre em outros países, como os Estados Unidos, o que poderia representar um desestímulo a práticas fraudulentas assim operacionalizadas.

Discordando um pouco desse ponto de vista, não se pode esquecer que os aspectos tributários podem representar também uma porta aberta para o cometimento de outros crimes econômicos, como por exemplo, por meio de fraudes para a legitimação ou lavagem de um volume grandioso de capitais oriundos de fontes ilegais, pois a manipulação de lucros via incremento de receitas, com a consequente tributação, serviria para dar aparente legalidade a tais recursos.

Nessa seara, percebe-se que as demonstrações contábeis podem ser utilizadas para o cometimento de diversos crimes, merecendo uma atenção especial da sociedade e dos governos, principalmente pela articulação e busca de mecanismos efetivos de comprovação desses crimes.

### **3.4 Comprovação de Fraudes em Demonstrações Contábeis**

Albrecht (2003) afirma que a Contabilidade conta uma história que deve fazer sentido sobre a realidade econômico-financeira da empresa. Se esta história não fizer sentido, ela pode representar uma falsa realidade.

E são as falsas realidades expressas em informações contábeis fraudulentas que causam preocupação não só aos mercados, mas aos governos, enquanto reguladores e defensores dos valores da ordem econômica, como a livre iniciativa e a justa competição, e que encontram muitas dificuldades para prevenir, reprimir e comprovar as fraudes.

Múrcia (2007) registra que é mais fácil detectar um ambiente favorável à fraude do que comprovar a sua ocorrência efetiva. Mesmo diante de tal dificuldade, é certo que a busca da comprovação da fraude segue normalmente a seguinte sequência: primeiro se identificam as condições sob as quais a fraude pode ocorrer, ou os sinais de alerta; e segundo, confirma-se ou não a sua ocorrência.

Para a primeira situação, pode-se valer de sinais, ou sintomas, chamados pela literatura especializada de *red flags*, que podem ou não evidenciar a ocorrência de fraudes. Já para a segunda situação, observa-se que se pode partir de sinais para a obtenção de vestígios que, após analisados, podem indicar a ocorrência da fraude de fato. Esta segunda etapa seria a busca de evidências científicas que seria a qualidade daquilo que é incontestável (FERREIRA, 2004), ao menos à luz do conhecimento científico da época.

Enquanto numa situação o *red flag* sinaliza a possibilidade de ocorrência, noutra a evidência provaria a efetiva ocorrência ou não da fraude. Note-se que os *red flags* não se confundem com o indício, que é um tipo de evidência que na acepção lógico-jurídica seria toda circunstância conhecida e provada que, por meio de raciocínio lógico-indutivo, ou seja, do particular ao geral, chega-se à conclusão sobre outro fato (CAPEZ, 1998, p. 286).

### 3.4.1 *Red flags* de fraudes em demonstrações

Kranacher, Riley e Wells (2010) definem os *red flags* como uma espécie de fios soltos, anomalias, fatos, padrões ou quebra de padrões que sugerem que alguma coisa pode não estar certa, sendo usado como sinônimo de sintomas de fraude.

*Red flags* ou bandeiras vermelhas são sinais que levantam suspeição sobre as demonstrações contábeis, mas que não se constituem em provas, pois como bem definido por Múrcia (2007), diversos *red flags* podem estar presentes dentro de uma organização e não ocorrer fraudes.

Wells (2005) apresenta uma lista de *red flags* relacionados às fraudes nas demonstrações contábeis. Essa lista de *red flags* foi utilizada no trabalho teórico-empírico de Múrcia (2007), e embora não tenha validade científica para extrapolar as conclusões para toda a população, sinalizou que a maior parte dos auditores pesquisados considerou muitíssimo relevantes os *red flags* relacionados ao *cluster* “relatórios contábeis”, que apresentou o maior risco de fraude nas demonstrações contábeis juntamente com o *cluster* “gestores”.

A lista de *red flags* apresentada por Wells (2005) apud Múrcia (2007) apresenta um elemento importante de análise que é o baseado na comparação entre empresas via demonstrações contábeis, ou seja, via análise de indicadores e quocientes financeiros.

Nessa seara, constata-se que uma ferramenta que é utilizada pelos profissionais que militam na área de fraudes nas demonstrações contábeis é a técnica de análise de balanços, que é considerada de raro valor para a pesquisa de fraudes ao fornecer elementos indiciários, como afirmado por Sá e Hoog (2010), que são capazes de direcionar as investigações e análises periciais.

Ferreira (2004) apresenta a definição de “analisar” como sendo decompor o todo em partes. Seria a divisão em partes para conhecer o comportamento do material observado, verificando as correlações das parcelas com o todo.

Esse procedimento é baseado em comparações entre as empresas ou entre contas dentro de uma mesma empresa, para com isso identificar sintomas e verificar quais os itens que precisam de uma atenção especial ou de um aprofundamento nas análises.

O processo é realizado a partir da interpretação das correlações existentes entre os diversos indicadores obtidos num processo de análise de balanços, como por exemplo: a constatação

de que uma determinada empresa possui prazo médio de pagamento aos fornecedores de 180 dias, enquanto que a média do mercado é de 30 dias.

Esta situação sinaliza a existência de passivo fictício mantido com o objetivo de apresentar uma situação financeira deficiente, uma vez que a empresa pode estar mantendo em seu balanço patrimonial o registro de dívidas já quitadas, ou ainda, pode sinalizar que a empresa pode estar contabilizando juros contratuais como receitas de forma indevida, com vistas a apresentar um lucro maior que o real.

A partir dos sintomas identificados, o *expert* pode formar sua convicção sobre a possibilidade de ocorrência de fraudes, decidindo sobre a continuidade ou não dos trabalhos, a extensão dos exames realizados, os caminhos a serem percorridos e as hipóteses levantadas, ou seja, partindo dos *red flags*, buscam-se evidências que comprovem as hipóteses levantadas, conforme será apresentado a seguir.

### **3.4.2 Evidências de fraudes em demonstrações contábeis**

Kranacher, Riley e Wells (2010) apresentam a definição de evidência presente no Black's Law Dictionary, que conceitua evidência como sendo algo perceptível pelos cinco sentidos, e ainda como qualquer prova (testemunhos, registros, documentos, fatos, datas ou objetos tangíveis) legalmente presente num julgamento com o objetivo de apresentar uma situação e induzir uma crença.

Dentro dos objetivos traçados na presente pesquisa, a evidência que interessa é a pericial, que como enfatizado por Jesus (2000) tem como objetivo a procura da demonstração da verdade, com base em procedimentos técnicos e científicos especializados, para possibilitar aos litigantes e ao juiz o conhecimento.

Com base nos preceitos da teoria contábil, notadamente nas IFRSs, na qual se busca uma visão verdadeira e justa e onde a essência econômica das transações deve prevalecer sobre a forma jurídica, pode-se inferir que a verdade para a Ciência Contábil está intimamente relacionada à representação fidedigna da essência econômica subjacente aos negócios jurídicos<sup>19</sup> analisados, devendo estar livres de simulações ou dissimulações fraudulentas.

---

<sup>19</sup> São atos jurídicos que possuem estrutura negocial, tais como comprar, vender, locar e etc. (Figueiredo, 2010)

Esta prevalência da essência econômica sobre a forma jurídica não autoriza a interpretação de que a regra geral é a desconsideração da forma jurídica em busca da essência econômica, ainda mais num ambiente *code law* como o brasileiro.

Seguindo essa linha, Moura (2007) assevera que a prevalência da essência sobre a forma jurídica não significa que se devam esquecer as formas jurídicas, mas quando elas estiverem a serviço da dissimulação da realidade econômica dos fatos ou puderem provocar distorções nas informações quanto à verdadeira posição patrimonial e de resultado de uma entidade, o profissional deve priorizar a realidade econômica.

O preceito da essência sobre a forma jurídica deve ser interpretado de forma cuidadosa, principalmente na esfera criminal, como destaca o item 35 do Pronunciamento Conceitual Básico aprovado pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ao utilizar em seu texto as expressões “aparenta ser” ou “artificialmente produzidas” para enfatizar que a mera forma das transações (negócios jurídicos) não pode ser levada em consideração em detrimento da essência econômica.

Transações “artificiais”, ou que “aparentam ser” o que não são, podem ser qualificadas como aquelas que são realizadas de forma simulada ou dissimulada com o objetivo de cometer alguma fraude contábil.

Conforme destacado por Sá e Hoog (2010), as evidências do crime estão presentes em documentos, registros contábeis, bens móveis e imóveis, transações bancárias e transações de câmbio entre outras, que tratam de falsidades que podem ser de forma e/ou de essência ou conteúdo.

Casos de fraudes contábeis de grande repercussão midiática retratam basicamente situações nas quais as formas jurídicas foram respeitadas ou até mesmo utilizadas com o objetivo de simular ou dissimular realidades econômicas por meio da informação contábil, dificultando ou inviabilizando a descoberta por meio de procedimentos normais de análise.

Essas fraudes foram realizadas por meio de falsidades materiais e, principalmente, por meio de falsidades ideológicas nos conteúdos de suas demonstrações, com contratos, operações comerciais e societárias lastreadas em documentos formalmente perfeitos, porém com conteúdo falso, ou seja, simulador de uma situação fática patrimonial ou de resultado inexistente.



Figueiredo (2010) define a simulação como a declaração enganosa com o objetivo de obter vantagem, afirmando que na simulação há dois negócios: o simulado e o dissimulado.

O negócio simulado é aquele inexistente, ou seja, a venda, locação ou compra não ocorrem realmente. Já na dissimulação, ocorre um negócio que se pretende ocultar por meio da simulação (FIGUEIREDO, 2010).

Um exemplo é quando se formaliza um contrato de compra e venda no qual não há coisa vendida, e com isso procede-se à distribuição disfarçada de lucros. A distribuição disfarçada de lucros é o negócio dissimulado, enquanto que a compra e venda é o negócio simulado, sendo que em ambas as situações podem ocorrer o cometimento de uma fraude com repercussão penal, civil ou administrativa.

Fatores como estes devem ser considerados pelo *expert* ao analisar a forma jurídica das transações e seus reflexos econômicos nas demonstrações contábeis, pois são elementos dos negócios jurídicos a existência e a validade.

Conforme ainda enfatizado por Figueiredo (2010), a existência é revelada pela: declaração de vontade entre as partes, que pode ser expressa, tácita ou presumida, mas deverá sempre estar presente; finalidade negocial, ou seja, deve visar exercer influência sobre direitos de forma que ele reste modificado, adquirido, resguardado, transmitido ou extinto; e idoneidade do objeto, ou seja, o objeto deve condizente à maneira que se contrata. E no tocante à validade, é nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o dissimulado se revestido de forma e substância válidas.

Esta discussão sobre a prevalência da essência econômica sobre a forma jurídica (*substance over form*) parece ter sido iniciada no direito internacional a partir do *leading case* americano *Gregory vs. Helvering*, de 1935 (ROLIM, 2001; SANCHES, 2006; GODOY, 2010).

Esse caso tratou do reflexo tributário existente sobre operação de estruturação empresarial na qual um contribuinte, detentor da integralidade das ações da empresa X, que por sua vez possuía ações da empresa Y, constitui uma terceira empresa Z, cujo capital foi integralizado com algumas ações da empresa Y. Em seguida, a referida empresa Z foi extinta, sendo o capital devolvido ao contribuinte, sem o correspondente pagamento de imposto sobre a distribuição de renda.

A discussão gravitou em torno da reestruturação empresarial, que foi considerada simulada pela Suprema Corte Americana em função da falta de finalidade negocial (*business purpose*), uma vez que o único efeito prático existente foi a transferência de ações da empresa Y para o contribuinte, sem o correspondente pagamento de impostos.

Nesse caso, observou-se que a essência da transação consistia numa distribuição de lucros ou dividendos, ao contrário da lícita criação de empresa que se buscava aparentar. Percebe-se uma engenharia financeira com o intuito de burlar o espírito da norma contábil e seus reflexos tributários.

No Brasil, observa-se que algumas instâncias decisórias analisam a questão sob o mesmo prisma, a exemplo do Conselho de Contribuinte da Receita Federal que concluiu que quando ocorre uma subscrição de participação com ágio, seguida de imediata cisão e entrega dos valores correspondentes ao ágio, configura-se em essência uma operação de venda de participação (BRASIL, 2006).

No caso em tela, a autoridade administrativa considerou que se os atos formalmente praticados, analisados pelo seu todo, demonstram não terem as partes outro objetivo que não se livrar de uma situação específica desfavorável, e sua essência está alheia às finalidades dos institutos utilizados ou não correspondem a uma verdadeira vivência dos riscos envolvidos no negócio escolhido, tais atos não podem ser considerados válidos, devendo merecer o tratamento que o ato dissimulado recebe.

Assim, pode-se perceber que para situações nas quais as formas jurídicas são respeitadas para o cometimento de crimes, o julgamento profissional ganha especial relevo, uma vez que o conjunto das evidências materiais precisa ser analisado e interpretado com o intuito de se emitir uma opinião sobre a existência de elementos capazes de serem qualificados como provas, mesmo que indiciárias.

A seguir, é apresentada uma compilação das leis penais mais intimamente relacionadas à criminalidade econômica, demonstrando algumas nuances e relações mais comumente relacionadas com a Contabilidade.

### **3.5 Leis Penais sobre Crimes Econômicos**

Palco de inúmeros casos de crimes econômicos nos últimos anos, o Brasil possui diversas leis que tratam especificamente deste tipo de criminalidade, motivo pelo qual, em atendimento aos interesses da presente pesquisa, optou-se por apresentar as leis e alguns artigos mais relacionados com o funcionamento dos sistemas financeiros, econômicos e tributários e com o uso criminoso da informação contábil.

- Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional – Lei n.º 7.492 de 16 de junho de 1986

Em complemento à parte criminal da lei n.º 4.595/1964, que instituiu o Conselho Monetário Nacional, a lei n.º 7.492/86, conhecida como a lei contra os crimes de “colarinho branco”, nasceu com o objetivo de regular criminalmente as condutas lesivas ao regular funcionamento do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Tendo em vista que o objetivo da referida lei é regular as condutas que causem prejuízo ao regular funcionamento do SFN, é fundamental definir quais as características intrínsecas ao bom desenvolvimento das operações financeiras, que nas palavras de Baltazar Junior (2006, p.259) seriam: a confiança nas instituições; reforço no cumprimento das regras, como aquelas que tratam da manutenção de reservas técnicas; a transparência dos riscos; o baixo custo de transação; fragmentação de propriedade; formação eficiente dos preços.

Embora a referida lei trate de uma série de tipos penais, em respeito aos objetivos do presente trabalho foram selecionadas para apresentação e análise os crimes de gestão fraudulenta (art. 4º) e inserção de dados falsos na Contabilidade (art. 10), por estarem mais afetos à análise contábil.

O artigo 4º, que trata da gestão fraudulenta, tipifica os atos de gestão que envolvam qualquer espécie de fraude, artil, embuste, falcaturia ou desfalque. Mazloum (2007, p.84) sinaliza que a conduta deve possuir certa habitualidade ou permanência, inerente aos atos gerenciais, sendo o objeto material o conjunto de coisas e instrumentos de que dispõem a instituição para realizar e concretizar seus objetivos sociais, materializados em livros, balanços, operações, serviços e registros.

Um exemplo clássico de gestão fraudulenta é a falsificação de demonstrações financeiras com o objetivo de ludibriar os investidores ao simular uma situação de saúde financeira sabidamente inexistente.

Cupertino (2004) apresentou evidências de gestão fraudulenta no estudo de caso do Banco Nacional, onde ficou constatado que a administração agregou valores ao patrimônio líquido da instituição com o objetivo de ocultar uma situação de passivo a descoberto, e ao mesmo tempo, realizou a distribuição dos lucros gerados artificialmente por meio do pagamento de dividendos e pela venda de ações da instituição.

O outro crime, previsto no artigo 10, trata da falsidade ideológica, uma vez que pune a inserção de elemento falso ou a omissão de elementos exigidos pela legislação em demonstrativos contábeis de instituição financeira. O objeto material são os demonstrativos contábeis que servem, entre outras coisas, para proporcionar transparência e conhecimento sobre a situação econômico-financeira das empresas.

Mazloun (2007, p.167) acentua que o intérprete deve perquirir a legislação correspondente para aferir quais os elementos exigidos, restando verificar que o Conselho Monetário Nacional tem a atribuição de expedir normas gerais de Contabilidade e estatística a serem observadas pelas instituições financeiras, conforme a lei n.º 4.595/64, e que a Comissão de Valores Mobiliários tem a atribuição de definir normas aplicáveis ao registro de operações das entidades do sistema de distribuição, além de expedir normas sobre as demonstrações financeiras das companhias abertas, nos termos das leis n.º 6.385/76 e n.º 6.404/76.

Mazloun (2007, p.168) ressalta ainda que o termo “legislação” leva à interpretação de que não só devem ser observadas a lei *stricto sensu*, mas também devem ser observados os atos infralegais sobre Contabilidade baixados pelos órgãos competentes.

Nessa linha, pode-se inferir que as normas expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis podem estar inseridas na expressão “legislação”.

Além desses tipos penais, diversos outros tipos da lei n.º 7.492/86 podem estar relacionados com a Contabilidade, uma vez que registros e informações contábeis podem ser vestígios dessas atividades criminosas, como por exemplo, os crimes de evasão de divisas, gestão temerária entre outros.

- Crimes contra o Mercado de Capitais – Lei n.º 10.303/01 de 31 de outubro de 2001

A lei n.º 6.385/76 que criou a CVM e dispõe sobre o mercado de capitais foi alterada pela lei n.º 10.303/2001, que inseriu o capítulo VII-B, dos crimes contra o mercado de capitais, criando os tipos penais de manipulação de cotação em bolsa, uso de informação privilegiada e atuação irregular no mercado de capitais.

Conforme nos ensina EIZIRIK et al (2008), tais ilícitos, até então consideradas infrações administrativas, passaram a figurar como condutas criminosas com o intuito de suprir uma lacuna deixada pela lei n.º 7.492/86, que tratou apenas dos crimes cometidos pelas instituições financeiras.

Do ponto de vista contábil-financeiro, a conduta mais relacionada ao presente trabalho é a prevista no artigo 27-C, que trata da realização de operações simuladas ou da execução de outras manobras fraudulentas com a finalidade de alterar artificialmente o regular funcionamento dos mercados de valores mobiliários e com isso obter vantagem indevida ou lucro, para si ou outrem, ou causar danos a terceiros.

Este artigo aglutinou num mesmo tipo penal três ilícitos administrativos previstos na Instrução CVM n.º 08/1979: criação de condições artificiais de demanda, oferta ou preço de valores mobiliários; a operação fraudulenta; e a manipulação de preços.

A principal função dos organismos reguladores do mercado de capitais é zelar pelo equilíbrio e estabilidade do processo de formação dos preços dos valores mobiliários, evitando a sua alteração artificial e o consequente logro dos investidores, visando que as cotações de determinado valor mobiliário reflita unicamente as informações publicamente disponíveis (EIZIRIK et al, 2003).

Tal conduta é tida como a mais grave por gerar incremento de riscos de confiança nos mercados, uma vez que a ocorrência de simulações ou outras fraudes em operações podem alterar a percepção dos investidores com relação aos reais riscos envolvidos, gerando prejuízos não só a terceiros, mas principalmente ao funcionamento equilibrado dos mercados de capitais.

Nessa linha, fraudes contábeis realizadas com o objetivo de alterar os valores das cotações de ações de empresas nas bolsas podem ser tipificadas nesse artigo, principalmente quando

causarem ou justificarem movimentos artificiais de ofertas e demandas de papéis e as partes e contrapartes envolvidas em operações de compras e vendas estiverem intrinsecamente relacionadas com tais ocorrências.

Tais fraudes em demonstrativos contábeis são extremamente prejudiciais aos mercados de capitais, pois a informação contábil e financeira representa o principal veículo de comunicação das empresas com os mercados investidores, intrinsecamente caracterizados pela assimetria de informações.

- Crime de Lavagem de Capitais – Lei n.º 9.613/98 de 3 de março de 1998.

Conceituado pelo GAFI (*Grupe d'Action Financière*) como o processo que objetiva disfarçar a origem criminosa dos proveitos do crime, a lavagem de capitais é tipificada como crime no Brasil, desde que os recursos “lavados” tenham sido originados de algum dos crimes antecedentes previstos na lei penal<sup>20</sup>.

Embora haja uma grande quantidade de publicações sobre o assunto, com diversas divisões e subdivisões sobre o processo de lavagem de dinheiro, apresenta-se aqui a mais comum e utilizada e que divide o processo em três fases distintas: fase de ocultação ou colocação; fase de mascaração ou escurecimento; e fase de integração ou reinversão.

Callegari (2003, p.47) apud Zanchetti (1997, p.10) afirma que a primeira fase corresponde à colocação de material proveniente do crime, ou seja, é neste momento que se inicia o processo de lavagem onde os criminosos buscam afastar o capital do local ou ambiente onde ele foi gerado, inserindo-o em estabelecimentos tradicionais tais como hotéis, restaurantes e bares, ou não-tradicionais, como casas de câmbio e cassinos.

A segunda fase é aquela onde o capital é escurecido ou mascarado, na qual há a realização de numerosas transações financeiras com o objetivo de desligar os fundos da sua origem, gerando para isso um complexo e amontoado sistema de transações financeiras destinados a apagar o rastro contábil de tais recursos (Callegari, 2003, p.56).

---

<sup>20</sup> Ver Projeto de Lei do Senado n.º 209/2003 que propõe alterações na lei 9.613/98, marcadamente a supressão do rol de crimes antecedentes. Tal projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados em 22/10/2011 e retornou ao Senado para análise.

A terceira e última fase é aquela onde o capital é apresentado ao sistema financeiro como sendo legal, sendo misturado a recursos lícitos em atividades empresariais que possam justificar o grande montante investido.

Dentro destes conceitos, não é difícil perceber que as estruturas contábeis podem se constituir em palco para qualquer uma ou todas as fases da lavagem de capitais, notadamente quando os ativos e receitas são criados artificialmente com o intuito de acobertar os capitais lavados e misturados com recursos lícitos, inclusive quando são legitimados pelo recolhimento de tributos.

- Sonegação Fiscal – Lei n.º 8.137/1990

Nessa lei interessam os crimes contra a ordem tributária, pois a sonegação fiscal caracteriza-se pela redução ou supressão do pagamento de tributos. Segundo posição do Supremo Tribunal Federal, o crime de sonegação é um crime de resultado, ou seja, para se consumir o crédito tributário deve estar definitivamente constituído pela autoridade fazendária.

Nestes casos, a informação contábil é manipulada de forma fraudulenta com o objetivo de pagar menos tributos, podendo ocorrer pela contabilização de despesas ou custos fictícios, ou ainda pela não contabilização de receitas.

O crime de sonegação fiscal tem sua punibilidade extinta quando o contribuinte/réu paga os tributos sonegados.

- Apropriação Indébita Previdenciária – Lei n.º 9.983 de 14 de julho de 2000

Previsto no artigo 168-A do Código Penal Brasileiro, a apropriação indébita previdenciária gerou e ainda geram muitas reflexões no meio jurídico, notadamente ao se discutir questões contábeis relacionadas ao registro das transações.

Como nos assinala Amaral (2010), a contribuição previdenciária é composta pela parcela paga pelo empregado e a parcela paga pelo empregador, cabendo a este último a retenção da parte do empregado, que deverá repassá-lo ao INSS, sendo o referido crime composto dos seguintes elementos: posse anterior de bem pertencente a terceiro; apropriação deste bem; e intenção.

Amaral (2010) ainda continua e frisa que algumas discussões foram travadas sobre a questão da posse anterior do bem alheio, uma vez que parte da doutrina entende que ao desvincular o pagamento do salário do recolhimento da contribuição do empregado, não há a real retenção do bem ou real transferência da posse do numerário, sendo o registro contábil mera ficção que não traduzira a realidade da operação.

Entretanto, o que tem se observado é que a tese que prevaleceu foi a de que os registros contábeis não são mera ficção científica, mas a expressão da realidade do negócio, e que quando ocorre o registro contábil de retenção da parcela da contribuição do empregado, sem o correspondente pagamento, ocorreria em tese o crime de apropriação indébita previdenciária.

Observe-se que por ser um crime que exige intenção para o cometimento, o dolo desse crime é “a consciência e a vontade de não repassar à Previdência, dentro do prazo e na forma da lei, as contribuições recolhidas, não se exigindo a demonstração de especial fim de agir ou o dolo específico de fraudar a Previdência Social” (STJ, 2005).

Nessa linha, uma situação corriqueira relacionada ao crime de apropriação indébita previdenciária é aquela em que o agente encontra-se em situação financeira difícil, pela apresentação e análise de documentação idônea, de forma a configurar que não seria possível agir de outra forma.

Não raro há demanda para análise da Contabilidade das empresas no sentido de verificar a situação econômico-financeira da mesma, seus lucros, fluxos de caixa e atos de gestão, entre outras situações, que possam demonstrar se seria possível exigir conduta diversa do empresário que se apropria da contribuição social dos empregados.

Caso a análise da Contabilidade das empresas, notadamente de suas demonstrações contábeis, resulte na constatação de dificuldades financeiras, seja pela análise dos resultados da entidade ao longo do tempo, seja em função de dificuldades relacionadas ao fluxo de caixa, a conduta de apropriar-se da contribuição previdenciária dos empregados pode ter sua culpabilidade excluída, uma vez que ao empresário não restaria alternativa, a não ser apropriar-se das verbas previdenciárias.

Nestes casos, a informação contábil pode ser manipulada de forma fraudulenta para aparentar uma situação financeira difícil, com lucros decrescentes e fluxo de caixa líquido apertado,



objetivando fortalecer a tese de que a empresa não poderia continuar em operação caso não utilizasse tais recursos em suas atividades operacionais.

#### **4. METODOLOGIA**

Definir a metodologia numa pesquisa científica é o mesmo que definir de forma sistemática os caminhos e práticas a serem seguidos pelo pesquisador, conforme nos ensina Vergara (2009), que enfatiza ainda que o rigor metodológico procura auxiliar o pesquisador a lidar corretamente com sua subjetividade.

Nessa linha, o presente capítulo trata das escolhas e práticas metodológicas utilizadas na pesquisa, apresentando a seguir o tipo de pesquisa, a população pesquisada, os instrumentos de coleta e tratamento dos dados, relacionando-os sempre aos objetivos propostos.

##### **4.1 Tipo de pesquisa**

Tendo em vista o problema e os objetivos propostos, a presente dissertação caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e descritiva realizada visando à captação e análise das percepções dos Peritos Criminais Federais acerca dos impactos da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade sobre a comprovação de fraudes contábeis em crimes financeiros.

É exploratória na medida em que há poucas pesquisas que tratam da recente adoção das Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil, e mais especificamente relacionando-a à comprovação de fraudes contábeis em crimes financeiros. Constatou-se que há pouco conhecimento acumulado e sistematizado sobre o assunto, motivo pelo qual o presente estudo não comporta hipóteses ou suposições profundas, embora algumas tenham surgido ao final.

É classificada como descritiva na medida em que expõe as percepções de parte da população analisada em relação ao fenômeno do impacto da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, estabelecendo correlações entre algumas variáveis de estudo e as percepções apuradas.

Nessa perspectiva, pode-se definir sinteticamente o seguinte caminho percorrido: inicialmente realizou-se revisão da literatura acadêmica e profissional sobre a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, notadamente sobre os seus impactos; em seguida, definiu-se o conceito de fraude nas demonstrações contábeis que foi utilizado no presente trabalho,

apresentando o universo e a amostra analisada; pesquisa de campo realizada por meio da aplicação de questionário, montado com questões abertas e fechadas; finalmente, os resultados foram analisados e interpretados em resposta ao problema de pesquisa.

#### **4.2 População Pesquisada**

No universo de todos os peritos criminais que atuam na área contábil-financeira, o presente estudo foi realizado apenas com os Peritos Criminais Federais, num universo de 200 profissionais, formados em Contabilidade e/ou Economia.

Optou-se por submeter o questionário a todos os Peritos Criminais Federais da área contábil-financeira, independentemente da graduação, uma vez que o recrutamento e seleção desses profissionais é feito num mesmo concurso público, de ampla concorrência para um mesmo número de vagas e com a realização de uma mesma prova que engloba conhecimentos jurídicos, contábeis e econômicos.

Optou-se também por escolher as pessoas que estão inseridas no processo de produção da prova pericial em crimes econômicos, tendo em vista que são profissionais que atuam frequentemente na área e possuem afinidade e interesse no assunto, com considerável grau de conhecimento sobre alguns aspectos relacionados ao tema, notadamente sobre a comprovação de fraudes contábeis ocorridas em crimes financeiros.

#### **4.3 Coleta de Dados**

Para a obtenção dos dados necessários à resposta ao problema de pesquisa, foram utilizados instrumentos, correlacionados aos objetivos da pesquisa, como ensina Vergara (2009).

Inicialmente, procedeu-se à revisão bibliográfica sobre o tema em dicionários, revistas científicas, especialmente aquelas publicadas por reconhecidas universidades, bancos de teses e dissertações, jornais e demais publicações de caráter informativo e científico, inclusive os disponíveis na *internet*.

Para o trabalho de campo, optou-se por aplicar questionários fechados (*survey*), no qual os respondentes escolheram entre duas ou mais alternativas fixas apresentadas, e seguindo a sugestão de Vergara (2009), foram apresentadas questões abertas para que os respondentes incluam aspectos achados interessantes. Optou-se por esse tipo de questões, pois assim foi possível produzir um instrumento mais rápido de aplicação, podendo atingir um grande

número de pesquisados, e por apresentarem respostas mais facilmente comparáveis e mais fáceis de serem codificadas e tratadas (LAKATOS e MARCONI, 2003).

Como as questões buscaram verificar o impacto das normas internacionais sobre a comprovação de fraudes contábeis, o conceito de impacto foi tratado como uma variável qualitativa. Dessa forma, foi necessário definir uma escala para que esta variável fosse trabalhada de forma quantitativa nos questionários, optando pela escala de tipo *Likert*, pois tal escala permite apresentar um conjunto de itens em forma de afirmações. Tais afirmações foram apresentadas aos pesquisados para que se manifestassem pela concordância, concordância total, indiferença, discordância total e discordância.

O questionário foi dividido em seis partes. A primeira parte objetivou traçar um perfil dos pesquisados e possuía informações básicas da amostra tais como: área de formação, titulação, nível de conhecimento das normas internacionais, tempo de experiência profissional em perícia e/ou auditoria, região da federação onde atua e se já periciou ou auditou empresas de grande porte ou companhias listadas em bolsa ou instituições financeiras.

A segunda parte do questionário objetivou verificar quais os elementos mais importantes para a formação da opinião pericial sobre a ocorrência de fraudes nas demonstrações contábeis. Tais elementos foram retirados dos conceitos de fraude encontrados na literatura sobre o tema e que contemplam elementos objetivos (prejuízo, benefício e norma infringida) e subjetivo (intenção).

A terceira parte objetivou verificar qual a base de julgamento profissional utilizada pelos peritos para analisar casos de fraude em demonstrações contábeis, ou seja, se o julgamento profissional é baseado na forma, na essência ou em ambos, verificando o grau de importância atribuído pelos profissionais à existência de normas detalhadas de contabilização.

A quarta parte objetivou verificar qual a percepção dos Peritos Criminais Federais sobre os impactos da adoção das normas internacionais sobre a sua atividade, destacando vantagens e desvantagens apontadas na literatura acadêmica e profissional para aferir o grau de concordância dos pesquisados.

A quinta parte objetivou verificar se os pesquisados se sentem aptos a atuar na análise de casos periciais envolvendo demonstrações contábeis produzidas com base nas novas normas contábeis.

Por fim, a sexta e última parte objetivou deixar os respondentes mais à vontade, seguindo as orientações de Vergara (2009), onde os respondentes foram instigados a responderem livremente sobre aspectos positivos e negativos percebidos na adoção das Normas Internacionais de Contabilidade.

Depois de realizada a primeira formatação, o questionário foi submetido a cinco juízes, com formação acadêmica reconhecida, objetivando realizar um teste prévio sobre o conteúdo e sobre a forma, seguindo os ensinamentos de Vergara (2009). Após a análise e discussão com os juízes, chegou-se ao conteúdo final do documento, reproduzido no apêndice A.

Os questionários foram enviados a todos os 200 peritos da área contábil-financeira por *e-mail*, sendo também disponibilizado nas listas de discussões existentes. Foram enviados ainda aos diretores e chefes de unidades, solicitando que fossem repassados a todos os profissionais da área.

#### **4.4 Tratamento dos Dados**

Os dados foram tratados utilizando a abordagem quantitativa e qualitativa. De acordo com Demo (1991) e Minayo (1994), essas abordagens não se opõem, ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por elas interage dinamicamente excluindo qualquer dicotomia.

Em virtude da abordagem e dos meios definidos para a coleta dos dados, foram escolhidas formas de tratamento adequadas e solidamente relacionadas aos objetivos da pesquisa (VERGARA, 2009a).

Dessa forma, considerando os meios escolhidos e os objetivos traçados, a abordagem quantitativa dos dados foi realizada através do software estatístico SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), sendo inicialmente realizada a análise descritiva dos dados com o objetivo de apresentá-los e sintetizá-los, e em seguida, realizada a análise inferencial buscando associação entre as variáveis.

Os dados foram deduzidos de uma escala, devido ao tipo de questionário montado, possuindo uma natureza não-métrica e, por conseguinte, foram aplicados testes estatísticos não-paramétricos.

Para realizar comparativo das diferenças de percepções em relação a determinados fatores, utilizou-se o teste Qui-Quadrado de *Pearson* ( $\chi^2$ ). Esse teste é considerado adequado quando se busca verificar se duas variáveis são independentes (FIELD, 2000), ou seja, avalia se duas ou mais amostras independentes diferem relativamente em determinada característica, como afirmado por Maroco (2003).

Dessa maneira, a análise quantitativa buscou identificar e quantificar pontos que indicariam ou auxiliariam a captação e interpretação das percepções dos pesquisados sobre o assunto, demonstrando se os mesmos reconhecem como pertinentes alguns aspectos apontados na pesquisa bibliográfica realizada, bem como sobre a possível associação entre eles.

No tocante aos dados qualitativos obtidos nas questões abertas, realizou-se a análise de conteúdo. Bardin (1997) define a análise de conteúdo como um conjunto de instrumentos metodológicos em constante aperfeiçoamento, os quais se aplicam às diversas formas de comunicação existente.

Vergara (2008) define que o procedimento básico da análise de conteúdo é a definição de categorias pertinentes aos propósitos da pesquisa, ou seja, a categorização implica isolar elementos para, em seguida, agrupá-los e analisá-los.

A análise de conteúdo realizada no presente estudo se apoiou no cálculo de frequências das categorias observadas (BARDIN, 1977), seguida da interpretação das mesmas, associando os resultados ao referencial teórico utilizado, procedendo-se ao final à comparação (VERGARA, 2008).

#### **4.5 Limitações do Método**

Conforme esclarece VERGARA (2009a), todo método tem possibilidades e limitações. É salutar que o pesquisador explicita as possíveis limitações para o método escolhido, conforme apresentado a seguir:

- Em função do *design* da pesquisa, não foi possível a generalização das conclusões extraídas do estudo para todos os integrantes da perícia criminal federal que atuam na área contábil-financeira, não sendo possível também realizar testes estatísticos robustos. Isso ocorreu devido à baixa quantidade de questionários respondidos (60 questionários ou 30% da população);

- É possível que os indivíduos selecionados para a pesquisa não sejam os mais adequados e representativos do universo estudado, fornecendo respostas falsas ou que não traduzam as suas opiniões reais em virtude das posições que ocupam na instituição pericial, ou ainda em função da pouca experiência prática e/ou teórica sobre o assunto;
- Não foi possível realizar entrevistas em profundidade com os pesquisados, tendo em vista o tempo necessário para a conclusão dos estudos e a grande quantidade de profissionais que atuam na área;
- Os impactos do novo padrão apontados na literatura sobre a qualidade da informação contábil ainda não foram testados com maior aprofundamento empírico no Brasil devido à recenticidade do processo.

Para diminuir os riscos e limitações inerentes à pesquisa, pretendeu-se tratar os dados com a maior profundidade e detalhamento possíveis, primando pelo rigor metodológico como instrumento de pesos e contrapesos, utilizando, por exemplo, o instrumento da validação dos dados obtidos durante os questionários por meio da comparação entre questões que possuíam o mesmo conteúdo, mas que foram apresentadas em pontos distintos do instrumento.

## **5 RESULTADOS**

No presente capítulo são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa. Inicialmente é destacada a análise descritiva da amostra, seguindo a estrutura lógica do questionário. Em seguida, os dados são discutidos com base numa análise inferencial, realizando associações entre as variáveis por meio de cruzamentos (*crosstabs*) com o uso do software SPSS e recorrendo à estatística do Qui-Quadrado de *Pearson* ( $\chi^2$ ). Por fim, apresenta-se a análise das respostas às questões abertas propostas.

### **5.1 Análise Descritiva**

Essa primeira parte da análise objetiva sintetizar os dados coletados de forma a facilitar a sua apresentação e análise. Dessa forma, foram produzidas tabelas com informações sobre os dados coletados e a frequência observada em termos percentuais.

#### **5.1.1 Perfil característico da amostra de Peritos Criminais Federais pesquisados**

Conforme se observa na tabela 1, dos 200 questionários enviados, 60 foram respondidos (30% de taxa de resposta), sendo 88,3% por graduados em Ciências Contábeis e 11,7% por graduados em Economia. Destes, 88,30% são graduados e/ou especialistas e 11,7% são

mestres, demonstrando que a maior titulação, mesmo que num percentual reduzido da amostra, é o mestrado.

Os respondentes se declararam em 68,3% das vezes com conhecimento considerado razoável (intermediário, substancial ou de domínio) dos preceitos das normas internacionais de Contabilidade, sendo que apenas 5% declararam desconhecê-lo (todos graduados em Economia). A maior parte dos respondentes (60%) possui mais de 5 anos de experiência na área de auditoria e perícia, dos quais 18,3% possuem mais de 10 anos de experiência.

No tocante à concentração geográfica, percebe-se que a amostra, embora constitua 30% da população, representa adequadamente a distribuição dos profissionais no território nacional, sendo que a maior parte dos respondentes ficou oriunda da região Centro-Oeste (30%), Nordeste (28,30%) e Sudeste (20%).

**Tabela 1: Perfil dos Respondentes**

<b>Variável</b>		<b>Percentual</b>
<b>Formação</b>	Ciências Contábeis	88,30
	Ciências Econômicas	11,70
<b>Titulação</b>	Graduado	48,30
	Especialista	40,00
	Mestre	11,70
<b>Conhecimento</b> <sup>21</sup>	Desconhece	5,00
	Superficial	26,70
	Intermediário	50,00
	Substancial	16,70
	Domina	1,60
<b>Experiência</b>	Menos de 5 anos	40,00
	Entre 5 e 10 anos	41,70
	Mais de 10 anos	18,30
<b>Região</b>	Norte	10,00
	Nordeste	28,30
	Centro-Oeste	30,00
	Sudeste	20,00
	Sul	11,70

<sup>21</sup> No apêndice C se encontram tabelas com amostra ajustada pela exclusão dos indivíduos que se declararam desconhecedores ou com conhecimento superficial das Normas Internacionais.

Dos profissionais pesquisados, a tabela 2 mostra que um terço declarou experiência de auditoria e/ou perícia em instituições financeiras e 28,3% se declaram com experiência em empresas de grande porte e/ou sociedades listadas em bolsa, demonstrando que aproximadamente 30% da amostra possuem experiência profissional em empresas ligadas ao mercado de capitais e/ou ao Sistema Financeiro Nacional e que são obrigadas por lei a seguirem os preceitos das normas internacionais de Contabilidade.

**Tabela 2 – Experiência em segmentos específicos**

<b>Tipo de empresa</b>	<b>Variável</b>	<b>Percentual</b>
<b>Instituições Financeiras</b>	Sim	33,3
	Não	66,7
<b>Grande porte ou listadas em bolsa</b>	<b>Variável</b>	<b>Percentual</b>
	Sim	28,3
	Não	71,7

### **5.1.2 Elementos de fraude nas demonstrações contábeis**

Para captar e analisar a percepção dos Peritos Criminais Federais sobre os elementos caracterizadores de fraudes em demonstrações contábeis foram apresentadas duas questões:

- a) Questão 8 que objetivou identificar quais os elementos mais importantes para a formação da opinião pericial sobre a ocorrência de fraudes nas demonstrações contábeis: benefício para o fraudador, prejuízo para a vítima e norma ou legislação infringida, considerado como aspectos objetivos, e a caracterização da intenção, considerado como aspecto subjetivo;
- b) Questão 9 que objetivou identificar o grau de concordância com a afirmativa: a fraude em demonstração contábil é essencialmente caracterizada por ação ou omissão realizada pelo gestor, em desacordo com as normas contábeis expedidas pelos órgãos de regulação (CVM, BACEN, SUSEP etc), e que resulte em benefício próprio ou de terceiros e em detrimento do interesse público (mercado financeiro, mercado de capitais, mercado de seguros etc). Nesse quesito, omitiu-se o elemento intenção com o objetivo de aferir se a sua ausência alterou a percepção dos pesquisados sobre o conceito de fraude.

Em resposta ao grau de importância dos elementos caracterizadores de fraude, a amostra posicionou-se nos termos da tabela 3. A proximidade dos graus atribuídos com média acima de 2,0, aliada a uma grande dispersão (alto desvio-padrão), indicam que a amostra considera



todos os elementos realmente importantes, o que possibilita supor que a análise deve ser realizada em torno do conjunto dos elementos mencionados, mesmo destacando que a identificação do benefício ou prejuízo possui o mesmo grau de importância quando comparados entre si (média 2,4), e os aspectos relacionados à intenção (média 2,7) e ao desrespeito à norma (média 2,8) são apontados como um pouco mais importantes.

A maior importância dada pelos pesquisados (média 2,8) ao desrespeito à norma para caracterizar a fraude está em consonância com a definição dada por Dechow e Skinner (2000), que diferenciam o gerenciamento de resultados da fraude contábil em função da obediência aos princípios e normas contábeis, e demonstrando também uma inclinação da amostra a privilegiar aspectos objetivos.

Embora essa definição de Dechow e Skinner (2000) seja bastante aceita, observa-se que acadêmicos como Cardoso (2005) e Sá e Hoog (2010) entre outros, além de instituições como a ACFE e o próprio CFC ressaltam a importância do elemento intenção para caracterizar a fraude, estando em consonância com a posição de parte dos pesquisados que entenderam que este elemento é o mais importante, privilegiando a subjetividade nas análises.

**Tabela 3 – Importância dos elementos de fraude**

Importância		Percentual	Média	Mediana	Moda	Desvio
<b>Prejuízo</b>	Grau 1	26,7	2,4	2	2	1,11
	Grau 2	28,3				
	Grau 3	23,3				
	Grau 4	21,7				
<b>Benefício</b>	Grau 1	25,0	2,4	2	2	1,08
	Grau 2	30,0				
	Grau 3	25,0				
	Grau 4	20,0				
<b>Intenção</b>	Grau 1	21,7	2,7	3	4	1,15
	Grau 2	20,0				
	Grau 3	25,0				
	Grau 4	33,3				
<b>Norma ou legislação infringida</b>	Grau 1	21,7	2,8	3	4	1,19
	Grau 2	16,7				
	Grau 3	21,7				
	Grau 4	40,0				

A tabela 4 demonstra que 78,4% da amostra concordam com a assertiva de que a fraude em demonstração contábil é essencialmente caracterizada por ação ou omissão realizada pelo gestor, em desacordo com as normas contábeis expedidas pelos órgãos de regulação (CVM, BACEN, SUSEP etc), e que resulte em benefício próprio ou de terceiros e em detrimento do interesse público (mercado financeiro, mercado de capitais, mercado de seguros etc), referendando a importância dos elementos acima mencionados.

Nessa afirmativa omitiu-se propositalmente a indicação da intenção do agente como elemento de caracterização da fraude. Entretanto, como na tabela 1 se observa que tal elemento foi considerado como um dos itens mais importantes com média igual a 2,7 e mediana 3, pode-se supor que parte dos pesquisados consideram que a intenção de fraude pode ser aferida objetivamente em função da análise do conjunto dos outros elementos anteriormente reportados: benefício, prejuízo e desrespeito à norma.

Essa postura de análise conjunta dos elementos parece ser a mais adequada e desejável, uma vez que o elemento intenção é aferido de forma subjetiva, estando a força da conclusão diretamente atrelada ao conjunto de evidências objetivas obtidas e cruzadas.

**Tabela 4 – Conceito de fraude**

<b>9. A fraude em demonstração contábil é essencialmente caracterizada por ação ou omissão realizada pelo gestor, em desacordo com as normas contábeis expedidas pelos órgãos de regulação (CVM, BACEN, SUSEP etc), e que resulte em benefício próprio ou de terceiros e em detrimento do interesse público (mercado financeiro, mercado de capitais, mercado de seguros etc).</b>	
<b>Variável</b>	<b>Percentual</b>
Discordo totalmente	0
Discordo	16,7
Indiferente	5,0
Concordo	71,7
Concordo totalmente	6,7

### **5.1.3 Base do julgamento profissional para comprovar as fraudes**

Para captar e analisar a percepção dos pesquisados sobre a base do julgamento profissional utilizado para comprovar e materializar fraudes em demonstrações foram formuladas as questões 10, 12 e 13, onde o que se buscou testar foi se o julgamento profissional para comprovar as fraudes é baseado na forma das transações, na essência ou em ambos.

Cumpra esclarecer que a questão 11 foi utilizada apenas para testar as respostas da questão 12 e a questão 14 foi utilizada para testar a questão 13. Constatado o sucesso e a coerência nas respostas, a apresentação dos seus resultados não se revelou importante.

A questão 10 está resumida na tabela 5, sendo que os itens 1 (Etapa de cada operação e resultado final), 4 (Tempo decorrido entre as transações) e 5 (Contexto no qual o fato ocorreu) são considerados como relacionados à essência, enquanto que os itens 2 (Documentos de suporte) e 3 (Regra de contabilização que rege a matéria) são relacionados à forma.

As análises das médias e dos percentuais demonstram que a amostra considera a seguinte ordem decrescente de importância: documentos (3,75), etapas e resultado final (3,48), a regra contábil (3,43), contexto (3,13) e o tempo (2,07).

Esses dados revelam uma preponderância de aspectos relacionados à forma, pois os itens 2 (documentos) e 3 (regra contábil) praticamente ocupam duas das três primeiras posições. Entretanto, as altas notas atribuídas aos itens 1 (etapas e resultado final) e 5 (contexto) demonstram que a amostra não está atrelada apenas à forma, mas procura analisar a essência das transações nos casos que requerem um maior cuidado.

**Tabela 5 - Convencimento sobre a ocorrência de fraude**

10. Numa análise pericial realizada nos autos de um processo que investiga a suposta prática de crime de <b><u>gestão fraudulenta de instituição financeira</u></b> , para que você constate que houve uma fraude nas demonstrações contábeis divulgadas, quais os elementos <b><u>mais importantes para formar seu convencimento sobre a ocorrência ou não de fraudes em demonstrações contábeis?</u></b> Marque 1 para o elemento menos importante, seguindo até 5 para o elemento mais importante.						
Importância		Percentual	Média	Mediana	Moda	Desvio
(1) Etapas e resultado final das operações	Grau 1	6,7	3,48	4	4	1,25
	Grau 2	18,3				
	Grau 3	21,7				
	Grau 4	26,7				
	Grau 5	26,7				
	Total	100				
Importância		Percentual	Média	Mediana	Moda	Desvio
(2) Documentos de suporte às transações	Grau 1	5	3,75	4	4	1,19
	Grau 2	13,3				
	Grau 3	15				
	Grau 4	35				
	Grau 5	31,7				

10. Numa análise pericial realizada nos autos de um processo que investiga a suposta prática de crime de **gestão fraudulenta de instituição financeira**, para que você constate que houve uma fraude nas demonstrações contábeis divulgadas, quais os elementos **mais importantes para formar seu convencimento sobre a ocorrência ou não de fraudes em demonstrações contábeis?** Marque 1 para o elemento menos importante, seguindo até 5 para o elemento mais importante.

	Total	100				
Importância		Percentual	Média	Mediana	Moda	Desvio
(3) Regra contábil que rege a matéria	Grau 1	8,3	3,45	4	4	1,23
	Grau 2	13,3				
	Grau 3	26,7				
	Grau 4	28,3				
	Grau 5	23,3				
	Total	100				
Importância		Percentual	Média	Mediana	Moda	Desvio
(4) Tempo decorrido entre as transações	Grau 1	45	2,07	2	1	1,19
	Grau 2	20				
	Grau 3	23,3				
	Grau 4	6,7				
	Grau 5	5				
	Total	100				
Importância		Percentual	Média	Mediana	Moda	Desvio
(5) Contexto no qual ocorreu a operação	Grau 1	15	3,13	3	5	1,41
	Grau 2	21,7				
	Grau 3	23,3				
	Grau 4	15				
	Grau 5	25				
	Total	100				

Com o objetivo de auxiliar a análise das informações da questão anterior, a questão 12 foi formulada a partir do *leading case* americano *Gregory vs Helvering*, de 1935 (ROLIM, 2001; SANCHES, 2006; GODOY, 2010), já discutido no capítulo III, tendo o julgamento técnico se baseado na prevalência da essência econômica sobre a forma jurídica (*substance over form*).

Dessa forma, um grau elevado de concordância com a afirmação indicaria que o julgamento técnico adotado foi tendente a privilegiar a forma em detrimento da essência econômica da operação, e da mesma forma, um grau elevado de discordância indicaria que a amostra usou julgamento técnico baseado na prevalência da essência sobre a forma.

Conforme se observa na tabela 6, apenas 10% dos pesquisados concordou parcialmente com a afirmação, indicando que a situação careceria de maiores detalhes, mas apresentando

inclinação ao julgamento profissional voltado para privilegiar a forma das transações. Em outra ponta, 81,7% (ou 89,1% descontados os 5 indivíduos que ficaram indiferentes) demonstraram discordância em relação à assertiva, indicando uma forte inclinação ao julgamento profissional que privilegia a essência econômica em detrimento da forma, em consonância com a jurisprudência do caso americano. Esse resultado corrobora o resultado obtido na questão 10, onde embora a forma seja considerada muito importante, a essência não é desconsiderada na análise realizada pelos Peritos Criminais Federais.

**Tabela 6 – Julgamento profissional baseado na essência sobre a forma**

<b>12. A empresa X, pertencente ao Sr. José da Silva, está sendo investigada pelo crime de apropriação indébita previdenciária. Durante a análise da Contabilidade da empresa X, verificou-se que a mesma detinha 5.000 ações da empresa Y. Zé da Silva criou a empresa Z, e dois meses depois a empresa X transferiu para a Cia Z as 5.000 ações da empresa Y em troca de 50% das ações da empresa Z. Um mês depois, Zé da Silva extinguiu a empresa Z, que foi liquidada e extinta, resgatando todos os ativos integralizados, inclusive as 5.000 ações, que foram vendidas por 15 milhões de Reais. Considerando que formalmente a transação está de acordo com todas as normas fiscais e societárias, pode-se afirmar que o que houve foi um processo de reestruturação societária normal.</b>	
<b>Variável</b>	<b>Percentual</b>
Discordo totalmente	21,7
Discordo	60,0
Indiferente	8,3
Concordo	10,0
Concordo totalmente	0

Por sua vez, a questão 13 foi formulada para verificar o grau de importância atribuído à existência de normas contábeis detalhadas e específicas para fundamentar o julgamento profissional dos pesquisados. Percebe-se que 70% da amostra pesquisada possui uma forte preferência por fundamentar seu julgamento profissional em normas detalhadas, em consonância com aspectos culturais referenciados por Gray (1988), no qual países latino-americanos, como é o caso do Brasil, possuem uma forte tendência a preferir normas mais uniformes e prescritivas.

**Tabela 7 – Importância de normas detalhadas ao juízo profissional**

<b>13. Para sua atividade de comprovação e materialização de fraudes em demonstrações contábeis, é essencial a existência de normas detalhadas de contabilização para embasar o julgamento profissional.</b>	
<b>Variável</b>	<b>Percentual</b>
Discordo totalmente	3,3
Discordo	20,0
Indiferente	6,7
Concordo	50,0
Concordo totalmente	20,0

Dessa forma, em termos gerais, a análise descritiva da amostra possibilitou concluir que as respostas possuem coerência, sendo que a maior parte dos respondentes privilegia aspectos formais e normativos para formar seu convencimento sobre a ocorrência de fraude nas demonstrações contábeis, bem como acham essencial a existência de normas detalhadas para fundamentar seu julgamento profissional. Entretanto, quando entendem que a forma e a norma estão sendo utilizadas para burlar a essência econômica de uma transação, adotam a supremacia da essência sobre a forma, exercitando a subjetividade no julgamento profissional.

#### 5.1.4 Vantagens e desvantagens ao trabalho pericial criminal

Para captar a percepção dos pesquisados sobre as vantagens e desvantagens da adoção das normas internacionais para o trabalho pericial criminal foram formuladas as questões 15 a 22, onde a amostra se posicionou pela concordância/discordância conforme detalhado a seguir.

Inicialmente, a questão 15 buscou verificar se os pesquisados concordam/discordam que a adoção de um padrão onde o julgamento profissional é baseado em conceitos e princípios irá facilitar o trabalho pericial de comprovação e materialização de fraudes em demonstrações contábeis. A tabela 8 a seguir demonstra que 26,7% entendem que a adoção desse padrão não irá facilitar o trabalho pericial de comprovação e materialização de fraudes em demonstrações contábeis, ao passo em que 66,7% entendem que a adoção desse padrão facilitará o trabalho pericial, e 6,7% foram neutros e não reconhecem qualquer correlação.

**Tabela 8 – Facilita/dificulta o trabalho pericial**

<b>15. A adoção de um padrão no qual o julgamento profissional será baseado em conceitos e princípios irá facilitar o seu trabalho de comprovação e materialização de fraudes em demonstrações contábeis.</b>	
<b>Variável</b>	<b>Percentual</b>
Discordo totalmente	3,3
Discordo	23,3
Indiferente	6,7
Concordo	51,7
Concordo totalmente	15

As questões seguintes foram montadas com o objetivo de aprofundar a investigação de forma a captar a percepção dos respondentes sobre quais pontos podem dificultar ou facilitar o trabalho de perícia criminal contábil.

Em linha com o que foi perguntado na questão anterior, a análise descritiva da questão 16, vista na tabela 9, demonstra que 70% da amostra entendem que um maior espaço para

julgamentos técnicos por parte dos peritos criminais tem impacto positivo em sua atividade, enquanto que 21,7% entendem que não terá impacto positivo, ao passo que 8,3% foram indiferentes. Isso permite supor que a maior parte da amostra considera que uma maior liberdade para julgamentos técnicos por parte dos peritos poderá facilitar o seu trabalho.

**Tabela 9 – Liberdade de julgamento técnico**

<b>16. Um maior espaço para julgamentos técnicos por parte dos peritos criminais tem impacto positivo para sua atividade de comprovação e materialização de fraudes em demonstrações contábeis.</b>	
<b>Variável</b>	<b>Percentual</b>
Discordo totalmente	3,3
Discordo	18,3
Indiferente	8,3
Concordo	50
Concordo totalmente	20

A questão 17 foi formulada para verificar se a adoção de normas conceituais e principiológicas por parte dos órgãos de regulação proporcionará um aumento no poder decisório dos gestores e, conseqüentemente, no seu nível de responsabilização.

A tabela 10 demonstra que 65% dos pesquisados concordam que a adoção das normas internacionais representará um aumento no poder decisório dos gestores, contadores e auditores e que conseqüentemente aumentará o seu nível de responsabilização.

Esse aumento no nível de responsabilização está em conformidade com a afirmação de Benston, Bromwich e Wagenhofer (2006) de que num sistema de normas detalhadas a responsabilidade pela informação fica compartilhada com os organismos de normatização, e que um sistema mais principiológico inviabiliza aos CEOs e CFOs afirmarem que não seguiram a intenção da norma.

Por outro lado, 23,3% discordaram dessa assertiva, enquanto que 11,7% foram indiferentes, indicando que independentemente do tipo de sistema normativo, a responsabilidade é apenas dos gestores e preparadores, conforme preconizado na lei societária.

**Tabela 10 – Nível de responsabilização dos gestores, contadores e auditores**

<b>17. À medida que os órgãos de regulação (CVM, BACEN, SUSEP etc) adotem as normas internacionais de Contabilidade, o julgamento profissional não irá mais se basear em regras detalhadas e impostas, mas se baseará em normas mais conceituais e principiológicas. Dessa forma, haverá um aumento no poder decisório dos gestores, contadores e auditores e, conseqüentemente, no seu nível de responsabilização.</b>
---

<b>Variável</b>	<b>Percentual</b>
Discordo totalmente	3,3
Discordo	20
Indiferente	11,7
Concordo	48,3
Concordo totalmente	16,7

Para que o perito criminal possa avaliar a intenção dos autores de fraudes em demonstrações contábeis, a tabela 11 demonstra que 40% dos pesquisados entendem que o julgamento profissional dos preparadores baseado em aspectos conceituais é mais importante do que o baseado em regras específicas e determinadas, enquanto que 48,4% discordam dessa relação e 11,7% consideram indiferentes.

Esse resultado equilibrado corrobora a suposição de que a base do julgamento profissional, se baseado em normas ou em princípios, é visto pela amostra com um significativo grau de associação para a avaliação da intenção do fraudador, revelando que a maior parcela se apega ao descumprimento de regras (48,3%) e outra ao descumprimento de princípios e da essência das transações (40%), corroborando a leve tendência pelo normativismo exposta na análise da base para o julgamento profissional do perito, porém sem esquecer da essência.

**Tabela 11 – Subjetividade e intenção de fraude**

<b>18. Para a avaliação do perito criminal sobre a intenção dos autores de fraudes em demonstrações contábeis, o julgamento profissional baseado em aspectos conceituais da Contabilidade é mais importante do que o baseado em regras específicas e determinadas.</b>	
<b>Variável</b>	<b>Percentual</b>
Discordo	6,7
Discordo totalmente	41,7
Indiferente	11,7
Concordo	40
Concordo totalmente	0

A tabela 12 a seguir revela que 65% concordam que fraudes realizadas por meio de manobras engenhosas nas quais a forma é respeitada em detrimento da essência são mais difíceis de serem comprovadas e materializadas do que as fraudes realizadas por meio de abuso na discricionariedade conferida aos gestores e contadores. Por outro lado, 20% não concordam com essa afirmação e 15% foram indiferentes.



Essa percepção parece normal e em linha com a afirmação da SEC (2003) de que a complexidade crescente das normas pode criar um movimento cíclico no qual a engenharia financeira ocorrerá via implementações normativas.

Deixa-se de apresentar o resultado da questão 19, pois a mesma foi montada com o objetivo de testar o resultado da questão 20.

**Tabela 12 – Ferramenta para o cometimento de fraude**

<b>20. A expressão “engenharia financeira” ganhou notoriedade ao representar ações que desrespeitam a essência da norma, mas respeitam o seu conteúdo formal. Fraudes realizadas por meio de engenharia financeira são mais difíceis de serem comprovadas e materializadas do que as fraudes realizadas por meio do abuso na discricionariedade conferida aos gestores e contadores.</b>	
<b>Variável</b>	<b>Percentual</b>
Discordo totalmente	3,3
Discordo	16,7
Indiferente	15
Concordo	53,3
Concordo totalmente	11,7

A tabela 13 demonstra que 83,3% dos pesquisados entendem que a falta de normas detalhadas pode impactar negativamente a formação de um entendimento comum entre os profissionais da área financeira, gerando assim um risco de aumento no número de contestações técnicas por parte de defesa e acusação sobre as conclusões periciais. Por outro lado, 13,3% discordam dessa afirmativa.

A falta de normas detalhadas está relacionada à desejável verificabilidade das informações, como bem sinalizado pelo FASB (2002) que afirma que o grande número de regras é uma exigência dos próprios profissionais. É também especialmente interessante, pois conforme argumenta Schipper (2003), as regras funcionam como uma espécie de escudo contra ações judiciais por conta de supostos erros.

Essa percepção dos peritos criminais corrobora também o resultado do estudo realizado por Santos e Lopes (2011) que constatou que um dos riscos embutidos nos conceitos oriundos dos IFRSs é a maior propensão a conflitos em função da subjetividade.

Especificamente em relação à função de perícia oficial, os respondentes percebem que a necessidade de julgamento profissional mais subjetivo pode trazer consigo o risco de uma maior refutação às evidências, e por consequência, às conclusões periciais apresentadas.

Esse cenário poderá potencializar as recentes modificações no Código de Processo Penal, que ao privilegiar o contraditório e a ampla defesa, preceitos fundamentais previstos na Constituição Federal Brasileira de 1988, alterou o artigo 159, em seu parágrafo 3º, possibilitando ao Ministério Público, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a formulação de quesitos e a indicação de assistentes técnicos em matéria pericial.

Outra alteração que segue nessa linha é a prevista no parágrafo 5º do artigo 159, que prevê que no curso do processo judicial é permitido às partes requerer oitiva dos peritos para esclarecer a prova, além da possibilidade de indicar assistentes técnicos para apresentar pareceres sobre a prova e a oitiva.

Essas oitivas dos peritos podem revelar a necessidade de preparar os profissionais a defenderem oralmente suas conclusões durante uma audiência, por exemplo, sendo contraditados por assistentes técnicos de defesa e de acusação.

Outra vertente da discussão sobre a falta de detalhamento nos IFRSs é sobre a possibilidade dos profissionais recorrerem a outros conjuntos de normas mais detalhadas, como o USGAAP, com o objetivo de completar suas análises, conforme destacado por Schipper (2003). Isso poderia também aumentar a responsabilidade e a cobrança dos peritos junto aos órgãos que administram a Criminalística Federal, que poderiam ser mais demandados a emitir orientações técnicas.

**Tabela 13 – Aumento na incidência de contestações**

<b>21. Iniciada uma ação penal pela suposta prática de crime de omissão de informação em demonstração contábil alegada pela CVM e pelo BACEN, o perito criminal verificou que o ponto sob discussão não possuía uma norma detalhada de contabilização. A falta de normas detalhadas pode impactar negativamente a formação de entendimento comum entre os profissionais da área contábil envolvidos nas análises de processos de crimes financeiros, gerando assim um aumento no número de contestações técnicas por parte de assistentes de defesa e acusação sobre as conclusões da Perícia Criminal Oficial.</b>	
<b>Variável</b>	<b>Percentual</b>
Discordo totalmente	0
Discordo	13,3
Indiferente	3,3
Concordo	68,3
Concordo totalmente	15

A tabela 14 informa que 75% entendem que o julgamento pericial fundamentado em conceitos gerais e sem normas detalhadas podem gerar um maior risco de peritos criminais julgarem transações financeiras com viés acusatório. Por outro lado, 16,7% entendem que esse risco não existe.

A existência de viés em qualquer processo de julgamento é esperada e previsível, e conforme definido pela teoria descritiva, os julgamentos pessoais são afetados por heurísticas e vieses cognitivos e emocionais (BAZERMAN, 2004). Nessa linha, o histórico do profissional, o ambiente no qual está inserido, as ações que já tomou no processo podem ser responsáveis por enviesar suas conclusões.

O próprio código de processo penal, prevendo essa possibilidade, já determina a necessidade dos peritos oficiais se submeterem às mesmas causas de suspeição e impedimento dos magistrados.

A qualificação do viés, presente na questão, demonstra que os respondentes estão cientes do risco acusatório, o que talvez revele uma das causas da preferência por normas detalhadas para fundamentar seu julgamento profissional identificada na questão 13.

**Tabela 14 – Risco de aumento no viés de julgamento**

<b>22. A falta de normas detalhadas e o julgamento pericial fundamentado em conceitos gerais podem gerar um maior risco de peritos criminais julgarem transações financeiras com viés acusatório.</b>	
<b>Variável</b>	<b>Percentual</b>
Discordo totalmente	3,3
Discordo	13,3
Indiferente	8,3
Concordo	68,3
Concordo totalmente	6,7

#### **5.1.5 Preparação dos peritos para atuar em ambiente IFRSs**

A tabela 14 apresenta a percepção dos pesquisados sobre a aptidão atual dos Peritos Criminais Federais para atuarem em casos periciais que envolvam fraudes nas demonstrações contábeis em crimes financeiros com base nas normas internacionais de Contabilidade. O resultado demonstra que 83,3% entendem que os Peritos Criminais Federais não estão aptos a atuarem, enquanto que 8,3% entendem que estão.

Essa percepção dos respondentes pode corroborar o entendimento de Schipper (2003) sobre a necessidade de mudar a expertise requerida dos profissionais de Contabilidade, que deverão mudar o foco da aplicação e preocupação com normas e formas, para o exercício de julgamentos profissionais baseados em princípios e na essência das transações, mesmo tendo o presente trabalho revelado que, embora tendentes a fundamentar seu julgamento profissional nas normas, os Peritos Criminais Federais não se absterão de desconsiderá-las quando entendem que estão sendo utilizadas para burlar ou ocultar a essência das transações.

**Tabela 15 – Nível de preparação dos Peritos Criminais Federais**

<b>23. Com base na percepção do estágio atual de conhecimento seu e dos seus pares sobre as normas internacionais de Contabilidade, e considerando que desde 2010 já estão sendo produzidas demonstrações contábeis com base nesse novo padrão, pode-se concluir que os Peritos Criminais Federais estão aptos a atuar em casos periciais que envolvam fraudes nas demonstrações contábeis em crimes financeiros.</b>	
<b>Variável</b>	<b>Percentual</b>
Discordo totalmente	13,3
Discordo	70
Indiferente	8,3
Concordo	8,3
Concordo totalmente	0

## 5.2 Análise Inferencial

Como o objetivo do presente trabalho é captar e analisar a percepção dos Peritos Criminais Federais com relação aos impactos da adoção das normas internacionais de Contabilidade para o trabalho pericial, nesse subitem é analisada a associação existente entre as respostas que podem influenciar as conclusões observadas.

Cumprе esclarecer que os testes estatísticos de independência realizados não apresentaram robustez em função da pequena frequência nos grupos de respostas, mesmo quando realizados reagrupamentos. Mesmo diante dessa limitação, as tabelas possuem tais índices, pois demonstram alguma tendência à existência de associação ou não entre as variáveis.

### 5.2.1 Associação entre o perfil da amostra e as variáveis testadas

Nesse subitem procurou-se verificar o grau de associação existente entre o perfil dos respondentes e as opiniões expressas nas questões, realizando *crosstabs* para apurar se variáveis como formação, titulação e nível de conhecimento dos preceitos das IFRSs, *proxies* para conhecimento teórico, e região, experiência em auditoria e/ou perícia e experiência auditando ou periciando instituições financeiras, empresas de grande porte e listadas em bolsas, *proxies* para conhecimento aplicado, possuíam alguma associação com os padrões das respostas.

Devido ao grande número de tabelas geradas e para não cansar o leitor, optou-se por apresentar o resultado desse teste no apêndice B<sup>22</sup>. O valor do teste de independência Qui-Quadrado de Pearson ( $\chi^2$ ) e do *p-value* (acima de 0,05) obtidos nos cruzamentos realizados

<sup>22</sup> No apêndice C estão os resultados dos testes estatísticos realizados com a amostra ajustada pela exclusão dos indivíduos que desconhecem ou conhecem superficialmente as Normas Internacionais. Os resultados não revelaram alteração significativa nas conclusões.

entre as variáveis formação, titulação e nível de conhecimento dos preceitos dos IFRSs e as questões propostas revelaram que no geral não há diferença de percepção da amostra sobre os impactos da adoção das normas internacionais em função do nível de conhecimento teórico.

A mesma conclusão foi obtida nos cruzamentos realizados entre as variáveis região, experiência em auditoria e/ou perícia, experiência auditando e/ou periciando instituições financeiras, empresas de grande porte e listadas em bolsas e as questões propostas revelaram que no geral não há diferença de percepção da amostra sobre os impactos da adoção das normas internacionais em função do nível de conhecimento aplicado.

### **5.2.2 Associação entre as vantagens e desvantagens**

Esse subitem objetivou verificar a percepção dos pesquisados sobre as vantagens e desvantagens da adoção das normas internacionais para a atividade pericial criminal, procedendo-se ao teste de independência Qui-Quadrado de Pearson ( $\chi^2$ ) entre a questão 15, que visa aferir se o novo padrão de julgamento profissional facilitará ou dificultará o trabalho pericial, e as questões 16 a 22 que discutem benefícios e custos desse novo padrão.

Para tanto, foram realizados *crosstabs* entre a questão 15 e as questões 16 a 22<sup>23</sup>, sendo que em função da quantidade relativamente pequena de respondentes, as mesmas tiveram suas respostas reagrupadas da seguinte forma: as escalas (1) discordo totalmente e discordo (2), foram agrupadas em uma nova escala (1) discordo, enquanto que (4) concordo e (5) concordo totalmente foram agrupadas em (2) concordo, excluindo-se o item (3) indiferente.

A tabela 16 informa que dos 35 indivíduos que concordaram que a adoção de um padrão no qual o julgamento profissional se baseará em conceitos e princípios irá facilitar o trabalho de comprovação e materialização de fraudes em demonstrações contábeis, 30 indivíduos (85,7%) também concordaram que um maior espaço para julgamentos técnicos por parte dos peritos criminais tem impacto positivo na atividade de perícia criminal, contra apenas cinco indivíduos que discordaram. O *p-value* de 0,021 indica que há diferença estatística entre os grupos, ou seja, rejeita-se a hipótese de que o fato de um maior espaço para julgamento profissional ter impacto positivo não interfere na percepção de que as normas internacionais facilitarão/não facilitarão o trabalho pericial.

---

<sup>23</sup> No apêndice C estão os resultados dos testes estatísticos realizados com a amostra ajustada pela exclusão dos indivíduos que desconhecem ou conhecem superficialmente as Normas Internacionais. Os resultados não revelaram alteração significativa nas conclusões.

**Tabela 16 – Crosstab entre a questão 15 e questão 16**

			Liberdade de julgamento		Total
			Discordo	Concordo	
Facilita o trabalho	Discordo	Observada	7	9	16
		Esperada	3,8	12,2	16
	Concordo	Observada	5	30	35
		Esperada	8,2	26,8	35
Total		Observada	12	39	51
		Esperada	12	39	51
Qui-quadrado ( $\chi^2$ )		5,298			
Significância (p)		0,021			

A tabela 17 demonstra que dos 33 indivíduos que concordaram que a adoção de um padrão no qual o julgamento profissional se baseará em conceitos e princípios irá facilitar o trabalho de comprovação e materialização de fraudes em demonstrações contábeis, 24 indivíduos também concordaram que à medida que os órgãos de regulação (CVM, BACEN, SUSEP etc) adotem as normas internacionais de Contabilidade, o julgamento profissional não irá mais se basear em regras detalhadas e impostas, mas se baseará em normas mais conceituais e principiológicas, representando um aumento no poder decisório dos gestores, contadores e auditores e, conseqüentemente, no seu nível de responsabilização, contra nove indivíduos que discordaram. O *p-value* de 0,773 sugere que não há diferença estatística entre os grupos, ou seja, o fato dos pesquisados concordarem/discordarem que o novo padrão contribui para o aumento da responsabilização de gestores, contadores e auditores não interfere na percepção dos mesmos sobre o fato de que as novas normas facilitam/dificultam o trabalho pericial.

**Tabela 17 - Crosstab entre a questão 15 e questão 17**

			Responsabilização gestores, contadores e auditores		Total
			Discordo	Concordo	
Facilita o trabalho	Discordo	Observada	5	11	16
		Esperada	4,6	11,4	16
	Concordo	Observada	9	24	33
		Esperada	9,4	23,6	33
Total		Observada	14	35	49
		Esperada	14	35	49
Qui-quadrado ( $\chi^2$ )		0,084			
Significância (p)		0,773			

A tabela 18 demonstra que dos 35 indivíduos que concordaram que a adoção de um padrão no qual o julgamento profissional se baseará em conceitos e princípios irá facilitar o trabalho de comprovação e materialização de fraudes em demonstrações contábeis, 17 indivíduos (48,57%) também concordaram que para a avaliação do perito criminal sobre a intenção dos autores de fraudes em demonstrações contábeis, o julgamento profissional baseado em aspectos conceituais da Contabilidade é mais importante do que o baseado em regras específicas e determinadas, contra 18 (51,42%) indivíduos que discordaram. O *p-value* de 0,246 indica que não há diferença estatística entre os grupos, ou seja, o fato dos indivíduos concordarem/discordarem que o novo padrão contribui para uma melhor avaliação da intenção dos fraudadores não interfere na percepção de que o novo padrão facilita/não facilita o trabalho pericial.

**Tabela 18 - Crosstab entre as questões 15 e 18**

			Avaliação sobre a intenção		Total
			Discordo	Concordo	
Facilita o trabalho	Discordo	Observada	11	5	16
		Esperada	9,1	6,9	16
	Concordo	Observada	18	17	35
		Esperada	19,9	15,1	35
Total		Observada	29	22	51
		Esperada	29	22	51
Qui-quadrado ( $\chi^2$ )		1,343			
Significância (p)		0,246			

A tabela 19 demonstra que dos 34 indivíduos que concordaram que a adoção de um padrão no qual o julgamento profissional se baseará em conceitos e princípios irá facilitar o trabalho de comprovação e materialização de fraudes em demonstrações contábeis, 29 indivíduos (85,3%) também concordaram que fraudes realizadas por meio de engenharia financeira são mais difíceis de serem comprovadas e materializadas do que as fraudes realizadas por meio do abuso na discricionariedade conferida aos gestores e contadores, contra 5 (14,7%) indivíduos que discordaram. O *p-value* de 0,016 indica que há diferença estatística entre os grupos, ou seja, o fato dos respondentes concordarem/discordarem que fraudes realizadas por meio de engenharia financeira são mais difíceis de serem comprovadas interfere na percepção de que o novo padrão facilita/não facilita o trabalho pericial.

**Tabela 19 - Crosstab entre as questões 15 e 20**

		Engenharia financeira dificulta trabalho			Total
		Discordo		Concordo	
Facilita o trabalho	Discordo	Observada	7	8	15
		Esperada	3,7	11,3	15
	Concordo	Observada	5	29	34
		Esperada	8,3	25,7	34
Total		Observada	12	37	49
		Esperada	12	37	49
Qui-quadrado ( $\chi^2$ )		5,749			
Significância (p)		0,016			

A tabela 20 informa que dos 39 indivíduos que concordaram que a adoção de um padrão no qual o julgamento profissional se baseará em conceitos e princípios irá facilitar o trabalho de comprovação e materialização de fraudes em demonstrações contábeis, 33 indivíduos (84,6%) também concordaram que a falta de normas detalhadas pode impactar negativamente a formação de entendimento comum entre os profissionais da área contábil envolvidos nas análises de processos de crimes financeiros, gerando assim um aumento no número de contestações técnicas por parte de assistentes de defesa e acusação sobre as conclusões da Perícia Criminal Oficial, contra 6 (15,4%) indivíduos que discordaram. O *p-value* de 0,845 indica que não há diferença estatística entre os grupos, ou seja, o fato dos respondentes concordarem/discordarem que pode haver um aumento no número de contestações não interfere na percepção de que o novo padrão facilita/não facilita o trabalho pericial.

**Tabela 20 - Crosstab entre as questões 15 e 21**

			Aumento de contestações		Total
			Discordo	Concordo	
Facilita o trabalho	Discordo	Observada	2	13	15
		Esperada	2,2	12,8	15
	Concordo	Observada	6	33	39
		Esperada	5,8	33,2	39
Total		Observada	8	46	54
		Esperada	8	46	54
Qui-quadrado ( $\chi^2$ )		0,036			
Significância (p)		0,849			

A tabela 21 informa que dos 36 indivíduos que concordaram que a adoção de um padrão no qual o julgamento profissional se baseará em conceitos e princípios irá facilitar o trabalho de comprovação e materialização de fraudes em demonstrações contábeis, 30 indivíduos (83,3%)



também concordaram que a falta de normas detalhadas e o julgamento pericial fundamentado em conceitos gerais podem gerar um maior risco de peritos criminais julgarem transações financeiras com viés acusatório, contra 6 (16,7%) indivíduos que discordaram. O *p-value* de 0,412 indica que não há diferença estatística entre os grupos, ou seja, o fato dos Peritos Criminais Federais concordarem/discordarem que há um maior risco de viés acusatório não interfere na percepção de que o novo padrão facilita/não facilita o trabalho pericial de comprovação e materialização de fraudes contábeis ocorridas em crimes econômicos.

**Tabela 21 - Crosstab entre as questões 15 e 22**

			Risco de viés acusatório		Total
			Discordo	Concordo	
Facilita o trabalho	Discordo	Observada	4	11	15
		Esperada	2,9	12,1	15
	Concordo	Observada	6	30	36
		Esperada	7,1	28,9	36
Total		Observada	10	41	51
		Esperada	10	41	51
Qui-quadrado ( $\chi^2$ )		0,672			
Significância (p)		0,412			

De forma geral, a análise dos dados apresentados nas tabelas 15 a 21 demonstra que a maior parte dos respondentes que concordou que a adoção das normas internacionais facilitará o trabalho dos Peritos Criminais Federais também entendeu como vantagens um maior espaço para julgamentos técnicos por parte dos peritos criminais, que o novo padrão aumentará o nível de responsabilização dos gestores, contadores e auditores, bem como também concordam que fraudes realizadas por meio de engenharia financeira são mais difíceis de serem comprovadas e materializadas do que as fraudes realizadas por meio do abuso na discricionariedade dos gestores e contadores.

Da mesma forma, embora a maior parte entenda que de forma geral a adoção das normas internacionais facilitará o trabalho de perícia criminal, também associam como desvantagem o maior risco de litígios e contestações técnicas, bem como um maior risco de viés nas conclusões periciais.

### 5.3 Análise de conteúdo das questões abertas

Nesse subitem são discutidos, numa abordagem qualitativa, os dados colhidos nas questões abertas que solicitavam que o pesquisado listasse cinco aspectos positivos e cinco aspectos negativos do novo ambiente normativo sobre a comprovação de fraudes em demonstrações contábeis ocorridas em crimes financeiros.

Cumprе esclarecer que dos 60 questionários recebidos, apenas 31 possuíam resposta às questões abertas. Tais respostas foram tratadas tendo como unidade de análise as frases e parágrafos eventualmente existentes, sendo categorizadas de acordo com a identificação de elementos e padrões aptos a captar a percepção dos respondentes sobre o impacto da adoção dos IFRSs sobre a atividade dos Peritos Criminais Federais.

Após a identificação da grade de análise, os dados foram agrupados em categorias, cabendo esclarecer que as unidades de análise, em alguns casos, sobrepuaram-se acarretando que em uma frase ou parágrafo foram identificadas mais de uma categoria de análise, bem como houve a repetição de categorias em parágrafos ou frases.

Foram identificados elementos relacionados à percepção dos respondentes, sintetizados no quadro 01 a seguir.

**Quadro 05 – Categorias de Análise**

<b>Positivos</b>	
<b>Categoria</b>	<b>Descrição</b>
COMPARABILIDADE	Aumento da comparabilidade das demonstrações
FRAUDE	Diminuição de oportunidades de fraude
RESPONSABILIZAÇÃO	Aumento da responsabilização dos gestores/preparadores/auditores
VALORIZAÇÃO	Valorização da perícia contábil criminal
SUBJETIVIDADE	Maior liberdade de julgamento profissional do perito
QUALIFICAÇÃO	Necessidade de qualificação do perito
COMPLEXIDADE	Diminuição da complexidade das normas contábeis
<b>Negativos</b>	
<b>Categoria</b>	<b>Descrição</b>
FRAUDE	Aumento de oportunidades de fraudes
RESPONSABILIZAÇÃO	Aumento da responsabilização dos peritos criminais
QUALIFICAÇÃO	Dificuldade de requalificar peritos criminais
CONTESTAÇÕES	Risco de aumento das contestações
VIÉS	Risco de viés acusatório
CULTURA	Dificuldade de atuação em função da cultura profissional
SUBJETIVIDADE	Julgamentos subjetivos dos peritos
COMPARABILIDADE	Diminuição da comparabilidade
ERROS DE JULGAMENTO	Risco de erros de avaliação

Conforme destacado no capítulo 4, os dados foram submetidos à análise de conteúdo, com a consequente categorização dos dados e ordenação com base na frequência de ocorrência, assumindo que as categorias mais frequentes são consideradas pelos respondentes como mais importantes.

A seguir, a tabela 22 apresenta as categorias e frequências observadas em cada questão, que são utilizadas posteriormente para associação com o conteúdo das manifestações apostas nas questões abertas.

**Tabela 22 – Categorias e Frequências Observadas**

<b>CATEGORIAS</b>		
<b>POSITIVOS</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>FREQUÊNCIA RELATIVA</b>
FRAUDE	3	2,80%
RESPONSABILIZAÇÃO	5	4,67%
QUALIFICAÇÃO	8	7,48%
SUBJETIVIDADE	11	10,28%
VALORIZAÇÃO	12	11,21%
COMPLEXIDADE	26	24,30%
COMPARABILIDADE	42	39,25%
<b>TOTAL</b>	<b>107</b>	<b>100,00%</b>
<b>NEGATIVOS</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>FREQUÊNCIA RELATIVA</b>
COMPARABILIDADE	1	1,11%
ERROS DE JULGAMENTO	1	1,11%
RESPONSABILIDADE	3	3,33%
CULTURA	5	5,56%
VIÉS	6	6,67%
FRAUDE	10	11,11%
CONTESTAÇÕES	17	18,89%
QUALIFICAÇÃO	20	22,22%
SUBJETIVIDADE	27	30,00%
<b>TOTAL</b>	<b>90</b>	<b>100,00%</b>

Analisando a citada tabela 22, pode-se constatar que o aumento da comparabilidade da informação contábil é apontado como o principal aspecto positivo da adoção dos IFRSs, principalmente em função da internacionalização dos mercados, conforme se observa na resposta a seguir:

Questionário 1 – “adequação dos demonstrativos financeiros nacionais à mesma sistemática adotada internacionalmente o que permitirá (sic) a comparação entre as empresas e um melhor conhecimento do mercado”.

Questionário 16 – “a análise contábil de empresas estrangeiras e sua utilização como *off shores (sic)*, desde que os países das mesmas adiram à harmonização das normas”.

Essa percepção dos respondentes está em linha com muito do que se pretende com um processo de harmonização ou padronização das normas contábeis, estando em consonância com a percepção de docentes no Brasil, conforme pesquisa de Almeida, Gomes e Santos (2011) e com a percepção de contabilistas portugueses, conforme pesquisa de Santos e Lopes (2011).

Embora a comparabilidade seja desejável e apontada como um benefício da adoção dos IFRSs, não se identifica total concordância nos resultados de estudos empíricos sobre o assunto, como o realizado por Callao, Jarne e Lainez (2007) que apontaram que o grau de comparabilidade da informação contábil não melhorou na Espanha.

Mesmo diante dessa contestação empírica, essa percepção dos respondentes está associada em grande parte ao uso de técnicas de análise de balanços, conforme se observa a seguir:

Questionário 16 – “harmonização das normas geram pilares uniformes (índices) de comparação”.

Questionário 17 – “melhora a análise financeira entre empresas e a identificação de fraudes a serem aprofundadas (sic)”.

O respondente 17 cita uma ferramenta usada para identificar *red flags* por meio da análise entre empresas, por exemplo. O trabalho de Múrcia (2007) sinalizou que a maior parte dos auditores pesquisados em sua amostra considerou muito relevantes os *red flags* relacionados ao *cluster* “relatórios contábeis”, bem como um elemento importante de análise que é o baseado na comparação entre empresas via demonstrações contábeis, ou seja, via análise de indicadores e quocientes financeiros.

Nessa seara, constata-se que uma ferramenta que é utilizada pelos profissionais que militam na área de fraudes nas demonstrações contábeis é a técnica de análise de balanços, que é considerada de raro valor para a pesquisa de fraudes ao fornecer elementos indiciários, como afirmado por Sá e Hoog (2010), que são capazes de direcionar as investigações e análises periciais.

O segundo aspecto mais apontado como positivo foi a diminuição da complexidade das normas. Schipper (2003) aponta que as normas baseadas em conceitos não possuem os

detalhamentos das normas baseadas em regras, muito menos o grande número de exceções de escopo e de tratamento.

Essa diminuição de complexidade não se reveste apenas na quantidade dos normativos, mas também na análise das situações e em seu consequente enquadramento, conforme se observa a seguir:

Questionário 23 – “maior facilidade de compreensão da essência econômica (sic) das operações”.

O terceiro ponto mais frequentemente apontado foi a valorização profissional, coincidindo com a percepção de muitos contabilistas, como os portugueses, exposta por Santos e Lopes (2011). Para os respondentes, esse novo padrão coloca o perito criminal para opinar sobre discussões profundas travadas entre partes que podem eventualmente possuir entendimentos diferentes sobre a essência das transações, não apenas sobre a forma como as mesmas são realizadas, acarretando uma valorização na opinião do profissional.

Essa valorização é vista por alguns respondentes como a possibilidade de as investigações sobre crimes financeiros serem conduzidas por critérios técnicos e não meramente jurídicos, como ocorre atualmente, conforme se observa na manifestação a seguir.

Questionário 32 - Possibilidade das investigações criminais passarem a ser conduzidas por critérios técnicos, baseadas nas análises de profissionais que efetivamente possuam expertise sobre a matéria em apuração.

A questão da subjetividade foi apontada como aspecto positivo 11 vezes nas 107 catalogadas. Esse aspecto foi pontuado como uma espécie de aumento na liberdade de julgamento do profissional, que não ficaria tão adstrito à literalidade da norma, conforme exposto a seguir:

Questionário 4 – “flexibilidade para se comprovar a fraude por outros meios que não apenas a norma, podendo o perito se basear em estudos acadêmicos, mais atualizados que as normas”.

Questionário 9 – “liberdade de ação”.

Em contraponto ao aumento no grau de liberdade apontado pelos respondentes, em 3 ocasiões o aumento da responsabilidade foi considerado como aspecto negativo das novas normas, revelando um receio da falta de detalhamento, conforme se observa a seguir:

Questionário 9 – “sem normas, é maior a responsabilidade do analista”.

Também em contraponto a essa percepção, verifica-se que o elemento subjetividade do perito também foi apontado o principal aspecto negativo (27 vezes em 90 catalogadas), contrastando em certa medida com a valorização no grau de liberdade de atuação pericial apontada.

Esse receio que a falta de normas detalhadas ocasiona no perito está em consonância com a resistência dos auditores, que ao terem sua responsabilidade aumentada, estão mais suscetíveis a contestações técnicas.

Esse risco de contestações, apontado como o 3º aspecto negativo mais intenso (17%), atrela-se à falta de uma base comum de conhecimento e interpretação, que podem gerar erros de julgamentos, como apontado no questionário a seguir reproduzido:

Questionário 23 – “Maior exposição a erros, divergências e riscos de litigância, apontando a busca por mais pronunciamentos contábeis de órgãos (sic) emissores de normas para suprir lacunas normativas ou pacificar divergências (sic), o que pode travar muitas análises periciais”.

Questionário 22 - “possibilidade de não apontar uma falha por medo de errar”.

O risco de aumento de contestações está atrelado também ao aumento na possibilidade de julgamentos periciais com viés acusatório, sendo objeto de preocupação de alguns respondentes, conforme descrito a seguir:

Questionário 54 – “A possibilidade de profusão de normas contábeis, potencializando a geração de irregularidades culposas, facilmente confundíveis com infrações criminais em função de viés de julgamento”.

O risco de viés está intimamente atrelado ao aspecto cultural, voltado para seguir normas codificadas e detalhadas, e mostra também um aspecto institucional, conforme enfatizado por Tsunoda (2011).

“o ambiente organizacional existente na Polícia Federal é desfavorável quanto ao cumprimento de leis e recomendações, internacionais e nacionais, que preconizam a necessidade de autonomia para a realização do trabalho pericial, de forma a garantir a prova isenta e neutra em busca da justiça”.

O problema cultural também foi apresentado como aspecto negativo, pois os profissionais da área são egressos de uma cultura de uso das normas para fundamentar suas convicções, conforme destacado pelo questionário 32, a seguir reproduzido:

Questionário 32 – “ os peritos que hoje atuam são todos formados num paradigma cultural de julgamento baseado na lei. Só vale o que está escrito, interpretar e ser subjetivo é quase uma heresia”.

Observa-se assim que o medo de incorrer em erros em função da maior possibilidade de julgamentos com viés acusatório aumenta a responsabilidade dos profissionais, principalmente por que o aumento no risco de fraudes foi apontado como um item de preocupação por alguns respondentes, sendo mencionado 10 vezes em 90 catalogadas, revelando que os profissionais pesquisados já possuem alguma predisposição a considerar que haverá o aumento no cometimento de fraudes nesse novo ambiente normativo.

A percepção de que a adoção dos IFRSs tem como aspecto negativo o aumento de fraudes deve ser avaliada também com o resultado apresentado na tabela 18, onde embora os respondentes acreditem que os IFRSs facilitem o trabalho pericial, os respondentes concordam que as fraudes realizadas com sem o abuso da forma jurídica são mais fáceis de serem analisadas, ou seja, o aumento no risco de fraude seria debelado pela maior facilidade em se analisar os casos concretos.

Interessante que o segundo ponto mais frequentemente apontado como negativo foi a necessidade de qualificação dos peritos criminais (22%), conforme se observa na exposição a seguir:

Questionário 29 – “necessidade de capacitação dos peritos criminais.”

Questionário 36 – “Urgência na capacitação de profissionais que atuam na área”.

A percepção dos respondentes parece estar atrelada à falta de investimentos constantes em atualização para os profissionais, conforme concluído no estudo de Tsunoda (2011), que constatou a necessidade dos peritos gerenciarem os recursos necessários à atuação da Perícia Criminal Federal, sobretudo a parte necessária à capacitação.

Tsunoda (2011) destaca que na visão dos Peritos Criminais Federais há a necessidade de possuir recursos próprios para garantir a qualidade dos laudos periciais em função da qualificação dos profissionais.

Essa questão mostra aspectos institucionais, em que há uma preferência dos segmentos de segurança pública em investir recursos na aquisição de equipamentos, conforme se observa na exposição a seguir:

Questionário 38 – “Necessidade de atualização, diante de falta de investimentos constantes em capacitação e da falta de tempo para se reciclar (incentivo do DPF)”.

Questionário 27 – “Pouca capacitação fornecida pelo DPF na área contábil. Os cursos sobre o tema não saíram do papel. Não é só de equipamentos que vive a perícia”.

Outra vertente de análise dessa questão está na necessidade de melhoria no ensino da Contabilidade, principalmente diante da percepção de professores da área que as universidades ainda não estão preparadas para ensinar os alunos nesse novo ambiente normativo, conforme apontado por Fernandes et al(2010). Tal situação ainda é agravada quando se verifica que as universidades são consideradas as principais responsáveis pela capacitação dos profissionais, conforme destacado pelo estudo de Almeida, Gomes e Lemes (2011).

Por outro lado, e por mais curioso que pareça, alguns pesquisados apontaram a necessidade de qualificação como aspecto positivo, passando a ideia de que esse novo cenário trará desafios desejados aos profissionais e a oportunidade de se reciclarem, conforme se observa nesse trecho:

Questionário 19 – “Qualificação profissional. Finalmente terei um curso de Contabilidade interessante e desafiador”.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo pretendeu captar e analisar a percepção dos Peritos Criminais Federais sobre os impactos da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade para a sua atividade de comprovação e materialização de fraudes contábeis ocorridas em crimes econômicos, sendo utilizada uma abordagem quantitativa e qualitativa.

Com base no referencial teórico exposto nos capítulos II e III, foi possível identificar conceitos necessários aos exames, bem como identificar as principais implicações, apontadas pela literatura acadêmica e profissional, da adoção das normas internacionais sobre os



atributos de qualidade da informação, sobre os profissionais da área contábil-financeira e sobre os gestores das organizações.

O referencial teórico permitiu apurar que o processo de adoção dos IFRSs abarca uma discussão profunda sobre os paradigmas que norteiam a produção e análise da informação financeira: a busca pela *image fidele* às prescrições legais ou a busca pela *true and fair view*. Para dar suporte a cada um desses paradigmas, observa-se a necessidade de sistemas de informações contábeis coerentes com essas finalidades: um sistema baseado em regras detalhadas ou um sistema baseado em princípios.

Esse processo de harmonização contábil é apresentado discutindo algumas questões, entre elas: reflexos na comparabilidade, verificabilidade, relevância e confiabilidade da informação; reflexos nas oportunidades de fraudes contábeis; reflexos na valorização e na qualificação profissional; risco de aumento nos conflitos, entre outras.

A revisão possibilitou também constatar que a literatura acadêmica e profissional considera que a presença da intenção é condição importante para considerar uma demonstração contábil como fraudulenta, revelando que os aspectos relacionados à subjetividade do julgamento profissional devem ser avaliados.

No tocante aos resultados do trabalho de campo, os dados colhidos e analisados permitiram realizar algumas constatações sobre a amostra pesquisada, seja com base na análise descritiva, seja na análise inferencial ou na análise de conteúdo das questões abertas.

A análise possibilitou constatar que embora a maior parte dos respondentes associe o conceito de fraude em demonstração contábil aos elementos objetivos – benefício ao fraudador, prejuízo à vítima e desrespeito à norma contábil, o elemento subjetivo intenção (dolo) é considerado essencial, sendo aferido também pela análise dos aspectos objetivos já elencados, conforme se observa nas tabelas 3 e 4.

As tabelas 5, 6 e 7 permitiram observar também que os respondentes fundamentam seu julgamento profissional dando mais ênfase em aspectos formais que privilegiam a existência de normas de contabilização baseadas em regras. Entretanto, os resultados demonstram também que valorizam fortemente os aspectos ligados à essência das transações, sugerindo que ao se convencerem de que a norma está sendo utilizada para ocultar a verdadeira essência de uma transação, os Peritos Criminais Federais não se abstém de desconsiderar a *image*

*fidèle* à norma, em benefício da busca da *true and fair view*, que se confunde nestes casos com a verdade a ser buscada no processo penal.

As tabelas 8 a 14 permitiram constatar que a maior parte dos respondentes considera que a adoção dos IFRSs irá facilitar o trabalho pericial, apontando como vantagens ou benefícios: incremento na liberdade de julgamentos técnicos, aumento no grau de responsabilização dos gestores, contadores e auditores e maior facilidade na comprovação e materialização de fraudes.

Além dessas questões, os respondentes revelaram que consideram o aumento da comparabilidade como o aspecto positivo mais importante da adoção das normas internacionais, relacionando-a a atuação internacional da Perícia Criminal Federal, bem como ao uso de técnicas de análise de balanços, muito úteis para a identificação de *red flags* de fraudes em demonstrações contábeis.

A diminuição da complexidade das normas contábeis também foi apontada como aspecto positivo, não só em nível quantitativo, mas também em nível qualitativo, associando a diminuição da complexidade ao aumento na facilidade de se analisar a essência econômica das transações.

A valorização da opinião pericial também foi apontada como aspecto positivo da adoção das normas internacionais, associando essa valorização a uma mudança de paradigma na condução das investigações criminais, que passariam a ser conduzidas por profissionais que efetivamente possuem expertise na área contábil-financeira.

Por outro lado, embora compreendam que há benefícios que superam os custos, os respondentes se revelaram preocupados com a possibilidade do aumento do número de contestações técnicas e com a possibilidade da existência de viés acusatório nas análises periciais.

Além desses custos ou desvantagens levantados nas questões fechadas, as questões abertas revelaram que os peritos apontam que a falta de detalhamento das normas gera maior responsabilidade e o aumento do medo de errar, o que conflitaria com o desejo apontado de aumento na liberdade de julgamento profissional, pois não parece lógico buscar liberdade de julgamento e apontar a maior responsabilização e risco de erro como pontos negativos.

Outro ponto negativo apontado foi o paradigma cultural no qual os peritos que hoje atuam foram forjados, ou seja, de julgamento baseado na norma, sem primar pela subjetividade. Entretanto, a análise das questões fechadas, especialmente as questões 8 a 12, não permite corroborar esse aspecto, uma vez que quando percebem que a forma e a norma estão sendo utilizadas para acobertar a essência de uma transação, os peritos baseiam seu julgamento profissional na prevalência da essência sobre a forma.

Questões relacionadas à necessidade de requalificação dos peritos que atuam na área contábil-financeira, em função das normas internacionais, foram apontadas numa dimensão positiva e também numa dimensão negativa. Os respondentes associaram positivamente a necessidade de qualificação profissional como uma espécie de desafio a ser vencido, enquanto que se associou negativamente devido à falta de incentivo institucional à capacitação na área, destacando a necessidade de diferenciação em termos de investimentos e capacitação entre o trabalho de perícia criminal e o trabalho de polícia.

Essa percepção justifica a necessidade de treinamento e capacitação em IFRSs, além da expectativa de que aumentará a frequência de contestações dos laudos periciais pelas partes envolvidas na lide.

Ressalte-se que equalizar a demanda por cursos de capacitação na área pericial corresponde a um desafio a ser vencido pelo DPF, conforme apontado por Tsunoda (2011). Esse desafio com capacitação é muito grande, principalmente quando se confrontam as necessidades da perícia e a disponibilidade de recursos financeiros, pois conforme se observa na Lei Orçamentária Anual de 2011, foram aprovados gastos totais de R\$4.553.750.250,00 para o Departamento de Polícia Federal, sendo que apenas R\$1.500.000,00 (0,03% do total) foram previstos para ações de capacitação profissional a serem distribuídas por todas as áreas da Polícia Federal, inclusive à perícia criminal.

Em outra vertente, as oportunidades de ações fraudulentas em função da adoção das normas internacionais foram apontadas em dimensões positivas e negativas. Na dimensão positiva, foi apontada com pouca frequência, relacionando-se ao aumento na transparência das informações. Por outro lado, os respondentes se revelaram receosos com o potencial aumento no número de fraudes, manifestadas em função do aumento da subjetividade na interpretação das normas.

A tabela 15 demonstra que em linhas gerais, os peritos pesquisados não se sentem aptos a atuarem em casos de fraudes em demonstrações contábeis ocorridos em ambiente IFRSs, demonstrando uma necessidade urgente de se preparar profissionais que se sintam aptos, notadamente em função da evolução dos mercados financeiros e de capitais no Brasil.

O teste de independência realizado nos *crosstabs* entre as questões propostas e o perfil da amostra, presentes no apêndice B, embora sem robustez em função da taxa de resposta dos questionários, não revelaram associação estatística entre as percepções dos respondentes e o seu nível de conhecimento teórico e prático.

No tocante ao teste de independência realizado para verificar o grau de associação entre as percepções expostas nas respostas às questões fechadas, a análise das tabelas 16 a 21 possibilita constatar que a percepção dos Peritos Criminais Federais de que a adoção dos IFRSs facilitarão o trabalho pericial possui associação estatística com a percepção de que uma maior liberdade de julgamento tem impacto positivo no trabalho pericial, bem como com a percepção de que as fraudes realizadas por meio de engenharia financeira (com abuso da forma e da norma) são mais difíceis de serem comprovadas do que as realizadas em ambiente IFRS (com abuso da discricionariedade).

Por outro lado, tais tabelas possibilitam verificar também que a percepção dos Peritos Criminais Federais de que a adoção dos IFRSs facilitarão o trabalho pericial não possui associação estatística com a percepção de que os IFRSs aumentarão o grau de responsabilização e o grau de avaliação da intenção dos gestores, preparadores e auditores, nem com o receio de aumento nas contestações ou de viés acusatório.

O presente estudo apresenta limitações, mencionadas no capítulo IV e que dizem respeito principalmente à generalização dos resultados, uma vez que a abordagem pretendida foi qualitativa e quantitativa e o número de questionários respondidos não possibilitou realizar testes estatísticos com maior robustez. Outra questão diz respeito às opiniões expressas nas respostas às questões, que podem não refletir adequadamente o ponto de vista dos respondentes.

Outros trabalhos podem ser realizados no futuro com o objetivo de aprofundar algumas questões levantadas aqui, principalmente à medida que casos de fraudes forem sendo investigados sob o novo arcabouço conceitual. Questões relacionadas à qualificação dos

peritos criminais devem ser acompanhadas, inclusive a preparação desses profissionais para atuarem em ambiente de maior pressão, sujeitos a participação em embates técnicos e defesas orais de seus trabalhos.

Entende-se que também será pertinente avaliar a percepção dos profissionais sobre as normas produzidas e sua aceitação pelos organismos reguladores, sobretudo em seus aspectos operacionais, voltados à identificação de fraudes em itens com carência de detalhamento e, portanto, mais sujeitas à subjetividade.

## 7. REFERÊNCIAS

- AAA - American Accounting Association, Financial Accounting Standards Committee, Evaluating Concepts-Based vs. Rules-Based Approaches to Standard Setting, **Accounting Horizons**, March 2003.
- ACFE. 2010. Report to the Nation on Occupational Fraud & Abuse. Retirado de <http://www.acfe.com/rtn/2010-rtn.asp>, em 15 de fevereiro de 2011.
- ALBRECHT, Steve. **Fraud Examination**. Editora Thomson, 2003.
- ALEXANDER, David; JERMAKOWICZ, Eva. A true and fair view of the principles rules debate. **Abacus**, v. 42, 2, p. 132-164, 2006.
- ALMEIDA, Neirilaine Silva de; GOMES, Gilvania de Sousa; LEMES, Sirlei. Percepção dos docentes dos cursos de graduação em ciências contábeis do Brasil sobre a adoção das IFRSs no país. 11º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo, junho de 2011.
- AMENÁBAR, Ana María Hinojosa. **Harmonização contábil em cinco países da América do Sul**. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA/USP.
- ARANHA, Adalberto José Q. T. de. Camargo. **Da prova no processo penal**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
- ARNOLD, Bruce. Building a profile of the financial criminal. **Financial Crime Forum. 2008**. Disponível em: <http://www.fbi.gov/stats-services/publications/financial-crimes-report-2009/financial-crimes-report-2009#forensic>. Acesso em 22/06/2010.
- BALL, Ray J. Infrastructure requirement for an economically efficient system of public financial reporting and disclosure. In: **Brookings-Wharton papers on financial services**. Massachusetts: Brookings Institution Press, 2001.
- BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo. Crimes federais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.
- BARBOSA NETO, João Estevão; DIAS, Warley de Oliveira, PINHEIRO, Laura Edith Taboada. Impacto da convergência para as IFRS na análise financeira: um estudo em

empresas brasileiras de capital aberto. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 131-153, out./dez. 2009.

BARTH, M. **International accounting standards and accounting quality**. Disponível em: [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=688041](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=688041). Acesso em: 06 fev. 2010.

BARTH, Mary E.; LANDSMAN, Wayne R.; LANG, Mark H. International accounting standards and accounting quality. Series Research Papers. Stanford Graduate School of Business, n.º 1976, 2007.

BARTH, Mary. The Framework. **Teaching Special Interest Session**. IAAER-IFRSs Foundation. Singapore, novembro de 2010. Disponível em <http://www.IFRSs.org/NR/rdonlyres/FA5941D2-4E04-4E62-B8FFB692956D9808/0/IFRSSTeachingSessionDocumentation.pdf>. Acesso em 30 de março de 2011.

BARTOV, Eli; GOLDBERG, Stephen R; KIM, Myung-Sun. “Comparative value relevance among german, US and IAS: A German stock market perspective”, *Journal of Accounting Auditing & Finance*, Vol. 20, Nº 2, pp 95- 119, 2005.

BASTOS, Paulo S. Siqueira. A auditoria na prevenção e detecção de fraudes na gestão pública: um estudo à auditoria no combate às fraudes e à corrupção. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

BENSTON, George J.; BROMWICH, Michael; WAGENHOFER, Alfred. Principles- Versus Rules-Based Accounting Santandards: The FASB’s Santandard Setting Strategy. **Abacus**, v. 42, 2, 2006.

BRASIL. Conselho de Contribuintes. Ministério da Fazenda, Acórdão101-95.537. 24 maio de 2006.

BRASIL. Decreto-lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Brasília, DF, Presidência da República, 1941.

BRASIL. Estudo sobre as diferenças e similaridades entre as Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS e as Normas e Práticas Contábeis Brasileiras. Comissão de Valores Mobiliários, 2008.

BRASIL. Lei 8.137, de 27 de novembro de 1990. Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República, 1990.

BRASIL. Lei 9.983, de 14 de julho de 2000. Altera o Código Penal Brasileiro e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República, 2000.

BRASIL. Lei n.º 10.303/01 de 31 de outubro de 2001. Crimes contra os mercados de capitais. Brasília, DF, Presidência da República, 2001.

BRASIL. Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007. **Altera e revoga dispositivos da Lei n.º 6.404/76, e estende às sociedade de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.** Brasília, DF, Presidência da República, 2007.

BRASIL. Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009. **Altera a legislação tributária federal e institui o regime tributário de transição.** Brasília, DF, Presidência da República, 2009.

BRASIL. Lei n.º 7.492 de 16 de junho de 1986. Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional. Brasília, DF, Presidência da República, 1986.

BRASIL. Lei n.º 9.613/98 de 3 de março de 1998. Crimes de Lavagem de capitais. Brasília, DF, Presidência da República, 1998.

BRASIL. Parecer de orientação da Comissão de Valores Mobiliários n.º 37, de 22 de setembro de 2011. Recepção dos conceitos de representação verdadeira e apropriada (true and fair view) e da primazia da essência sobre a forma no ordenamento contábil brasileiro. Comissão de Valores Mobiliários, 2011.

BRASIL. Projeto de Lei do Senado n.º 209/2003, propõe alterações na lei 9.613/98. Brasília, DF, Senado Federal, 2003.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Processo Penal. Recurso Especial (REsp 447405/RS. Relator Ministro Arnaldo Esteves Lima. 5ª Turma. Julgamento:06/09/2005. Publicação: Brasília, DF, Diário de Justiça de 10 outubro de 2005.

BROWN, P.; TARCA, A. A commentary on issues relating to the enforcement of International Financial Reporting Standards in the EU. *European Accounting Review*, vol. 14, n. 1, p. 181-212, 2005.

BURGSTAHLER, David; HAIL, Luzi; LEUZ, Christian. The Importance of Reporting Incentives: Earnings Management in European Private and Public Firms. **Accounting Review**, October 2006.

CABRITA, Pedro Miguel Alao. A Relevância da informação financeira antes e após a adoção das IAS/IFRSS. 2008. 65f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). ISCTE. Disponível em <http://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/1298/1/Tese.pdf>

CALLAO, Susana; JARNE, José I.; LAÍNEZ, José A. Adoption of IFRSS in Spain: Effect on the comparability and relevance of financial reporting, *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 16, pp. 148-178, 2007.

CALLEGARI, André Luis. **Direito Penal Econômico e Lavagem de Dinheiro – aspectos criminológicos.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal.** São Paulo: Saraiva, 1998.

CARDOSO, Ricardo Lopes. Regulação econômica e escolhas de práticas contábeis: evidências no mercado de saúde suplementar brasileiro. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) — Departamento de Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARDOSO, Ricardo Lopes; MARTINEZ, Antonio Lopo. **Gerenciamento de resultados contábeis mediante decisões operacionais**. Enampad. Salvador, 2006.

CARDOSO, Ricardo Lopes; SARAVIA, Enrique; TENÓRIO, Fernando Guilherme; SILVA, Marcelo Adriano. Regulação da Contabilidade: teorias e análise da convergência dos padrões contábeis brasileiros aos IFRSS. **RAP-Revista de Administração Pública-EBAPE/FGV**, v. 4, jul/ago de 2009, p. 773-799.

COSENZA, José Paulo; GRATERON, Ivan Roberto Guevara. **Los auditores independientes y la contabilidad creativa: un estudio empirico comparativo**. Compendium. Julio, p. 5- 24, 2004.

COSTA, Joana Preto; LOPES, Patrícia Teixeira. O impacto da adopção das IAS/IFRS nas demonstrações financeiras das empresas cotadas na Euronext Lisboa. **In: CONGRESSO DE CONTABILIDADE E AUDITORIA, 12**. 2008, Aveiro/Portugal. Aveiro: 2008.

CUPERTINO, César Medeiros. Gerenciamento fraudulento de resultados contábeis: o caso do Banco Nacional. *Anais do XXVIII EnANPAD*, CCG2609, 2004, p1-16

DASKE, Holger. Economic benefits of adopting IFRSS or US-GAAP – have the expected costs of equity capital really decreased? **Journal of Business Finance and Accounting**. V. 33, p.329-373, 2006.

DASKE, Holger; HAIL, Luzi; LEUZ, Christian; VERDI, Rodrigo. “Adopting a Label: Heterogeneity in the Economic Consequences of IFRS Adoptions.” Working paper, University of Pennsylvania and University of Chicago, 2007. Disponível em <http://ssrn.com/abstract=979650>. Acesso em 10 de novembro de 2011.

DECHOW, Patrícia M; SKINNER, Douglas J. Earning management: reconciling the views of accounting academics, practioners, and regulators. **Accounting Review**. Sarasota: v. 14, n. 2, p. 235-250, jun/2000.

DEMSKI, Joel S. Accounting and Economics. In: NEWMAN, Peter (Org.) **The new palgrave dictionary of economics**. 2<sup>a</sup> ed. New York: Palgrave Macmillan, forthcoming 2005. Disponível em: <http://bear.cba.ufl.edu/demski/>. Acesso em 16 de novembro de 2011.

ECKERT, William G.. **Introduction to Forensic Sciences**. CRC Press, 2nd edition, USA, 1997, p. 385.

EIZIRIK, Nelson; GAAL, Ariadna B.; PARENTE, Flávia; HENRIQUES, Marcus de Freitas. **Mercado de Capitais – Regime Jurídico**. Rio de Janeiro: Renovar, 2.<sup>a</sup> edição, 2008.

FERNANDES FILHO, Solon. Do crime falimentar – fraude civil e fraude penal e a necessidade de determinação do sujeito passivo (anotações). *Justitia*. **Revista eletrônica do Ministério Público do Estado de São Paulo**. São Paulo, jan/mar 1983. Acessado em 18/02/2011. <http://www.justitia.com.br/links/edicao.php?ID=120>

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 8. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 2004.



FINANCIALACCOUNTINGSTANDARD BOARD (FASB). **Proposal for a Principles-Based Approach to U.S. Standard Setting**. October, 2002. Disponível em <<http://www.fasb.org.br>>. Acesso em 30 de março, 2011.

GASSEN, Joachim; SELFHORN, Thorsten. Applying IFRSS in Germany - Determinants and Consequences. Disponível em [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=927686](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=927686)

GODOY, Arnaldo Sampaio de. Interpretação econômica do Direito Tributário: o caso Gregory v. Helvering e as doutrinas do propósito negocial (business purpose) e da substância sobre a forma (substance over form). **Biblioteca Digital Revista Fórum de Direito Tributário** – RFDT, Belo Horizonte, ano 8, n. 43, jun. 2010.

GONCHAROV, Igor. ZIMMERMANN, Jochen, “Do Accounting standards influence the level of earnings management? Evidence of Germany”. 2006. Disponível em [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=386521](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=386521)

GRAY, Sidney J. Towards a theory of cultural on the development of accounting influence systems internationally. **Abacus**, vol. 24, n. 1, p. 1-15, 1988.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

HORTON, Joanne; SERAFEIM, George. Market reaction to and valuation of ifrs Reconciliation adjustments: first evidence from the uk. 2007. Disponível em <http://ssrn.com/abstract=923582> . Acesso em 20 e novembro de 2011.

IUDÍCIBUS, S. **Contabilidade: entre umas e outras**. Revista de Informação Contábil. UFPE: Recife, n. 1, p. 1-6, set/ 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio; LOPES, A. Broedel. **Teoria avançada da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

JERMAKOWICZ, E. Effects of adoption of International Financial Reporting Standards in Belgium: the evidence from BEL-20 companies. *Accounting in Europe*, vol.1, p. 51-70, 2004.

JESUS, Fernando. **Perícia e investigação de fraude**. Editora AB, 2000.

JOHNSON, David; LEO, Richard. The Yale White-Collar Crime Project: A Review and Critique. In: LEVI, Michael. **Fraud: Organization, Motivation and Control**. v II, Aldershot: Ashgate, 1999.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 11ª edição. São Paulo: Dialética. 2005. p. 188.

KERSHAW, D., Evading Enron: Taking Principles Too Seriously in Accounting Regulation, **Modern Law Review**, Vol. 68, No. 4, 2005.

KLANN, Roberto Carlos; BEUREN, Ilse Maria; HEIN, Nelson. Impacto das diferenças entre as Normas Brasileiras de Contabilidade e Americanas nos indicadores de desempenho de empresas brasileiras com ADRs. **Brazilian Business Review**, Vitoria, v. 6, n. 2, p. 154-173, mai./ago. 2009.

KRANACHER, Mary-Jo. RILEY, Richard. WELLS. Joseph T. **Forensic Accounting and Fraud Examination**. Wiley, 2010.

LANTTO, Anna-Maija; SAHLSTRÖM, Petri. Impact of International Financial Reporting Standards adoption on key financial ratios. **Accounting and Finance**, v. 49, p. 341-361, 2009.

LAUGHLIN, Richard. Critical reflections on research approaches, accounting regulation and the regulation of accounting. **The British Accounting Review**, v. 39, p. 271-289, 2007.

LEE, E.; WALKER, M; CHRISTENSEN, H.B. Cross-section variation in the economic consequences of International Accounting Harmonisation: the case of mandatory adoption in the UK. **The International Journal of Accounting**, vol.42, pp.341-379, 2007.

LEMES, Sirlei; CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de. Comparabilidade entre o resultado em BR GAAP e U.S. GAAP: evidências das companhias brasileiras listadas nas bolsas norte-americanas. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 25-45, mai./ago. 2009.

LEVINE, Samantha. Careers to count on U.S. **News World Report**. February.

LOPES, Alexsandro Broedel. GALDI, Fernando Caio; LIMA, Iran Siqueira. **Manual de Contabilidade e Tributação de Instrumentos Financeiros e Derivativos**. São Paulo: Atlas, 2009.

MACEDO, João Marcelo Alves. **True and fair view e accountability na gestão pública brasileira: uma análise das percepções dos auditores de TCEs, contadores e gestores públicos**. Recife, 2010. Dissertação (Mestrado em Contabilidade). Universidade Federal de Pernambuco.

MARTINS, Orleans Silva; PAULO, Edilson. Reflexo da adoção das IFRSS na análise de desempenho das companhias de capital aberto no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações – FEA-RP/USP**, v.4, n.9, p.30-54, mai-ago-2010.

MARTINS, Orleans Silva; PAULO, Edilson. Reflexo da adoção das IFRS na análise de desempenho das companhias de capital aberto no Brasil. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações – FEA-RP/USP**, v.4, n.9, p.30-54, mai-ago 2010.

MAZLOUM, Ali. **Dos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional – comentários à lei 7.492/86 doutrina e jurisprudência**. São Paulo: Célebre Editora, 2007.

MOURA, Dênia. **Análise dos fatores de convencimento do juízo brasileiro quanto à ocorrência de fraude contábil: um estudo de caso múltiplo da Gallus, da Encol e do Banco Santos**. Rio de Janeiro, 2007. Dissertação (Mestrado Internacional). EBAPE/FGV - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas.

MURCIA, Fernando Dal-Ri. **Relevância dos red flags na detecção do risco de fraudes nas demonstrações contábeis: a percepção de auditores independentes brasileiros**. Florianópolis, 2007. Dissertação (Mestrado em Contabilidade). Universidade Federal de Santa Catarina - Programa de Pós-Graduação em Contabilidade.

NELSON, Mark. Behavioral Evidence on the Effects of Principles- and Rules-Based Standards. **Accounting Horizons**, v. 17, 1, 2003, p.91-104.

NELSON, Mark; ELLIOTT, J.; TRAPLEY, R. Evidence from auditors about managers and auditors earnings-management decisions. **The Accounting Review**, 77 (Supplement): 175-202, 2002.

NIYAMA, J. K.; COSTA, P. S.; AQUINO, D. R. B. Principais causas das diferenças internacionais no financial reporting: uma pesquisa empírica em instituições de ensino superior do nordeste e centro-oeste do Brasil. **ConTexto**, Porto Alegre, vol. 5, n. 8, 2005.

NIYAMA, Jorge Katsumi; DANTAS, José Alves; RODRIGUES, Fernanda Fernandes; MENDES, Paulo César de Melo. Normatização contábil baseada em princípios ou em regras? Benefícios, custos, oportunidades e riscos. **RCO - Revista de Contabilidade e Organizações – FEA-RP/USP**, v.4, n.9, p.3-29, mai-ago 2010.

NIYAMA, Jorge Katsumi; FERNANDES, Bruno V. R.; LIMA, Diogo H. Silva de; VIEIRA, Eduardo Tadeu. **Análise da percepção dos docentes dos cursos de graduação em ciências contábeis do Brasil quanto ao processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas no Brasil**. In: 10º CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2010, São Paulo. Anais... São Paulo, 2010.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

NORONHA, E. Magalhães. **Direito Penal** - volume II. São Paulo: Saraiva 8ª ed. 1973.

PAULO, Edilson. **Manipulação das informações contábeis: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados**. São Paulo, 2007. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA/USP.

PEREIRA, Vinícius Silva; PAULA, Wanderson Luiz de; FISCHER, Márcio Alexandre; LEMES, Sirlei. Análise comparativa entre as normas contábeis nacionais e internacionais em relação à forma de tratamento do cálculo do resultado de Equivalência Patrimonial. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 13, n. Especial, p. 45-62, 2006.

PETERSON, Bonita; REIDER, Barbara. An examination of forensic accounting courses: content and learning activities. **Journal of Forensic Accounting**. v. 2, p.25-41, 2001.

POHLMANN, Marcelo C.; ALVES, Francisco J. S. Regulamentação. In: IUDÍCIBUS, S. D.; LOPES, A. B. (Orgs.). **Teoria avançada da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008. p. 233-273.

PRESTES, Cristine. Cresce no país demanda por combate à corrupção: leis estrangeiras estimulam procura por serviços de prevenção. **Valor Econômico**. São Paulo, SP, 26 jul. 2011.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. São Paulo: Saraiva, 1996.

REZAEI, Zabihollah. Causes, consequences and deterrence of financial statement fraud. **Critical Perspectives on Accounting**. vol 16, p. 277-298, 2005.

ROGERS, Dany; REZENDE, Cláudio Francisco; LEMES, Sirlei; MELO, Daniela de Castro; ALMEIDA, Marcelo Dias de. Análise dos índices econômico-financeiros das demonstrações contábeis da Companhia Siderúrgica de Tubarão em diferentes normas (IFRS, US GAAP e BR GAAP). In: SEMEAD, 9., 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: 2006.

ROLIM, João Dácio. Normas antielisivas tributárias. São Paulo: Dialética, 2001, p. 142;

SÁ, Antonio Lopes de; HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Corrupção, Fraude e Contabilidade**. Curitiba: Juruá, 2010.

SANCHES, J. L. Saldanha. Os limites do planejamento fiscal. Substância e forma no direito fiscal português, comunitário e internacional. Coimbra: Coimbra Editora, 2006, p. 74.

SANTOS, Maria João; LOPES, Patrícia Teixeira. A percepção dos profissionais da Contabilidade sobre a adoção do Sistema de Normalização Contabilística (SNC). XIII Congresso de Contabilidade e Auditoria. Disponível em [http://www.acim2011.org/tema\\_normalizacao.html](http://www.acim2011.org/tema_normalizacao.html), acesso em junho de 2011.

SCHIPPER, Katherine. Principles-based Accounting Standards. **Accounting Horizons**, vol. 17, n.º 1, p.61-72, 2003.

SCHIPPER, Katherine; VINCENT, Linda. Earnings quality. **Accounting Horizons**. Sarasota, v.17, supplement, p.97-110, 2003.

SCHMIDT, M. On the legitimacy of accounting standard setting by privately organized Institutions in Germany and Europe. **Schmalenbach Business Review**, vol. 54, p. 171-193, abr/2002

SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION (SEC). **Study Pursuant to Section 108(d) of the Sarbanes-Oxley Act of 2002 on the Adoption by the United States Financial Reporting System of a Principles-Based Accounting System**. 2003. Disponível em <[www.sec.gov/news/studies/principlesbasedstand.htm](http://www.sec.gov/news/studies/principlesbasedstand.htm)>. Acesso em 15 mar de 2011.

SOARES, Inaldo. Fraudes nas gestões públicas e privadas. São Paulo: Editora Brasília Jurídica. 2005.

STREET, D. L.; LARSON, R. K. Large accounting firms" survey reveals emergence of "two standard" system in the European Union. *Advances in international accounting*, vol. 17, p. 1-29, 2004.

SUTHERLAND, E. H. "White-Collar Criminality." *American Sociological Review* 5:1-12. 1940.

systems internationally. **Abacus**. Scotland, v. 24, n. 01, p. 1-15, mar/1988.

TENDELOO, Brenda Van; VANSTRAELEN, Ann. Earnings management under German GAAP versus IFRSS. *European Accounting Review*, vol. 14, nº 1, p. 155-180, 2005

TOCHETTO, D. **Tratado de Perícias Criminalísticas**. Porto Alegre: Sagra-Dc Luzzato Editores, 1995.

TORNAGHI, Hélio. **Curso de processo penal**. São Paulo: Saraiva, 1980. v. 1.

UNITED KINGDOM. British companies act 2006. Disponível em (copiar link)

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de coleta de dados no campo**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009b.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009a.

WATTS, Ross L.; ZIMMERMAN, Jerold L. **Positive accounting theory**. New Jersey: Prentice Hall, 1986.

WEFFORT, E. F. J. **O Brasil e a harmonização contábil internacional: influências dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado**. São Paulo: Atlas, 2005.

WELLS, Joseph. **Principles of Fraud Examination**. Editora Wiley, 2005.

WELLS, Michael. Framework-based teaching of principle-based accounting standards. **Teaching Special Interest Session**. IAAER-IFRSS Foundation. Singapore, novembro de 2010. Disponível em <http://www.IFRSS.org/NR/ronlyres/FA5941D2-4E04-4E62-B8FF-B692956D9808/0/IFRSSTeachingSessionDocumentation.pdf>. Acesso em 30 de março de 2011.

YU, Michael Dong. International earnings management and accounting standards. 2005. Disponível em [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=825146](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=825146)

## APÊNDICE A

### QUESTIONÁRIO

#### Grupo 01 - Informações sobre o Perito Criminal Federal pesquisado

1. Qual a sua área de formação? contabilidade-economia-ambas
2. Qual o seu nível de especialização? graduado/especialista/mestre/doutor
3. Qual o seu nível de conhecimento dos preceitos das Normas Internacionais de Contabilidade?

1. Desconhece totalmente	2. Conhecimento superficial	3. Conhecimento intermediário	4. Conhecimento substancial	5. Domina totalmente
--------------------------	-----------------------------	-------------------------------	-----------------------------	----------------------

4. Quanto tempo de experiência você possui em perícia e/ou auditoria?
  - a) Menos de 5 anos
  - b) Entre 5 e 10 anos
  - c) Mais de 10 anos
5. Qual a região da federação onde você atua?
6. Você já auditou ou periciou empresas de grande porte ou companhias listadas em bolsa?
  - a) Sim
  - b) Não
7. Você já auditou ou periciou instituições financeiras?
  - a) Sim
  - b) Não

#### Grupo 02 – Definição de fraude nas demonstrações contábeis

8. Numa gradação de 1 (menos importante) até 5 (mais importante), determine o grau de importância à formação da opinião pericial sobre a ocorrência de fraude nas demonstrações contábeis.

Elemento	Menos	Importante			Mais
a) Definição do prejuízo para a vítima	1	2	3	4	5
b) Definição do benefício para o fraudador	1	2	3	4	5
c) Definição de elementos caracterizadores da intenção do fraudador	1	2	3	4	5
d) Identificação da norma ou legislação infringida	1	2	3	4	5

9. A fraude em demonstração contábil **é essencialmente caracterizada por ação ou omissão realizada pelo gestor, em desacordo com as normas contábeis expedidas pelos órgãos de regulação** (CVM, BACEN, SUSEP etc), **e que resulte em benefício**

**próprio ou de terceiros e em detrimento do interesse público** (mercado financeiro, mercado de capitais, mercado de seguros etc).

- a) Discordo totalmente
- b) Discordo
- c) Indiferente
- d) Concordo
- e) Concordo totalmente

**Grupo 03 – Como o perito trabalha para comprovar a fraude (Julgamento baseado na Essência x Forma ou Forma x Essência)**

10. Numa análise pericial realizada nos autos de um processo que investiga a suposta prática de crime de **gestão fraudulenta de instituição financeira**, para que você constate que houve uma fraude nas demonstrações contábeis divulgadas, quais os elementos **mais importantes para formar seu convencimento sobre a ocorrência ou não de fraudes em demonstrações contábeis?** Marque 1 para o elemento menos importante, seguindo até 5 para o elemento mais importante.

Elemento	Menos	Importante			Mais
a) Etapas de cada operação e seu resultado final	1	2	3	4	5
b) Documentos de suporte à transação	1	2	3	4	5
c) Regra de contabilização que rege a matéria	1	2	3	4	5
d) Tempo decorrido entre as transações	1	2	3	4	5
e) Contexto no qual a transação ocorreu	1	2	3	4	5

11. Num processo criminal que investiga a suposta prática de **lavagem de dinheiro**, o perito criminal federal se depara com operações de reestruturação societária (exemplo: incorporação, criação, fusão ou cisão). Na análise dessas operações, quais os elementos **mais importantes analisados para atestar a ocorrência de fraude em demonstração contábil?** Marque 1 para o elemento menos importante, seguindo até 5 para o elemento mais importante

Elemento	Menos	Importante			Mais
a) Relação entre as empresas participantes, as etapas percorridas e seu	1	2	3	4	5

resultado final					
b) Documentos e contratos assinados na operação	1	2	3	4	5
c) Aderência às normas contábeis de reconhecimento, mensuração e evidência	1	2	3	4	5
d) Lapso temporal decorrido entre as transações	1	2	3	4	5
e) Finalidade das operações	1	2	3	4	5

12. A empresa X, pertencente ao Sr. José da Silva, está sendo investigada pelo crime de **apropriação indébita previdenciária**. Durante a análise da contabilidade da empresa X, verificou-se que a mesma detinha 5.000 ações da empresa Y. Zé da Silva criou a empresa Z, e dois meses depois a empresa X transferiu para a Cia Z as 5.000 ações da empresa Y em troca de 50% das ações da empresa Z. Um mês depois, Zé da Silva extinguiu a empresa Z, que foi liquidada e extinta, resgatando todos os ativos integralizados, inclusive as 5.000 ações, que foram vendidas por 15 milhões de Reais. Considerando que formalmente a transação está de acordo com todas as normas fiscais e societárias, pode-se afirmar que o que houve foi um processo de reestruturação societária normal.

- a) Discordo totalmente
- b) Discordo
- c) Indiferente
- d) Concordo
- e) Concordo totalmente

13. Para sua atividade de comprovação e materialização de fraudes em demonstrações contábeis, **é essencial a existência de normas detalhadas de contabilização** para embasar o julgamento profissional.

- a) Discordo totalmente
- b) Discordo
- c) Indiferente
- d) Concordo
- e) Concordo totalmente

14. Quando você se depara com um trabalho de análise de demonstrações contábeis, **é muito importante que as normas contábeis** expedidas pelos diversos órgãos de regulação



(CVM, BACEN, SUSEP etc) **sejam detalhadas e específicas**, pois com isso você poderá fundamentar a comprovação e materialização de fraudes em demonstrações contábeis.

- a) Discordo totalmente
- b) Discordo
- c) Indiferente
- d) Concordo
- e) Concordo totalmente

#### **Grupo 04 – Vantagens e desvantagens ao trabalho pericial**

15. A adoção de um padrão no qual o julgamento profissional será baseado em conceitos e princípios **irá facilitar** o seu trabalho de comprovação e materialização de fraudes em demonstrações contábeis.

- a) Discordo totalmente
- b) Discordo
- c) Indiferente
- d) Concordo
- e) Concordo totalmente

16. Um **maior espaço para julgamentos técnicos por parte dos peritos** criminais tem **impacto positivo** para sua atividade de comprovação e materialização de fraudes em demonstrações contábeis.

- a) Discordo totalmente
- b) Discordo
- c) Indiferente
- d) Concordo
- e) Concordo totalmente

17. À medida que os órgãos de regulação (CVM, BACEN, SUSEP etc) adotem as normas internacionais de contabilidade, **o julgamento profissional não irá mais se basear em regras detalhadas** e impostas, **mas se baseará em normas mais conceituais e principiológicas**, representando um **aumento no poder decisório** dos gestores, contadores e auditores e, conseqüentemente, **no seu nível de responsabilização**.

- f) Discordo totalmente
- g) Discordo
- h) Indiferente
- i) Concordo
- j) Concordo totalmente

18. Para a avaliação do perito criminal sobre a ***intenção*** dos autores de fraudes em demonstrações contábeis, o **julgamento profissional baseado em aspectos conceituais**

da contabilidade é mais importante do que o baseado em regras específicas e determinadas.

- a) Discordo totalmente
- b) Discordo
- c) Indiferente
- d) Concordo
- e) Concordo totalmente

19. Uma maior subjetividade na aplicação das normas voltadas para a preparação das demonstrações contábeis representa uma ferramenta mais eficiente para fraudar as demonstrações contábeis que o uso de regras detalhadas e mais objetivas.

- a) Discordo totalmente
- b) Discordo
- c) Indiferente
- d) Concordo
- e) Concordo totalmente

20. A expressão “engenharia financeira” ganhou notoriedade ao representar ações que desrespeitam a essência da norma, mas respeitam o seu conteúdo formal. Fraudes realizadas por meio de engenharia financeira são mais difíceis de serem comprovadas e materializadas do que as fraudes realizadas por meio do abuso na discricionariedade conferida aos gestores e contadores.

- a) Discordo totalmente
- b) Discordo
- c) Indiferente
- d) Concordo
- e) Concordo totalmente

21. Iniciada uma ação penal pela suposta prática de crime de omissão de elemento em demonstração contábil alegada pela CVM e pelo BACEN, o perito criminal verificou que o ponto sob discussão não possuía uma norma detalhada de contabilização. A falta de normas detalhadas pode impactar negativamente a formação de entendimento comum entre os profissionais da área contábil envolvidos nas análises de processos de crimes financeiros, gerando assim um aumento no número de contestações técnicas por parte de assistentes de defesa e acusação sobre as conclusões da Perícia Criminal Oficial.

- f) Discordo totalmente
- g) Discordo
- h) Indiferente
- i) Concordo
- j) Concordo totalmente

22. A **falta de normas detalhadas** e o julgamento pericial fundamentado em conceitos gerais **podem gerar um maior risco de peritos criminais** julgarem transações financeiras com viés acusatório.
- a) Discordo totalmente
  - b) Discordo
  - c) Indiferente
  - d) Concordo
  - e) Concordo plenamente

#### **Grupo 05 - Preparação**

23. Com base na **percepção do estágio atual** de conhecimento seu e dos seus pares sobre as normas internacionais de contabilidade, e considerando que **desde 2010 já estão sendo produzidas demonstrações contábeis com base nesse novo padrão**, pode-se concluir que os **Peritos Criminais Federais estão aptos a atuar em casos periciais que envolvam fraudes nas demonstrações contábeis em crimes financeiros**.
- a) Discordo totalmente
  - b) Discordo
  - c) Indiferente
  - d) Concordo
  - e) Concordo plenamente

#### **Grupo 06 – Questão aberta**

24. Cite **5 aspectos positivos** desse novo ambiente normativo sobre a atividade de perícia criminal federal realizada em fraudes nas demonstrações contábeis ocorridas em crimes financeiros.
25. Cite **5 aspectos negativos** desse novo ambiente normativo sobre a atividade de perícia criminal federal realizada em fraudes nas demonstrações contábeis ocorridas em crimes financeiros.

## APÊNDICE B – RESULTADO TESTE QUI QUADRADO

### PERFIL DA AMOSTRA X PERCEPÇÕES

Chi-Square Tests - Q1xQ9		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,671 <sup>a</sup>	0,413
N of Valid Cases	57	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,23.		
Chi-Square Tests - Q1xQ12		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	2,575 <sup>a</sup>	0,109
N of Valid Cases	55	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,76.		
Chi-Square Tests - Q1xQ13		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,490 <sup>a</sup>	0,484
N of Valid Cases	56	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,75.		
Chi-Square Tests - Q1xQ14		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1,684 <sup>a</sup>	0,194
N of Valid Cases	55	
a. 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,20.		
Chi-Square Tests - Q1xQ15		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,800 <sup>a</sup>	0,371
N of Valid Cases	56	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,00.		
Chi-Square Tests - Q1xQ16		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	2,085 <sup>a</sup>	0,149
N of Valid Cases	55	
a. 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,42.		
Chi-Square Tests - Q1xQ17		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1,142 <sup>a</sup>	0,285
N of Valid Cases	53	

a. 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,79.		
<b>Chi-Square Tests - Q1xQ18</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	2,236 <sup>a</sup>	0,135
N of Valid Cases	53	
a. 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,72.		
<b>Chi-Square Tests - Q1xQ19</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,235 <sup>a</sup>	0,628
N of Valid Cases	57	
a. 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,58.		
<b>Chi-Square Tests - Q1xQ20</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,038 <sup>a</sup>	0,845
N of Valid Cases	51	
a. 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,18.		
<b>Chi-Square Tests - Q1xQ21</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,046 <sup>a</sup>	0,829
N of Valid Cases	58	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,83.		
<b>Chi-Square Tests - Q1xQ22</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,082 <sup>a</sup>	0,775
N of Valid Cases	55	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,27.		
<b>Chi-Square Tests - Q1xQ23</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,673 <sup>a</sup>	0,412
N of Valid Cases	55	
a. 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,55.		
<b>Chi-Square Tests - Q2xQ9</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1,698 <sup>a</sup>	0,193
N of Valid Cases	57	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is		

1,23.		
<b>Chi-Square Tests - Q2xQ12</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,528 <sup>a</sup>	0,467
N of Valid Cases	55	
a. 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,44.		
<b>Chi-Square Tests - Q2xQ13</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,054 <sup>a</sup>	0,816
N of Valid Cases	56	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,75.		
<b>Chi-Square Tests - Q2xQ14</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,000 <sup>a</sup>	1
N of Valid Cases	55	
a. 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,00.		
<b>Chi-Square Tests - Q2xQ15</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1,512 <sup>a</sup>	0,219
N of Valid Cases	56	
a. 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,71.		
<b>Chi-Square Tests-Q2xQ16</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	4,989 <sup>a</sup>	0,026
N of Valid Cases	55	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,65.		
<b>Chi-Square Tests-Q2xQ17</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,610 <sup>a</sup>	0,435
N of Valid Cases	53	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,85.		
<b>Chi-Square Tests-Q2xQ18</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	2,686 <sup>a</sup>	0,101
N of Valid Cases	53	
a. 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,26.		

Chi-Square Tests-Q2xQ19		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,035 <sup>a</sup>	0,851
N of Valid Cases	57	
a. 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,21.		
Chi-Square Tests-Q2xQ20		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,178 <sup>a</sup>	0,673
N of Valid Cases	51	
a. 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,41.		
Chi-Square Tests-Q2xQ21		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,046 <sup>a</sup>	0,829
N of Valid Cases	58	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,83.		
Chi-Square Tests-Q2xQ22		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	3,283 <sup>a</sup>	0,07
N of Valid Cases	55	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,27.		
Chi-Square Tests-Q2xQ23		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	3,683 <sup>a</sup>	0,055
N of Valid Cases	55	
a. 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,64.		
Chi-Square Tests-Q3xQ9		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,014 <sup>a</sup>	0,906
N of Valid Cases	57	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3,16.		
Chi-Square Tests-Q3xQ12		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	3,073 <sup>a</sup>	0,08
N of Valid Cases	55	
a. 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,07.		
Chi-Square Tests-Q3xQ13		

	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,253 <sup>a</sup>	0,615
N of Valid Cases	56	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,25.		
<b>Chi-Square Tests-Q3xQ14</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1,321 <sup>a</sup>	0,25
N of Valid Cases	55	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3,60.		
<b>Chi-Square Tests-Q3xQ15</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,008 <sup>a</sup>	0,927
N of Valid Cases	56	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,86.		
<b>Chi-Square Tests-Q3xQ16</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,455 <sup>a</sup>	0,5
N of Valid Cases	55	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,02.		
<b>Chi-Square Tests-Q3xQ17</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,116 <sup>a</sup>	0,734
N of Valid Cases	53	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,49.		
<b>Chi-Square Tests-Q3xQ18</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1,822 <sup>a</sup>	0,177
N of Valid Cases	53	
a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 7,25.		
<b>Chi-Square Tests-Q3xQ19</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,575 <sup>a</sup>	0,448
N of Valid Cases	57	
a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 6,26.		
<b>Chi-Square Tests-Q3xQ20</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,490 <sup>a</sup>	0,484



N of Valid Cases	51	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,00.		
<b>Chi-Square Tests-Q3xQ21</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	4,176 <sup>a</sup>	0,041
N of Valid Cases	58	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,48.		
<b>Chi-Square Tests-Q3xQ22</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,899 <sup>a</sup>	0,343
N of Valid Cases	55	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3,27.		
<b>Chi-Square Tests-Q3xQ23</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	2,461 <sup>a</sup>	0,117
N of Valid Cases	55	
a. 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,55.		
<b>Chi-Square Tests-Q4xQ9</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,004 <sup>a</sup>	0,951
N of Valid Cases	57	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,93.		
<b>Chi-Square Tests-Q4xQ12</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1,497 <sup>a</sup>	0,221
N of Valid Cases	55	
a. 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,09.		
<b>Chi-Square Tests-Q4xQ13</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,162 <sup>a</sup>	0,687
N of Valid Cases	56	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,50.		
<b>Chi-Square Tests-Q4xQ14</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,146 <sup>a</sup>	0,702
N of Valid Cases	55	

a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,60.		
<b>Chi-Square Tests-Q4xQ15</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,779 <sup>a</sup>	0,377
N of Valid Cases	56	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,86.		
<b>Chi-Square Tests-Q4xQ16</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,101 <sup>a</sup>	0,751
N of Valid Cases	55	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,60.		
<b>Chi-Square Tests-Q4xQ17</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1,709 <sup>a</sup>	0,191
N of Valid Cases	53	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,64.		
<b>Chi-Square Tests-Q4xQ18</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1,077 <sup>a</sup>	0,299
N of Valid Cases	53	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,53.		
<b>Chi-Square Tests-Q4xQ19</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,435 <sup>a</sup>	0,51
N of Valid Cases	57	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,05.		
<b>Chi-Square Tests-Q4xQ20</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,584 <sup>a</sup>	0,445
N of Valid Cases	51	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,12.		
<b>Chi-Square Tests-Q4xQ21</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,064 <sup>a</sup>	0,8
N of Valid Cases	58	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is		

1,24.		
<b>Chi-Square Tests-Q4xQ22</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	3,056 <sup>a</sup>	0,08
N of Valid Cases	55	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,00.		
<b>Chi-Square Tests-Q4xQ23</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1,375 <sup>a</sup>	0,241
N of Valid Cases	55	
a. 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,00.		
<b>Chi-Square Tests - Q6xQ9</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,000 <sup>a</sup>	0,989
N of Valid Cases	57	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,98.		
<b>Chi-Square Tests - Q6x12</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	2,526 <sup>a</sup>	0,112
N of Valid Cases	55	
a. 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,64.		
<b>Chi-Square Tests - Q6xQ13</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,273 <sup>a</sup>	0,601
N of Valid Cases	56	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3,75.		
<b>Chi-Square Tests - Q6xQ14</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,000 <sup>a</sup>	1
N of Valid Cases	55	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3,00.		
<b>Chi-Square Tests - Q6xQ15</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,875 <sup>a</sup>	0,35
N of Valid Cases	56	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,57.		

Chi-Square Tests - Q6xQ16		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,455 <sup>a</sup>	0,5
N of Valid Cases	55	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,02.		
Chi-Square Tests - Q6xQ17		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,024 <sup>a</sup>	0,878
N of Valid Cases	53	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,23.		
Chi-Square Tests - Q6xQ18		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1,080 <sup>a</sup>	0,299
N of Valid Cases	53	
a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 6,34.		
Chi-Square Tests - Q6xQ19		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,025 <sup>a</sup>	0,874
N of Valid Cases	57	
a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 6,26.		
Chi-Square Tests - Q6xQ20		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	2,529 <sup>a</sup>	0,112
N of Valid Cases	51	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3,76.		
Chi-Square Tests - Q6xQ21		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,031 <sup>a</sup>	0,86
N of Valid Cases	58	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,21.		
Chi-Square Tests - Q6xQ22		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	4,843 <sup>a</sup>	0,028
N of Valid Cases	55	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3,09.		
Chi-Square Tests - Q6xQ23		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)

Pearson Chi-Square	2,180 <sup>a</sup>	0,14
N of Valid Cases	55	
a. 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,55.		
<b>Chi-Square Tests - Q7xQ9</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,128 <sup>a</sup>	0,72
N of Valid Cases	57	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3,51.		
<b>Chi-Square Tests - Q7xQ12</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,004 <sup>a</sup>	0,947
N of Valid Cases	55	
a. 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,07.		
<b>Chi-Square Tests - Q7xQ13</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,982 <sup>a</sup>	0,322
N of Valid Cases	56	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,50.		
<b>Chi-Square Tests - Q7xQ14</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,022 <sup>a</sup>	0,882
N of Valid Cases	55	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3,20.		
<b>Chi-Square Tests - Q7xQ15</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,008 <sup>a</sup>	0,928
N of Valid Cases	56	
a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 5,14.		
<b>Chi-Square Tests - Q7xQ16</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,032 <sup>a</sup>	0,857
N of Valid Cases	55	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,73.		
<b>Chi-Square Tests - Q7xQ17</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,026 <sup>a</sup>	0,872
N of Valid Cases	53	

a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,75.		
<b>Chi-Square Tests - Q7xQ18</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,245 <sup>a</sup>	0,621
N of Valid Cases	53	
a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 8,15.		
<b>Chi-Square Tests - Q7xQ19</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,132 <sup>a</sup>	0,716
N of Valid Cases	57	
a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 7,37.		
<b>Chi-Square Tests - Q7xQ20</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,490 <sup>a</sup>	0,484
N of Valid Cases	51	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,00.		
<b>Chi-Square Tests - Q7xQ21</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1,489 <sup>a</sup>	0,222
N of Valid Cases	58	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,48.		
<b>Chi-Square Tests - Q7xQ22</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,982 <sup>a</sup>	0,322
N of Valid Cases	55	
a. 1 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3,64.		
<b>Chi-Square Tests - Q7xQ23</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1,328 <sup>a</sup>	0,249
N of Valid Cases	55	
a. 2 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,82.		

## APÊNDICE C – TABELAS ESTATÍSTICAS – AMOSTRA AJUSTADA

### FREQUÊNCIAS AJUSTADAS

1. Qual a sua área de formação?		
Variável	Frequência	Percentual
Ciências Contábeis	37	90,2
Ciências Econômicas	4	9,8
Total	41	100
2. Qual o seu nível de especialização?		
Variável	Frequência	Percentual
Graduado	16	39
Especialista	18	43,9
Mestre	7	17,1
Total	41	100
3. Qual o seu nível de conhecimento dos preceitos das Normas Internacionais de Contabilidade?		
Variável	Frequência	Percentual
Intermediário	30	73,2
Substancial	10	24,4
Domina	1	2,4
Total	41	100
4. Quanto tempo de experiência você possui em perícia e/ou auditoria?		
Variável	Frequência	Percentual
Menos de 5 anos	15	36,6
Entre 5 e 10 anos	16	39
Mais de 10 anos	10	24,4
Total	41	100
5. Qual a região da federação onde você atua?		
Variável	Frequência	Percentual
Norte	4	9,8
Nordeste	14	34,1
Centro-Oeste	13	31,7
Sudeste	10	24,4
Total	41	100

6. Você já auditou ou periciou empresas de grande porte ou companhias listadas em bolsa?		
Variável	Frequência	Percentual
Sim	16	39
Não	25	61
Total	41	100
7. Você já auditou ou periciou instituições financeiras?		
Variável	Frequência	Percentual
Sim	17	41,5
Não	24	58,5
Total	41	100
8. Numa gradação de 1 (menos importante) até 4 (mais importante), determine o grau de importância à formação da opinião pericial sobre a ocorrência de fraude nas demonstrações contábeis. [Definição do prejuízo para a vítima]		
Variável	Frequência	Percentual
Grau 1	14	34,1
Grau 2	8	19,5
Grau 3	10	24,4
Grau 4	9	22
Total	41	100
8. Numa gradação de 1 (menos importante) até 4 (mais importante), determine o grau de importância à formação da opinião pericial sobre a ocorrência de fraude nas demonstrações contábeis. [Definição do benefício para o fraudador]		
Variável	Frequência	Percentual
Grau 1	8	19,5
Grau 2	13	31,7
Grau 3	10	24,4
Grau 4	10	24,4
Total	41	100
8. Numa gradação de 1 (menos importante) até 4 (mais importante), determine o grau de importância à formação da opinião pericial sobre a ocorrência de fraude nas demonstrações contábeis. [Definição de elementos caracterizadores da intenção do fraudador]		



Variável	Frequência	Percentual
Grau 1	9	22
Grau 2	8	19,5
Grau 3	9	22
Grau 4	15	36,6
Total	41	100
<p><b>8. Numa gradação de 1 (menos importante) até 4 (mais importante), determine o grau de importância à formação da opinião pericial sobre a ocorrência de fraude nas demonstrações contábeis. [Identificação da norma ou legislação infringida]</b></p>		
Variável	Frequência	Percentual
Grau 1	7	17,1
Grau 2	9	22
Grau 3	9	22
Grau 4	16	39
Total	41	100
<p><b>9. A fraude em demonstração contábil é essencialmente caracterizada por ação ou omissão realizada pelo gestor, em desacordo com as normas contábeis expedidas pelos órgãos de regulação (CVM, BACEN, SUSEP etc), e que re5te em benefício próprio ou de terceiros e em detrimento do interesse público (mercado financeiro, mercado de capitais, mercado de seguros etc).</b></p>		
Variável	Frequência	Percentual
Discordo	7	17,1
Indiferente	2	4,9
Concordo	30	73,2
Concordo Totalmente	2	4,9
Total	41	100
<p><b>10. Numa análise pericial realizada nos autos de um processo que investiga a suposta prática de crime de gestão fraudulenta de instituição financeira, para que você constate que houve uma fraude nas demonstrações contábeis divulgadas, quais os elementos mais importantes para formar seu convencimento sobre a ocorrência ou não de fraudes em demonstrações contábeis? Marque 1 para o elemento menos importante, seguindo até 5 para o elemento mais importante. [Etapas de cada operação e seu resultado final ]</b></p>		
Variável	Frequência	Percentual
1	4	9,8
2	7	17,1
3	9	22
4	12	29,3

5	9	22
Total	41	100
<b>10. Numa análise pericial realizada nos autos de um processo que investiga a suposta prática de crime de gestão fraudulenta de instituição financeira, para que você constate que houve uma fraude nas demonstrações contábeis divulgadas, quais os elementos mais importantes para formar seu convencimento sobre a ocorrência ou não de fraudes em demonstrações contábeis? Marque 1 para o elemento menos importante, seguindo até 5 para o elemento mais importante. [Documentos de suporte à transação]</b>		
<b>Variável</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
1	3	7,3
2	6	14,6
3	3	7,3
4	13	31,7
5	16	39
Total	41	100
<b>10. Numa análise pericial realizada nos autos de um processo que investiga a suposta prática de crime de gestão fraudulenta de instituição financeira, para que você constate que houve uma fraude nas demonstrações contábeis divulgadas, quais os elementos mais importantes para formar seu convencimento sobre a ocorrência ou não de fraudes em demonstrações contábeis? Marque 1 para o elemento menos importante, seguindo até 5 para o elemento mais importante. [Regra de contabilização que rege a matéria]</b>		
<b>Variável</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
1	4	9,8
2	4	9,8
3	12	29,3
4	12	29,3
5	9	22
Total	41	100
<b>10. Numa análise pericial realizada nos autos de um processo que investiga a suposta prática de crime de gestão fraudulenta de instituição financeira, para que você constate que houve uma fraude nas demonstrações contábeis divulgadas, quais os elementos mais importantes para formar seu convencimento sobre a ocorrência ou não de fraudes em demonstrações contábeis? Marque 1 para o elemento menos importante, seguindo até 5 para o elemento mais importante. [Tempo decorrido entre as transações]</b>		
<b>Variável</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
1	17	41,5
2	6	14,6
3	12	29,3

4	3	7,3
5	3	7,3
Total	41	100
<p><b>10. Numa análise pericial realizada nos autos de um processo que investiga a suposta prática de crime de gestão fraudulenta de instituição financeira, para que você constate que houve uma fraude nas demonstrações contábeis divulgadas, quais os elementos mais importantes para formar seu convencimento sobre a ocorrência ou não de fraudes em demonstrações contábeis? Marque 1 para o elemento menos importante, seguindo até 5 para o elemento mais importante. [Contexto no qual a transação ocorreu]</b></p>		
Variável	Frequência	Percentual
1	4	9,8
2	11	26,8
3	10	24,4
4	8	19,5
5	8	19,5
Total	41	100
<p><b>12. A empresa X, pertencente ao Sr. José da Silva, está sendo investigada pelo crime de apropriação indébita previdenciária. Durante a análise da contabilidade da empresa X, verificou-se que a mesma detinha 5.000 ações da empresa Y. Zé da Silva criou a empresa Z, e dois meses depois a empresa X transferiu para a Cia Z as 5.000 ações da empresa Y em troca de 50% das ações da empresa Z. Um mês depois, Zé da Silva extinguiu a empresa Z, que foi liquidada e extinta, resgatando todos os ativos integralizados, inclusive as 5.000 ações, que foram vendidas por 15 milhões de Reais. Considerando que formalmente a transação está de acordo com todas as normas fiscais e societárias, pode-se afirmar que o que houve foi um processo de reestruturação societária normal.</b></p>		
Variável	Frequência	Percentual
Discordo Totalmente	9	22
Discordo	25	61
Indiferente	5	12,2
Concordo	2	4,9
Total	41	100
<p><b>13. Para sua atividade de comprovação e materialização de fraudes em demonstrações contábeis, é essencial a existência de normas detalhadas de contabilização para embasar o julgamento profissional.</b></p>		
Variável	Frequência	Percentual
Discordo Totalmente	2	4,9
Discordo	7	17,1
Indiferente	2	4,9

Concordo	21	51,2
Concordo totalmente	9	22
Total	41	100
<p><b>14. Quando você se depara com um trabalho de análise de demonstrações contábeis, é muito importante que as normas contábeis expedidas pelos diversos órgãos de regulação (CVM, BACEN, SUSEP etc) sejam detalhadas e específicas, pois com isso você poderá fundamentar a comprovação e materialização de fraudes em demonstrações contábeis.</b></p>		
Variável	Frequência	Percentual
Discordo	9	22
Indiferente	4	9,8
Concordo	22	53,7
Concordo totalmente	6	14,6
Total	41	100
<p><b>15. A adoção de um padrão no qual o julgamento profissional será baseado em conceitos e princípios irá facilitar o seu trabalho de comprovação e materialização de fraudes em demonstrações contábeis.</b></p>		
Variável	Frequência	Percentual
Discordo Totalmente	1	2,4
Discordo	10	24,4
Indiferente	2	4,9
Concordo	21	51,2
Concordo totalmente	7	17,1
Total	41	100
<p><b>16. Um maior espaço para julgamentos técnicos por parte dos peritos criminais tem impacto positivo para sua atividade de comprovação e materialização de fraudes em demonstrações contábeis.</b></p>		
Variável	Frequência	Percentual
Discordo Totalmente	1	2,4
Discordo	7	17,1
Indiferente	3	7,3
Concordo	21	51,2
Concordo totalmente	9	22
Total	41	100

<b>17. À medida que os órgãos de regulação (CVM, BACEN, SUSEP etc) adotem as normas internacionais de contabilidade, o julgamento profissional 2 irá mais se basear em regras detalhadas e impostas, mas se baseará em normas mais conceituais e principiológicas, representando um aumento no poder decisório dos gestores, contadores e auditores e, conseqüentemente, no seu nível de responsabilização.</b>		
Variável	Frequência	Percentual
Discordo Totalmente	2	4,9
Discordo	7	17,1
Indiferente	5	12,2
Concordo	18	43,9
Concordo totalmente	9	22
Total	41	100
<b>18. Para a avaliação do perito criminal sobre a intenção dos autores de fraudes em demonstrações contábeis, o julgamento profissional baseado em aspectos conceituais da contabilidade é mais importante do que o baseado em regras específicas e determinadas.</b>		
Variável	Frequência	Percentual
Discordo Totalmente	1	2,4
Discordo	17	41,5
Indiferente	4	9,8
Concordo	19	46,3
Total	41	100
<b>20. A expressão “engenharia financeira” ganhou notoriedade ao representar ações que desrespeitam a essência da norma, mas respeitam o seu conteúdo formal. Fraudes realizadas por meio de engenharia financeira são mais difíceis de serem comprovadas e materializadas do que as fraudes realizadas por meio do abuso na discricionariedade conferida aos gestores e contadores.</b>		
Variável	Frequência	Percentual
Discordo Totalmente	1	2,4
Discordo	8	19,5
Indiferente	7	17,1
Concordo	20	48,8
Concordo totalmente	5	12,2
Total	41	100

<p><b>21. Iniciada uma ação penal pela suposta prática de crime de omissão de informação em demonstração contábil alegada pela CVM e pelo BACEN, o perito criminal verificou que o ponto sob discussão 2 possuía uma norma detalhada de contabilização. A falta de normas detalhadas pode impactar negativamente a formação de entendimento comum entre os profissionais da área contábil envolvidos nas análises de processos de crimes financeiros, gerando assim um aumento no número de contestações técnicas por parte de assistentes de defesa e acusação sobre as conclusões da Perícia Criminal Oficial.</b></p>		
Variável	Frequência	Percentual
Discordo	8	19,5
Indiferente	1	2,4
Concordo	25	61
Concordo totalmente	7	17,1
Total	41	100
<p><b>22. A falta de normas detalhadas e o julgamento pericial fundamentado em conceitos gerais podem gerar um maior risco de peritos criminais julgarem transações financeiras com viés acusatório.</b></p>		
Variável	Frequência	Percentual
Discordo Totalmente	2	4,9
Discordo	6	14,6
Indiferente	4	9,8
Concordo	27	65,9
Concordo totalmente	2	4,9
Total	41	100
<p><b>23. Com base na percepção do estágio atual de conhecimento seu e dos seus pares sobre as normas internacionais de contabilidade, e considerando que desde 2010 já estão sendo produzidas demonstrações contábeis com base nesse novo padrão, pode-se concluir que os Peritos Criminais Federais estão aptos a atuar em casos periciais que envolvam fraudes nas demonstrações contábeis em crimes financeiros</b></p>		
Variável	Frequência	Percentual
Discordo Totalmente	5	12,2
Discordo	28	68,3
Indiferente	3	7,3
Concordo	5	12,2
Total	41	100

# **TESTE QUI QUADRADO DE PEARSON – AMOSTRA AJUSTADA**

<b>Q2w * Q9w</b>		
<b>Chi-Square Tests</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1,866	,172
N of Valid Cases	39	
<b>Q2w * Q12w</b>		
<b>Chi-Square Tests</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,265	,607
N of Valid Cases	36	
<b>Q2w * Q13w</b>		
<b>Chi-Square Tests</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,145	,703
N of Valid Cases	39	
<b>Q2w * Q14w</b>		
<b>Chi-Square Tests</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,059	,809
N of Valid Cases	37	
<b>Q2w * Q15w</b>		
<b>Chi-Square Tests</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1,663	,197
N of Valid Cases	39	
<b>Q2w * Q16w</b>		
<b>Chi-Square Tests</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	6,724	,010
N of Valid Cases	38	
<b>Q2w * Q17w</b>		
<b>Chi-Square Tests</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,532	,466
N of Valid Cases	36	

<b>Q2w * Q18w</b>		
<b>Chi-Square Tests</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1,899	,168
N of Valid Cases	37	
<b>Q2w * Q19w</b>		
<b>Chi-Square Tests</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,131	,718
N of Valid Cases	40	
<b>Q2w * Q20w</b>		
<b>Chi-Square Tests</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,360	,549
N of Valid Cases	34	
<b>Q2w * Q21w</b>		
<b>Chi-Square Tests</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,049	,825
N of Valid Cases	40	
<b>Q2w * Q22w</b>		
<b>Chi-Square Tests</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	2,297	,130
N of Valid Cases	37	
<b>Q2w * Q23w</b>		
<b>Chi-Square Tests</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1,784	,182
N of Valid Cases	38	
<b>Q4w * Q9w</b>		
<b>Chi-Square Tests</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,577	,448
N of Valid Cases	39	
<b>Q4w * Q12w</b>		



Chi-Square Tests		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,706	,401
N of Valid Cases	36	
Q4w * Q13w		
Chi-Square Tests		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,005	,945
N of Valid Cases	39	
Q4w * Q14w		
Chi-Square Tests		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,003	,960
N of Valid Cases	37	
Q4w * Q15w		
Chi-Square Tests		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1,524	,217
N of Valid Cases	39	
Q4w * Q16w		
Chi-Square Tests		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,654	,419
N of Valid Cases	38	
Q4w * Q17w		
Chi-Square Tests		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1,662	,197
N of Valid Cases	36	
Q4w * Q18w		
Chi-Square Tests		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1,117	,291
N of Valid Cases	37	
Q4w * Q19w		
Chi-Square Tests		

	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,556	,456
N of Valid Cases	40	
<b>Q4w * Q20w</b>		
<b>Chi-Square Tests</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,654	,419
N of Valid Cases	34	
<b>Q4w * Q21w</b>		
<b>Chi-Square Tests</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,573	,449
N of Valid Cases	40	
<b>Q4w * Q22w</b>		
<b>Chi-Square Tests</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,568	,451
N of Valid Cases	37	
<b>Q4w * Q23w</b>		
<b>Chi-Square Tests</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,556	,456
N of Valid Cases	38	
<b>Q15w * Q12w</b>		
<b>Chi-Square Tests</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	0,65	0,419
N of Valid Cases	34	
<b>Q15w * Q13w</b>		
<b>Chi-Square Tests</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	0,26	0,611
N of Valid Cases	38	
<b>Q15w * Q16w</b>		
<b>Chi-Square Tests</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)

Pearson Chi-Square	2,9	0,089
N of Valid Cases	36	
<b>Q15w * Q17w</b>		
<b>Chi-Square Tests</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	0,01	0,942
N of Valid Cases	34	
<b>Q15w * Q18w</b>		
<b>Chi-Square Tests</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	0,96	0,328
N of Valid Cases	35	
<b>Q15w * Q20w</b>		
<b>Chi-Square Tests</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	6,19	0,013
N of Valid Cases	33	
<b>Q15w * Q21w</b>		
<b>Chi-Square Tests</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	0,01	0,924
N of Valid Cases	38	
<b>Q15w * Q22w</b>		
<b>Chi-Square Tests</b>		
	Value	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	0,41	0,524
N of Valid Cases	35	